

2º CICLO DE ESTUDO  
Mestrado em Estudos Africanos  
Ramo de Educação e Desenvolvimento

**O impacto social da Vale Moçambique (2004-2016)  
– um caso da política brasileira em África**

**Hiroyuki Tsuji**

**M**

2017



**Hiroyuki Tsuji**

**O impacto social da Vale Moçambique (2004-2016) – um caso da política brasileira em África**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pelo Professor  
Doutor José Maciel Honrado Morais Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

**O impacto social da Vale Moçambique (2004-2016)  
– um caso da política brasileira em África**

**Hiroyuki Tsuji**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pelo Professor  
Doutor José Maciel Honrado Morais Santos

**Membros do Júri**

Professor Doutora Amélia Maria Polónia da Silva  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro  
Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho

Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

## **Agradecimentos**

Desde o início do meu projeto de investigação no âmbito de mestrado, tive a colaboração e a assistência de diversas pessoas e instituições que possibilitaram a realização da minha dissertação. Gostaria de endereçar palavras de agradecimento especialmente;

Ao Professor Doutor Maciel Morais Santos, orientador da dissertação, pela disponibilização do seu tempo e acompanhamento do meu estudo ao longo da realização deste trabalho científico. As suas sugestões e críticas foram essenciais nesta jornada académica. Também com o apoio do Professor Doutor Maciel Morais Santos, tive a oportunidade de participar no Seminário Internacional de Arqueologia Africana que teve lugar em Mação em junho de 2015, intitulado “África: Arqueologia e Paisagem” onde fiz uma comunicação, do ponto de vista da arqueologia prospectiva, sobre impactos socioeconómicos da mineração em Tete.

À Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) pela disponibilização de informações e intermediação com atores locais, principalmente as pessoas afetadas pelo reassentamento.

À Flora Oliveira pela disponibilização do seu tempo para a revisão gramatical da minha dissertação, assim como para a adequação das palavras.

Aos meus familiares por me terem apoiado durante a realização de mestrado na Universidade do Porto e que, mesmo que estejam distantes, sempre me encorajaram e desejaram sucesso na minha vida académica.

Por fim, a todos os que contribuíram para a materialização do meu estudo científico.

## Resumo

Em Moçambique tem-se registado um *boom* de recursos naturais como carvão e gás natural. A província de Tete tem recebido grandes multinacionais atraídas pela riqueza de carvão no seu subsolo. A Companhia brasileira Vale é um ator relevante da mineração na região construindo bases de operação assim como infraestruturas necessárias para a exportação. Desde que Lula da Silva tomou posse como presidente brasileiro no início da primeira década deste século, a aproximação do Brasil a Moçambique tem sido eminente através da sua política de cooperação para o desenvolvimento exportando o modelo brasileiro de desenvolvimento para a realidade africana. Contudo, o projeto da Vale em Tete originou o reassentamento da população local que acompanharam bastantes queixas e reivindicações. As polémicas abrangeram também as organizações da sociedade civil moçambicana. Neste estudo, através das entrevistas e outros materiais obtidos em trabalho de campo, analisarei os impactos sociais da Vale na sociedade de Tete.

**Palavras-chave:** carvão, desenvolvimento, reassentamento

## **Abstract**

Mozambique has been experiencing a boom of coal and natural gas. The Tete Province has attracted multinational companies since the discovery of underground coal. The Brazilian company Vale has played a major role in the regional mining sector establishing bases for mining operation and infrastructure. Since the inauguration of Lula da Silva as a president of Brazil, in the beginning of this century, Mozambique and Brazil bilateral relation has strengthened especially in politics of international cooperation. The Brazilian model of development has been put into practice in the African context. However, several complaints have emerged towards the project operated by Vale. One of the causes of complaints is the resettlement of local communities, which has triggered discussions to the national level. This study, through the analysis of interviews and data collected by author's fieldwork, will analyses the social impact of project operated by Vale to the society of Tete.

**Keywords:** Coal, development, resettlement

## Sumário

Introdução.....	10
1. Objetivo principal.....	11
2. Estrutura do trabalho e metodologias adoptadas.....	12
Capítulo I Cooperação Internacional e Países Emergentes.....	14
1.1 O conceito de desenvolvimento no pós-guerra.....	14
1.2 A viragem da década de 70 .....	15
1.3 Convenção de Buenos Aires 1978 (CSS).....	17
1.4 As décadas de 70-90 - Novos Conceitos de Desenvolvimento.....	18
1.5 Desafios do Milénio .....	19
1.6 A emergência dos BRICS .....	20
Capítulo II Cooperação Brasileira em Moçambique .....	23
1. Cooperação Brasileira em África.....	23
1.1 História Brasil-África.....	23
1.2 O Princípio da Diplomacia Brasileira em África.....	24
1.3 Cooperação Brasileira em África .....	26
1.4 Características da Cooperação Técnica em África.....	27
1.5 Fome Zero e Bolsa Família .....	29
1.6 O <i>soft power</i> Brasileiro .....	30
2. Cooperação Brasileira em Moçambique .....	32
2.1 Breve História de Moçambique .....	32
2.2 Cooperação Técnica em Moçambique .....	32
2.3 Projeto ProSAVANA.....	35
2.4 Várias perspetivas sobre o ProSAVANA.....	36
2.5 As características do ProSAVANA .....	37
2.6 Breves Conclusões.....	40
Capítulo III Indústria Mineira em Moçambique e o Impacto Socioeconómico .....	42
1. O <i>boom</i> da mineração em Tete .....	42
1.1 O <i>boom</i> carbonífero de Tete.....	43
1.2 Infraestruturas: equipamentos sociais e produção de energia .....	45
1.3 Diversos impactos gerados pela mineração.....	46
2. A Vale e o Projeto de Moatize .....	47
2.1. Projetos logísticos.....	49

2.2 O mercado de carvão e Moatize .....	51
<b>3. Impacto socioeconómico geral da economia mineira .....</b>	<b>53</b>
3.1 Impacto Global .....	56
3.2 Mercado laboral formal .....	57
3.3 Formação profissional .....	61
<b>4. Os impactos na urbanização .....</b>	<b>62</b>
<b>5. A mobilidade forçada .....</b>	<b>66</b>
5.1. A Vale e a revolta da população .....	67
<b>6. Considerações para um balanço do impacto social .....</b>	<b>68</b>
<b>Capítulo IV Os processos de reassentamento .....</b>	<b>70</b>
1. <i>Land Grabbing</i> e Tete .....	70
2. Os processos de reassentamento e os programas sociais .....	72
3. Plano de Ação para o Reassentamento (PAR) .....	73
4. Os orçamentos da Vale - comparações .....	75
5. Análise das Narrativas .....	75
5.1 O Caso de Cateme .....	76
5.2 O Caso de Nchenga .....	83
<b>Conclusões gerais .....</b>	<b>89</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>91</b>
1. Fontes Primárias .....	91
1.1 Fontes Oraís .....	91
1.2 Publicações Oficiais .....	91
3. Fontes Secundárias .....	96
3. Outros Sites .....	100
<b>Anexos .....</b>	<b>103</b>

## Índice de Figuras

Figura 1: Encontros internacionais sobre a Cooperação Sul-Sul em década (unidade).....	19
Figura 2: Cooperação Brasileira em África (2000-2014) .....	27
Figura 3: Mineração na província de Tete .....	44
Figura 4: Impacto de diversos projetos implementados .....	46
Figura 5: Vale Moçambique - evolução da produção anual (mil toneladas métricas) .....	49
Figura 6: Mina de Moatize e CLN - composição do capital depois da entrada da Mitsui .....	50
Figura 7: Preço internacional do carvão de coque .....	51
Figura 8: Província de Tete - comparação da produção global.....	56
Figura 9: Província de Tete - projetos de investimento na área de turismo .....	57
Figura 10: Província de Tete - processos de admissão automática tramitados de mão de obra estrangeira até 1º semestre de 2015 (Valor: Metical).....	58
Figura 11: Província de Tete – população por ramos de atividade.....	58
Figura 12: Mercado informal em frente da estação de Moatize .....	60
Figura 13: Província de Tete – trânsito ferroviário .....	61
Figura 14: População e registo de habitações .....	64
Figura 15: Vale dos Embondeiros - mapeamento do projeto inicial .....	65
Figura 16: Província de Tete - locais de reassentamento .....	67
Figura 17: Vale Moçambique - projetos de desenvolvimento social em Cateme e “25 de Setembro” .....	81

## **Introdução**

Na primeira década deste século, a economia mundial e especialmente do sudeste asiático mostrou um crescimento económico relevante e a demanda de minerais e materiais de construção expandiu-se. Na indústria extrativa, países emergentes como a China, o Brasil, a Índia e a Rússia tornaram-se atores proeminentes neste âmbito expandindo áreas de atuação no mundo global (Bebbington et al. 2008). Os países emergentes possuem políticas de energia que promovem a utilização de carvão para produzir eletricidade e assim sustentar o seu rápido desenvolvimento económico. O facto de muitos dos países desenvolvidos terem aproveitado recursos não renováveis no respetivo processo de industrialização justifica as decisões dos restantes mesmo que o uso dos recursos cause severos problemas ambientais como emissão de dióxido de carbono, problema que tem sido levantado e discutido ativamente na arena internacional (Briedge e Le Billon, 2013) Como as companhias do Sul são menos suspeitas de imperialismo económico do que as do Ocidente, este facto facilita a aproximação entre economias emergentes e governos liberais que querem acabar com as relações desiguais com os países ocidentais (Magain e Perrier-Bruslé, 2011).

Recentemente, Moçambique tem sido alvo de investimentos estrangeiros. Em 2015, o país recebeu investimento direto estrangeiro de 4.7 biliões de USD. Este montante foi o segundo maior na África subsaariana depois do Egito (African Economic Outlook, 2016). Na última década, o país tem registado a média anual de crescimento económico de 7% (African Economic Outlook, 2016). Esta alta taxa de crescimento económico é sustentada principalmente por projetos de capital intensivo, especialmente na indústria extrativa (African Economic Outlook, 2012). Em maio de 2014, Moçambique acolheu a conferência “Africa Rising” e, neste evento, o director administrativo do Fundo Monetário Internacional ressaltou que, depois de acabar com a guerra civil, Moçambique tem reduzido a taxa de pobreza e incrementado a esperança de vida como resultado do melhoramento da capacidade institucional. Apesar disto, a recente descoberta de recursos naturais pode criar oportunidades para impulsionar o desenvolvimento do país (Lagarde, 2014). A indústria mineira marca o crescimento da economia moçambicana de hoje e tem levado este país de África austral para a arena internacional de negociação dos recursos naturais.

Como consequência destes investimentos de grande dimensão, algumas mudanças sociais têm sido verificadas, com impacto visível nas regiões diretamente afetadas pela atividade extrativa. No âmbito da discussão dos impactos socioeconómicos da exploração mineira em Tete, tem-se dado a maior atenção à questão de reassentamento das comunidades e à degradação da vida

destas pessoas (Human Rights Watch 2013, Mosca e Selemane 2011, Lillywhite et al., 2015). Companhias multinacionais como Vale e Rio Tinto (atual ICVL) deslocaram um número relevante dos habitantes locais das regiões onde atualmente as mineradoras produzem carvão. O centro das críticas tem sido o impacto deste reassentamento na qualidade de vida dessas populações locais, maioritariamente camponesas: condições precárias das habitações construídas pelas mineradoras, má localização das novas urbanizações, baixa de produtividade das novas áreas de cultivo e outros (Human Rights Watch 2013, Mosca e Selemane 2011, Lillywhite et al., 2015)

## **1.Objetivo principal**

A causa fundamental destas perturbações sobre um grande número de famílias da chamada sociedade tradicional é a demanda de matérias-primas no mundo. Nesta pesquisa, vou analisar um caso em que se verifica esta realidade de dimensão mundial: o modo como a grande procura de produtos mineiros afeta uma sociedade local . Mais concretamente, o objetivo principal deste estudo é compreender melhor os impactos que a exploração mineira, especialmente da companhia brasileira Vale, tem trazido à região de Tete.

Foi escolhido o caso desta multinacional devido ao facto de a Vale estar a ser/ser um ator relevante que lidera a mineração de Tete, tanto em termos de volume de investimento como de dimensão do projeto. O *site* oficial da Vale revela que a mina de Moatize possui atualmente uma capacidade de produção anual de 11 milhões de toneladas e que só no ano de 2013 foram produzidas cerca de 4 milhões de toneladas de carvão.<sup>1</sup> A Vale tinha planeado investir 2 biliões de USD até 2015 para a construção da segunda mina de carvão a fim de incrementar mais 11 biliões de toneladas de produção (Mining.com, 2014). No entanto, não é só na operação mineira que a Vale tem apostado, mas também na melhoria das infraestruturas regionais, a fim de assegurar vias de escoamento do seu produto. Entre 2011 e 2016, a Vale tem alocado um investimento de 4.5 biliões de USD para a construção e reabilitação do Corredor de Nacala, que inclui uma linha férrea que liga a mina de Moatize ao Porto de Nacala (O País, 2017). Juntamente com as outras mineradoras, o plano ambicioso da Vale tem modificado drasticamente a estrutura da sociedade moçambicana. De entre os vários impactos trazidos pela operação mineira, este trabalho centraliza-se no impacto social, especialmente nos casos de

---

<sup>1</sup> Ver *site* oficial da Vale,

<http://www.vale.com/mozambique/pt/business/mining/coal/moatize-coal-mine/paginas/default.aspx>

transferência de populações: os reassentamentos. Como se verá, estes casos de reassentamento fazem parte do dinamismo especial que a Vale tem causado a nível local.

## **2. Estrutura do trabalho e metodologias adoptadas**

No primeiro capítulo, irei analisar de forma resumida o modo como as políticas de desenvolvimento se iniciaram e se alteraram nos últimos 70 anos, isto é, após a segunda guerra mundial. Vou em particular focar-me na emergência da Cooperação Sul-Sul como uma das modalidades mais marcantes na arena internacional a nível da Cooperação para o Desenvolvimento.

No segundo capítulo, descrevo a ascensão do Brasil à categoria de um dos atores principais ao nível da cooperação internacional no hemisfério sul. Especialmente a primeira metade deste capítulo foca-se na sua relação próxima com os países africanos; o caso especial de Moçambique será tratado na segunda metade. Através da pesquisa, percebe-se que na política brasileira para Moçambique há uma grande ligação entre cooperação brasileira e a promoção de investimentos privados brasileiros, o que se demonstra pela atuação da Vale Moçambique, uma filial da Companhia Vale no ramo da mineração na província de Tete.

No terceiro capítulo, analiso o papel relevante da Vale na província de Tete e como a indústria mineira tem afetado a atual sociedade desta província. Concretamente, pesquiso como a indústria tem influenciado a promoção das actividades económicas ao nível local (oportunidades de trabalho, oportunidades de investimento, emergência das pequenas e médias empresas). Também analiso de forma geral o modo como a atividade mineradora alterou a estrutura social de Tete de forma indireta (efeitos sobre a imigração, urbanização, reassentamentos) e os problemas que estas mudanças trouxeram.

No último capítulo, que é estruturado como um estudo de caso, analiso um caso polémico de reassentamento de comunidades liderado pela mineradora Vale. Trata-se de um estudo de caso que outros concetualizaram como *Land Grabbing*. Além desta comunidade reassentada, o meu foco inclui uma outra comunidade cuja localização original se manteve, embora agora na periferia de uma mina da Vale. Esta comunidade não foi retirada pela Vale mas tem sido negativamente afetada pela mesma. Como não tem havido muitas discussões acerca de comunidades não reassentadas, seria interessante analisar este caso como um dos casos de alteração social que a companhia trouxe.

Procedeu-se ao levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias. Além disto, realizei um trabalho de campo decorrido entre Abril e Maio de 2016 em Moçambique, durante o qual realizei entrevistas semi-estruturadas bem como entrevistas informais. Ao longo deste período efetuei um série de entrevistas principalmente em duas cidades, Tete e Maputo, que tiveram como alvo alguns dos principais intervenientes no processo de reassentamento; elementos do governo provincial de Tete, da Vale, da sociedade civil local e das comunidades locais, entre outros. Durante o trabalho de campo, percebeu-se que havia dificuldade em obter estatísticas oficiais atualizadas assim como relatórios governamentais sobre a situação geral da sociedade. Verificou-se também a mesma situação quanto aos dados das entidades privadas.

Os possíveis entrevistados foram selecionados de acordo com a natureza dos assuntos e também de acordo com a metodologia aqui seguida para a avaliação dos impactos:

- para o impacto direto, principalmente o governo provincial, organizações não-governamentais , Vale e comunidades locais
- para o indireto, privilegiaram-se as fontes orais associadas ao governo provincial, empresários, setor informal e organizações não-governamentais

Em relação ao método de contacto recorri, primeiramente, a uma organização não-governamental local, a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), através da qual consegui obter diversos contactos das comunidades locais. Através do site oficial do governo provincial de Tete, consegui contactos de várias direções provinciais onde efetuei as minhas entrevistas e obtive alguns documentos oficiais da província. De igual modo, tive acesso a documentação e informações da companhia brasileira através de contacto direto e pessoal com quadros da Vale, que obtive através da Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia,

## **Capítulo I Cooperação Internacional e Países Emergentes**

Neste capítulo, pretendo resumidamente descrever como o conceito de desenvolvimento se tem modificado. Também se pretende mostrar como a Cooperação Sul-Sul ganhou uma posição relevante na área de desenvolvimento e como essa cooperação Sul-Sul tem influenciado a sociedade internacional na área de desenvolvimento.

### **1.1 O conceito de desenvolvimento no pós-guerra**

Após o término da Segunda Guerra Mundial, emergiu o conceito de desenvolvimento. Essa emergência explica-se maioritariamente por duas novas situações: a) o início e a aceleração do processo de libertação e independência das antigas colónias do mundo ocidental; b) a implementação do Plano Marshall destinado à reconstrução da Europa que se encontrava devastada depois da II Guerra. Os movimentos nacionalistas nos países colonizados, que procuravam a prosperidade e a autonomia das nações, tinham como exemplo para alcançar as suas metas o modelo europeu de desenvolvimento. A comunidade internacional apoiou este processo de desenvolvimento para os países recém-formados. Contudo, as intervenções estavam ligadas ao interesse ideológico que dominava o mundo pós-guerra, nomeadamente a ideologia capitalista liderada pelos Estados Unidos e a ideologia socialista promovida pela União Soviética. As super-potências que saíram da guerra procuravam parceiros no terceiro mundo. O plano de reconstrução europeia que foi lançado por iniciativa dos Estados Unidos colocou a Europa no caminho do desenvolvimento para que a mesma garanta novamente o progresso e a prosperidade.

Desde o século XIX, a polarização centro-periferia acelerou e, por consequência, tornaram-se mais evidentes as diferenças de todos os indicadores entre áreas industrializadas e áreas ligadas ao colonialismo ou com escassez de indústrias (Amim, 1994). Na época do pós-guerra até aos anos 60, o conceito de desenvolvimento era quase exclusivamente identificado com o modelo europeu de desenvolvimento ao longo dos anteriores 200 anos, ou seja, desde a Revolução Industrial no final de século XVIII. O Ocidente tinha sido o pioneiro que liderou a evolução do mundo. Outros países ainda não industrializados deveriam seguir o modelo europeu para que alcançassem um nível avançado de desenvolvimento. Assim, os países industrializados foram chamados países desenvolvidos em relação aos menos industrializados que passaram a designar-se "sub-desenvolvidos" ou "países em vias de desenvolvimento". A associação entre desenvolvimento e crescimento económico era muito frequente. Ao avaliar o grau de desenvolvimento dum país menos industrializado, o crescimento económico era indispensável e

pensava-se que só à base disso se poderiam melhorar outras áreas como saúde, educação, habitação e outras. Portanto, era natural utilizarem-se os processos de crescimento económico dos países mais avançados para analisar os casos dos menos avançados. Neste período, o conceito de desenvolvimento foi associado ao conceito de modernização. Nesta teoria de modernização, as estruturas antigas ou tradicionais dos países menos desenvolvidos eram consideradas como obstáculos ou simplesmente indicadores de atraso. Pensava-se que os países sub-desenvolvidos deviam substituir o antigo modelo por lógicas modernas para seguir o caminho da evolução (Amaro, 2003).

Amaro (2003) argumenta que esta fase inicial de conceito de desenvolvimento, que correspondeu ao período de forte crescimento dos países da Europa Ocidental mais tarde conhecido como os *trinta gloriosos anos*, beneficiou uma parte da população mundial, especificamente os países mais desenvolvidos. Contudo, a outra parte do mundo também cresceu mas com menor intensidade absoluta e relativa, dando assim passos atrás e ficando cada vez mais marginalizada.

Ao longo dos anos, em algumas áreas, a implementação de projetos de desenvolvimento providenciou sinais positivos, nomeadamente o aumento de produção e consumo de bens e serviços, originando um maior bem-estar material da sociedade em geral, melhoria na taxa de escolarização - de que resultou o decréscimo das taxas de analfabetismo - melhoria na área de saúde - de que resultou a diminuição da taxa de mortalidade infantil - e um aumento da longevidade média e da esperança média de vida à nascença. Houve uma evolução significativa da inovação tecnológica que alterou drasticamente o modo de vida. Contudo, também se foram verificando vários efeitos negativos no mesmo período. A desigualdade acentuou-se: somente um terço da população do mundo beneficiou plenamente destas alterações e, em contraste, o resto da população continuou a sofrer de epidemias e de subnutrição. O mal-estar social esteve quase sempre ligado à desagregação das estruturas sociais comunitárias e às desestruturações familiares, à massiva degradação do meio-ambiente na sequência da exploração de recursos naturais e à violação de direitos humanos e outros (Amaro, 2003). Assim, o descontentamento da maioria da população desfavorecida acumulou-se ao longo dos anos e esta insatisfação conduziu o mundo em diferentes rumos.

## **1.2 A viragem da década de 70**

A década de 1970 foi uma nova partida para os países periféricos que estavam a ser marginalizados. As teorias da dependência tornaram-se academicamente reconhecidas. A crítica

de que a atual prosperidade dos países desenvolvidos se deve ao fluxo dos serviços e bens oriundos dos países em vias de desenvolvimento e que o estado de sub-desenvolvimento no mundo periférico é o resultado deste vínculo entre países do norte e do sul tornou-se frequente. Por outro lado, Bairoch (1993) critica a ideia de que os países desenvolvidos precisavam dos países menos desenvolvidos para prosperarem propondo um argumento paradoxal de que os países ricos não dependiam das matérias-primas do terceiro mundo porque esses países já possuíam recursos necessários. Mesmo assim, as críticas dominantes acerca desta relação dependente aumentaram e acentuaram a ideia de que a atual relação é um obstáculo para o auto-desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento (Prebisch, 1981, Amin, 1976). Assim, a ideia inicial, ligada às primeiras teorias de modernização, de que o desenvolvimento económico liderado pelo Estado começa por beneficiar as classes dominantes da sociedade e se espalha pelas restantes classes mais cedo ou mais tarde, começou a perder credibilidade.

Na nova fase conceptual algumas instituições internacionais como a ONU e o Banco Mundial começaram a priorizar mais os indicadores sociais, as chamadas *Basic Human Needs* (BHN), ao falar do objetivo do desenvolvimento. A estratégia do BHN visava apoiar diretamente as necessidades básicas da população através de programas de desenvolvimento agrícola destinado aos pequenos agricultores e à integração das pessoas marginalizadas na sociedade, só para citar alguns exemplos. Sendo assim, o modelo tradicional de *top-down*, que era dominante, enfraqueceu e, ao mesmo tempo, a abordagem do *bottom-up* ganhou uma influência significativa. É verdade que várias ONG's (Organizações Não-Governamentais) nasceram neste período e estes novos atores de desenvolvimento fizeram com que os conceitos de “População” e “Comunidade” chegassem ao núcleo duro do modelo de desenvolvimento (Ito, 2009).

Os apelos à mudança do sistema de desenvolvimento vieram do hemisfério sul ainda na década de 50. Politicamente, uma das manifestações concretas de descontentamento do terceiro mundo foi corporizada pela realização da Conferência Afro-Asiática de Bandung, que teve lugar na Indonésia em 1955, a qual reuniu 29 estados e 30 movimentos de libertação nacional. Durante a conferência, os países do terceiro mundo reconheceram-se como uma terceira potência mundial independente das duas ideologias predominantes e manifestaram uma postura de não-alinhamento em relação às ideologias já existentes. A partir desse momento, iriam cooperar para reivindicar as suas posições justas na ONU (Valler, 2007). Como a teoria da dependência era cada vez mais predominante nas discussões em torno da forma de desenvolvimento, a realização desta conferência marcou, de forma concreta, a emergência de um terceiro ator a nível mundial. Verificou-se que uma grande massa da população queria contrariar a cooperação vertical, ou seja, a maneira tradicional da cooperação, Norte-Sul.

### 1.3 Convenção de Buenos Aires 1978 (CSS)

Um dos eventos assinalados que aconteceu na década de 70 foi a convenção de Buenos Aires em 1978. Baseou-se na ideia de que as experiências acumuladas pelos países em vias de desenvolvimento podem ser aproveitadas para a resolução de problemas semelhantes de outros países em desenvolvimento. A ONU desenvolveu então o conceito da “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)” ou “Cooperação Horizontal” em contraposição com o de Cooperação Norte-Sul. Em 1974, criou-se a Unidade Especial para a CTPD dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para aprofundar os conhecimentos acerca desta temática e subsequentemente, em 1978, o resultado das análises foi discutido na Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. As suas recomendações foram aprovadas sob a forma do Plano de Ação de Buenos Aires (ABC, s.d.b).

Dentro do conteúdo do Plano de Ação (UNDP, 1994), é destacada a recomendação 35, que se refere à mudança de papel dos países desenvolvidos no âmbito da cooperação técnica. Nela se propõe que os atores tradicionais devem fornecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento através da implementação das ações do PNUD e também diminuir a sua presença no âmbito de cooperação técnica para fomentar a rápido crescimento da CTPD. A partir deste momento, embora não se apresentem medidas concretas, foi proposto um novo mecanismo no âmbito internacional da cooperação técnica através da recomendação 36 do Plano de Ação de Buenos Aires:

TCDC<sup>2</sup> activities and traditional technical co-operation and development assistance to which the developed countries contribute should be productively linked. Developed countries should take fully into account, on a continuing basis, the goals established for TCDC activities when formulating their development assistance and technical cooperation policies. Developed countries, if they have not yet done so, should also institute changes in their procedures for furnishing technical and capital assistance to foster TCDC and a greater measures of national and collective self-reliance among developing countries (UNDP, 1994: 26).

O PNUD, através da aprovação deste plano de ação, reconhece a relevância das atividades

---

<sup>2</sup> Technical Cooperation among Developing Countries: Sigla inglês de CTPD

elaborados por países em vias de desenvolvimento e estabelece um novo papel dos países desenvolvidos que se associam ao plano do CTPD e ambas as partes buscam encontrar a forma mais efetiva de desenvolvimento.

#### **1.4 As décadas de 70-90 - Novos Conceitos de Desenvolvimento**

Amaro (2003) classifica as últimas três décadas do século passado como a era de tentativas de renovação do conceito de desenvolvimento. Segundo Amaro (2003:16), 6 novos conceitos nasceram nesta época, nomeadamente Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado. Na sua análise, os primeiros 5 conceitos podem ser encaixados em 3 fileiras, a Fileira Ambiental, a Fileira das Pessoas e das Comunidades (*People-Centered*) e a Fileira dos Direitos Humanos e da Dignidade Humana e o conceito do Desenvolvimento Integrado como um conceito transversal. Através desta classificação de Amaro sobre a mutação do conceito de desenvolvimento durante os últimos 30 anos do século passado, pode-se concluir que se começaram a priorizar principalmente dois pontos no que se refere ao processo de desenvolvimento:

- A “sustentabilidade” da forma de desenvolvimento
- O impacto causado às populações ou às comunidades a nível local.

Trato estes dois pontos porque penso que a Fileira das Pessoas e das Comunidades e a Fileira dos Direitos Humanos e da Dignidade Humana se encaixam na ideia de *People-Centered*. Relativamente ao primeiro ponto, o mundo começou a ficar mais ciente da degradação do meio-ambiente causado pelo sistema mundial capitalista. A preocupação com a forma de desenvolvimento destrutivo despertou de alguma forma a consciência para as necessidades de ajustes na sua implementação. A estruturação do conceito do Eco-Desenvolvimento iniciou-se a partir da Conferência de Estocolmo e dos estudos do Clube de Roma, nos quais foi discutida a questão ambiental à escala mundial. O conceito de desenvolvimento sustentável e a ideia de que não só a geração presente mas também as próximas gerações devem usufruir da riqueza natural que existe no mundo ganharam o reconhecimento global através da publicação do Relatório Brundtland em 1987, um documento que também é conhecido pelo seu título, “our common future” (Amaro, 2003: 17-18).

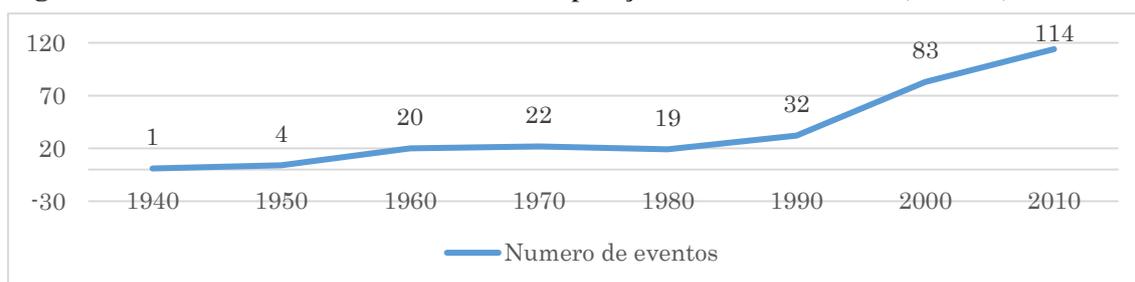
O conceito de “*People Centered*” marcou fortemente o fim do século XX. Esta ideia colocou as pessoas e as comunidades locais como protagonistas do desenvolvimento. O conceito do Desenvolvimento Participativo que apela a uma maior participação das

comunidades/populações locais na ação de desenvolvimento tornou-se fundamental e, na mesma perspectiva, o empoderamento das pessoas também foi privilegiado para que elas próprias adquiram capacidades ou competências que tornem o desenvolvimento mais sustentável (Amaro, 2003). Nestas circunstâncias, em 1990, o PNUD, na base de um novo consenso teórico internacional, propôs o Conceito de Segurança Humana que tenta estabelecer critérios para avaliar o grau de desenvolvimento dos países de forma quantitativa e qualitativa (Gómez, J.A.C., et al., 2007). O Relatório de Desenvolvimento Humano foi publicado pela primeira vez nesse ano. Pode-se assumir que o mundo continua a priorizar o crescimento económico medido pelo indicador do PIB, mas começou a ter em consideração o aspeto social.

### 1.5 Desafios do Milénio

Em consequência das mudanças ocorridas nas últimas três décadas no que se refere ao modelo de desenvolvimento, em 2000 líderes dos 189 países do mundo reuniram-se no Seminário de Milénio das Nações Unidas e assinaram uma declaração histórica, a *Millenium Development Goals* (MDGs), onde se definiram principalmente 8 metas<sup>3</sup> para alcançar até ao fim do ano de 2015. As metas incluíam desde alcançar o ensino primário universal a reduzir a mortalidade materna infantil (MDG Achievement Fund). O aspeto social do desenvolvimento ganhou preponderância no novo conceito de desenvolvimento e, devido à sua natureza social de horizontalidade, a Cooperação Sul-Sul tem ganho uma posição significativa na área de desenvolvimento.

**Figura 1:** Encontros internacionais sobre a Cooperação Sul-Sul em década (unidade)



Fonte: Elaborado pelo autor na base do Cabana (2014):9

<sup>3</sup> As 8 metas eram: (1) Erradicar a pobreza extrema e a fome, (2) Alcançar o ensino primário universal, (3) Promover a igualdade do género e dar poder às mulheres, (4) Reduzir a mortalidade de crianças, (5) Melhorar a saúde materna, (6) Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças, (7) Assegurar a sustentabilidade ambiental e (8) Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Como se observa no quadro acima (Figura 1), o laço entre os países do hemisfério sul tem sido fortalecido ao longo dos anos e especialmente a partir da década de 90 até à primeira década do século presente. Verifica-se que quase triplicou o número de encontros internacionais sobre a Cooperação Sul-Sul. Para explicar este fenómeno, pode dizer-se que a situação económica do período lhe foi favorável. Tanto os países desenvolvidos como os países em via de desenvolvimento estavam a passar uma fase de alta do crescimento económico. Para além disso, a declaração de MDGs promoveu a intensificação de implementação de programas contra a pobreza nos países desfavorecidos e incentivou o crescimento do montante total de ODA<sup>4</sup> que já tinha duplicado entre 2000 e 2005 (Cabana, 2014). Paralelamente, esta condição favorável à cooperação internacional também promoveu uma maior interação entre os países do Sul. Na primeira década do século XXI, os países emergentes tornaram-se fornecedores essenciais no âmbito da Cooperação Sul-Sul, exercendo funções diferenciadas (Cabana, 2014). Estes países emergentes nasceram do sistema económico mundial onde se foi esbatendo a fronteira entre o centro do sistema e as periferias. Em consequência, criou-se o conceito de “semiperiferia” para se fazer referência a países como Brasil e Índia, que pertencem à periferia do sistema capitalista mas possuem um nível elevado de industrialização e desempenham o papel de subcentros (Cabana, 2014). Os países que conectam o centro e a periferia do mundo, portanto, começaram a reconhecer as suas posições relevantes e a reconhecer-se em conformidade para criar novos polos de poder.

## **1.6 A emergência dos BRICS**

Em 2001, um relatório da Goldman Sachs propôs esta designação para chamar mais a atenção dos investidores em relação aos mercados emergentes que teriam retornos vantajosos. A percentagem de produtos cobrados de origem BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) incrementou-se de 16% para 22% entre 2000 e 2008 e, coletivamente, os cinco países reagiram melhor que os restantes à recessão mundial que começou em 2008. Em conjunto, 42% da população total do mundo está nesses países que representaram 33% do crescimento

---

<sup>4</sup> ODA é “Official Development Assistance” em sigla inglesa e o financiamento é providenciado por agências oficiais que se incluem estados e governos locais ou agências exclusivas deles. O objetivo deste organismo é promover o desenvolvimento económico e o bem-estar de países em via de desenvolvimento e o ODA possui carácter concessional (OECD, s.d.).

Tinha assinalado esta frase mas esqueci-me de a referir. Não consigo escrever um comentário na frase realçada.

Não percebo bem o que quer dizer aqui. Pode esclarecer?

económico mundial da primeira década do século XXI (Nye, 2011). Os cinco países, sendo principais membros do G20, tentam criar uma nova ordem do mundo e aprofundam o grau das suas interdependências. Uma das suas políticas é implementar projetos de diversos temas, especialmente em áreas económicas e financeiras, como por exemplo o Brasil e a Rússia fazem negociando as trocas comerciais nas respectivas moedas. Note-se também que o Brasil e a China discutem sobre a possibilidade de compra recíproca das moedas nacionais para assegurar reservas (Brasil, 2011). A criação do Novo Banco de Desenvolvimento<sup>5</sup> é uma outra iniciativa oriunda do processo de estreitamento das relações económica e financeira, sugerindo uma alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional.

Neste capítulo, observou-se a mutação do conceito da cooperação para o desenvolvimento e a mudança de atores ao longo da história. Os países emergentes têm aumentado as suas posições tanto na área da economia mundial como na cooperação internacional. De entre eles, o papel do Brasil é bastante relevante e tornou-se um potencial mundial economicamente. Na próxima seção, irei analisar o papel do Brasil na arena da cooperação internacional para o desenvolvimento e a sua relevância.

---

<sup>5</sup> Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD BRICS), também referido como Banco de Desenvolvimento do BRICS ou simplesmente Banco do BRICS, é um banco de desenvolvimento multilateral, operado pelos estados do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O banco está configurado para promover uma maior cooperação financeira e de desenvolvimento entre os cinco mercados sócios emergentes.



## **Capítulo II Cooperação Brasileira em Moçambique**

No Capítulo I, observamos como o conceito da Cooperação Sul-Sul se tem tornado relevante ao longo dos anos, desde o término da Segunda Guerra Mundial. Neste Capítulo, tenciono analisar como a cooperação no hemisfério sul se tem desenvolvido de maneira concreta. Com especial relevo, irei focar a forma brasileira de aproximação a África através da cooperação para o desenvolvimento, especialmente em Moçambique. Gostaria de contribuir para uma melhor compreensão do que está por detrás da cooperação brasileira no país africano.

### **1. Cooperação Brasileira em África**

#### **1.1 História Brasil-África**

Após as descobertas da América e de África pelos europeus, os dois continentes sempre foram manipulados pelo Mundo Ocidental. Obviamente, o comércio atlântico de escravos foi um dos incidentes mais marcantes na história que fortaleceram a conexão entre as duas margens do Oceano Atlântico. A análise de Klein (2002:210) mostra que entre 1451 e 1870, ao longo dos quatro séculos, 10 milhões de africanos foram forçados a deslocar-se para diferentes cantos do mundo. A maior percentagem foi dos transportados para o Brasil, estimando-se em 4 milhões. Este número é relevante quando se compara com o resto das regiões, como o Caribe Britânico e Francês, aos quais chegaram aproximadamente 2.3 milhões e 1.1 milhões de escravos africanos respetivamente (Klein, 2002:210).

No dia de hoje, as sociedades dos países americanos ainda possuem ligações históricas africanas em diversas áreas da cultura, nomeadamente na religião, etnia e outros. É de referir ainda que com o comércio atlântico de escravos, ou o comércio triangular, materiais e capitais foram transportados de África, da América e da Europa. Milhões de escravos foram enviados para a América, mas matérias-primas da América como açúcar e minérios foram também enviadas para a Europa, assim como produtos processados na Europa foram exportados para África com a finalidade de alimentar o comércio de escravos. Baseado neste facto histórico, a relação entre a África e a América não era unilateral. A América recebia de África e também inversamente.

Depois da abolição do tráfico, a relação Brasil-África foi bastante modesta durante muitos anos. O ponto de viragem deu-se na década de 1960 através da chamada Política Externa Independente (1961-1964) do Regime Militar brasileiro (1964-1985) e do Governo de Sarney (1985-1990). Entre os anos 60 e 80 retomou-se portanto a interação político-económica afro-

brasileira. Mais particularmente os anos 1970 e 1980 foram caracterizados por uma maior interação comercial e aproximação política (Visentini, 2014). Na entrada do século XXI, o fluxo bilateral Brasil-Africa reanimou-se a uma escala inédita. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do Partido de Trabalhadores, tomou posse como presidente brasileiro e a diplomacia brasileira começou a estreitar o seu laço com os países africanos. Na base do conceito da Cooperação Sul-Sul, o poder emergente sul-americano tenta desenvolver as relações com África nas áreas do comércio e do investimento, juntamente com as políticas da cooperação internacional em diferentes ramos desde a saúde à segurança e à defesa.

## **1.2 O Princípio da Diplomacia Brasileira em África**

A era de Lula marcou uma mudança extraordinária na relação entre o Brasil e África. Durante os seus dois mandatos como chefe do estado, ou seja, entre 2003 e 2010, Lula realizou 33 viagens ao continente africano e visitou 23 diferentes países. Em contrapartida, o Brasil recebeu 45 visitas de representantes de 27 diferentes nações africanas (Brasil, 2011:35). No mesmo período, 17 novas embaixadas brasileiras abriram ou reabriram em África, totalizando 35 embaixadas em funcionamento no continente. Este número total já é a quarta posição mundial. No mesmo período, o número das representações diplomáticas africanas em Brasília aumentou de 16 para 29 (Visentini, 2016:78). Estes números mostram a intensidade da interação diplomática entre ambas as partes.

No âmbito das relações multilaterais, tem havido bastante dinamismo entre as duas margens do Oceano Atlântico. As relações entre países emergentes e países em vias de desenvolvimento, pouco exploradas na era do governo de Fernando Henrique Cardoso, ascenderam através da diplomacia do governo de Lula Inácio de Silva. Em termos de atividades diplomáticas multilaterais, os resultados da diplomacia refletem-se na criação do Fórum Trilateral de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), da Cúpula América do Sul-África (ASA) e da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e nas iniciativas que fortalecem a relação entre o Brasil e África e a Cooperação Sul-Sul (Visentini, 2016).

O “*Balanço de Política Externa 2003-2010*” publicado, pelo Itamaraty, estabelece, da seguinte forma, a sua posição diplomática com África:

Trata-se de política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: o acesso a novos mercados,

vantajosas oportunidades econômicas e maior influência em foros multilaterais. Ou seja o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil (Brasil, 2011:35).

Através deste texto, podem-se conhecer as três consequências esperadas pelo Brasil na interação diplomática com o continente africano, nomeadamente: (1) o acesso a novos mercados, (2) as vantajosas oportunidades econômicas e (3) a elevação do perfil internacional. Outro ponto destacado no texto é a metodologia usada para extrair os três resultados. O Brasil implementa "política externa humanista" e "solidária" que "reduz a pobreza e promove o desenvolvimento", ou seja, através da Cooperação Sul-Sul. Vejamos esses pontos mais em detalhe.

#### (1) Novos Mercados

Na área do comércio externo, verificou-se grande expansão do intercâmbio. Em 2002, o comércio brasileiro com África era apenas de 5 bilhões de dólares americanos; em 2008, este número quase quintuplicou para 26 bilhões de dólares americanos. O continente africano já é o quarto maior parceiro comercial do Brasil, a superar parceiros tradicionais como a Alemanha, o Japão e a França. Relativamente às importações, 9% são provenientes de África; quanto às exportações, 5% dos produtos nacionais são destinados aos mercados africanos (Brasil, 2011:35). Um continente que possui 1.2 bilhões de habitantes é visto como um grande mercado para a economia brasileira e o grau da interdependência entre as partes tem-se aprofundado.

#### (2) Vantajosas Oportunidades Econômicas

O investimento de capitais privados brasileiros em África tem sido encorajado tendo em vista a internacionalização das empresas brasileiras em África, o que é promovido desde os anos 1970 (Visentini, 2014:50). Em 2010, os maiores investidores brasileiros, como a Petrobras, Vale, Marcopolo, Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, encontravam-se instalados em 13 diferentes países africanos (Folha de São Paulo, 2010). Os negócios destes grandes investidores não só beneficiam as próprias empresas mas também trazem lucros a outras empresas nacionais. Esse efeito multiplicador pode ver-se através do caso da Vale. Esta empresa, uma das maiores mineradoras do mundo que explora carvão nas minas de Moatize, Moçambique, precisou da oferta industrial de 20 outras companhias brasileiras para a concretização do seu projeto de carvão. Deste modo a relação com África fornece mais oportunidades de atuação fora do Brasil para muitas empresas brasileiras.

#### (3) A elevação do perfil internacional

Relativamente à maior influência no palco internacional, a Folha de São Paulo, o jornal mais

influyente do Brasil, indicou a importância dos votos africanos para a nomeação do candidato brasileiro como director-geral da FAO, ao enfatizar que cerca de um quarto do total de votos pertencem aos países africanos (Folha de São Paulo, 2011). O mesmo jornal reconheceu os esforços do governo brasileiro em África, que deram grande vantagem ao candidato brasileiro, destacando o aumento do número das embaixadas brasileiras entretanto implantadas em África e a implementação dos seus projetos de cooperação técnica com os parceiros africanos (Folha de São Paulo, 2010). Em 2011, o ex-ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo do Lula, José Graziano da Silva, acabaria eleito no cargo de director-geral da FAO. Não parece haver dúvidas de que o candidato recebeu um apoio decisivo dos países africanos (Portal Brasil, 2011). Este facto mostra como o estatuto internacional do Brasil beneficia com a interação com os países africanos.

### **1.3 Cooperação Brasileira em África**

Considero que a Cooperação Brasileira tem exercido um papel indispensável na consecução das metas acima referidas. Na base do conceito da Cooperação Sul-Sul, nos últimos anos o Brasil tem intensificado as suas políticas de cooperação para o desenvolvimento nos países do hemisfério sul. Até aos anos 1990 o Brasil era um dos principais recetores da Cooperação Técnica Internacional implementada pelos países desenvolvidos. Segundo Cervo (1994), o Brasil, como recetor de assistências, teve sucesso a acumular tecnologia internacional, conhecimentos e métodos avançados através de programas de cooperação técnica internacional. Contudo, o grande erro que o país cometeu foi no âmbito da cooperação prestada pelo Brasil aos países em vias de desenvolvimento. O autor argumenta que o país já se deveria ter tornado há mais tempo um prestador de Cooperação Técnica Internacional visto possuir condições técnicas para tal e considerando a crescente demanda por parte dos países em vias de desenvolvimento na área de cooperação técnica assim como o propalado terceiro-mundialismo da política externa brasileira das últimas décadas. Esta tendência começou a mudar a partir de 1987, ano em que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada no Ministério das Relações Exteriores. Vários estudos indicam que o nascimento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em 1987 foi um ponto de ascensão da cooperação brasileira no âmbito internacional (Cervo, 1994, Cabral, 2011, Visentini, 2016, Mendonça, 2014). A ABC coordena atualmente cerca de 300 projetos em 36 países africanos e o seu orçamento para a cooperação com África ultrapassa os 65 milhões de dólares americanos, o que corresponde a 55% dos recursos disponíveis da ABC (Brasil, 2011:56). Os países afro-lusófonos têm sido os maiores recetores desta modalidade da cooperação: 74% dos recursos alocados em projetos de cooperação técnica são destinados aos

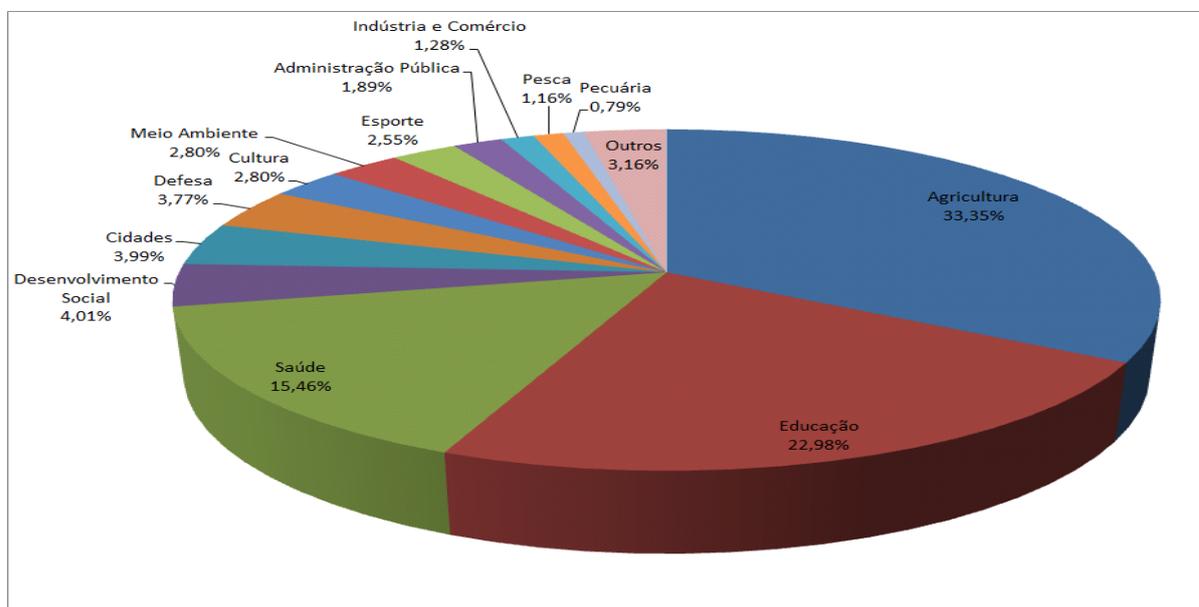
PALOP<sup>6</sup> (Visentini, 2016:87). Para as estatísticas da ABC, veja-se o Anexo 1.

#### 1.4 Características da Cooperação Técnica em África

Um estudo do IPEA classifica a Cooperação Brasileira em 4 modalidades: (1) Assistência Humanitária, (2) Bolsas de Estudo para Estrangeiros, (3) Cooperação Técnica e (4) Contribuições para Organizações Internacionais (IPEA, 2010:21). De entr destes quatro, pretendo focar-me especificamente na Cooperação Técnica porque considero que, com esta modalidade da cooperação, o Brasil consegue diferenciar-se dos outros doadores e ao mesmo tempo destacar as características brasileiras.

Os programas de cooperação técnica brasileira incluem a transferência de conhecimento e tecnologias em diversas áreas como agricultura, saúde e formação profissional e visam capacitar agentes ou instituições locais. A cooperação técnica brasileira é baseada na ideia da Cooperação Sul-Sul e promove assistência "humanitária" ou "cooperação solidária" entre os países em vias de desenvolvimento.

**Figura 2:** Cooperação Brasileira em África (2000-2014)



Fonte: ABC<sup>7</sup>

<sup>6</sup> PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.abc.gov.br/Gestao/AfricaSegmentoCooperacao>, acessado em 18 Julho 2017

A figura 2 acima representa em diagrama circular a cooperação brasileira para África (2000 - 2014). Com se vê, a maioria dos projetos de cooperação técnica está distribuída por 3 áreas: Agricultura (33,35% do total de projetos), Educação (22,98%) e Saúde (15,46%). Estas áreas privilegiadas, além de serem áreas que são as bases de uma nação para os países que ainda vivem em condições desfavoráveis, são áreas para as quais o Brasil pode fazer diferença relativamente aos outros parceiros. Estas áreas mais destacadas na cooperação técnica em África (agricultura, saúde e formação profissional) são as áreas que o próprio Brasil conseguiu retirar da condição de subdesenvolvimento ao longo das décadas anteriores (Mendonça, 2013). O Brasil é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e possui *know-how* nesta área. O país também lidera a área do medicamento contra o HIV e a SIDA no mundo. Através da cooperação Sul-Sul, o Brasil está inserido de forma efetiva no continente. Por outro lado, as outras áreas como administração e cultura mostram menos relevância, representando apenas 1.89% e 2.8% respectivamente do volume total da cooperação técnica brasileira. Isto apresenta um contraste digno de nota com os discursos oficiais do governo brasileiro, cujo laço cultural com África é frequentemente salientado.

O Brasil, como país subdesenvolvido, encontrou um mercado emergente que os seus parceiros tradicionais não exploravam. O país tenta transportar as suas experiências bem sucedidas nos anos anteriores por meio de programas sociais, especificamente nas áreas da agricultura, saúde e educação aos países africanos. Em resultado disso, o Brasil acaba por adquirir maior credibilidade nestas áreas no contexto da cooperação internacional, o que amplia ainda mais a sua atuação em África. Por consequência, a ampliação da diplomacia brasileira eleva o perfil internacional do Brasil.

A Cooperação Triangular é uma modalidade característica da cooperação brasileira que envolve três países, nomeadamente dois doadores que possuem complementaridades entre eles e um país recetor da assistência. Ultimamente, o Brasil tem expandido a sua presença nesta área junto com os países do Norte que têm um perfil de cooperação dentro do Brasil, tais como o Japão e a Alemanha (Cabral, 2011). A cooperação triangular é uma das características da cooperação brasileira em África. Por exemplo, em Moçambique tem sido desenvolvido um projeto designado ProSAVANA, implementado pelo Brasil e pelo Japão a favor de Moçambique. Este projeto visa o desenvolvimento agrícola na região nortenha do país e foi inspirado pelo modelo de desenvolvimento do Cerrado brasileiro nos anos 1970-80. A cooperação entre o Brasil e o Japão tem como objetivo tornar a região de savana um celeiro dos produtos agrários. O ProSAVANA será analisado na próxima secção deste capítulo.

## 1.5 Fome Zero e Bolsa Família

Trato aqui dum caso de exportação do programa social brasileiro integrado na política de Cooperação Técnica para perceber melhor o seu processo de implantação em diferentes lugares. Num país onde há grande discrepância social em termos de distribuição de renda, são frequentemente observados ciclos de pobreza de geração em geração. Para contrariar esta tendência crónica, o governo brasileiro lançou um programa de transferência condicional de renda em grande dimensão que é conhecido por Fome Zero e, posteriormente, por Bolsa Família. Hoje em dia, este programa é a marca brasileira que se exporta para os países onde se encontram situações semelhantes e deve ter-se presente que África é um grande mercado.

Um trabalho do Anthony Hall (2006) "*From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula*" argumenta, *grosso modo*, o histórico do programa Bolsa Família. Logo que o presidente Lula tomou posse em 2003, o programa Fome Zero entrou em funcionamento. O programa foi inspirado por José Grazido, antigo professor de agricultura da Universidade de Campinas em São Paulo e indicado pelo presidente Lula como Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Na prática, muitos pontos do programa do Fome Zero já tinham sido implementados durante a administração de Fernando Henrique Cardoso mas a entrada da administração de Lula sistematizou as iniciativas avulsas. Foi o caso, nomeadamente, dos programas de Transferência Condicional de Rendas como Bolsa de Escola que pretende incrementar a taxa de frequência das escolas pelas crianças, da Bolsa Alimentação que visa melhorar a nutrição materna, do programa PETI que combate o trabalho infantil e do Auxílio Gás que promove a utilização de gás na cozinha. Além destas quatro iniciativas, o "Fome Zero" ainda acrescentou um novo programa chamado "Cartão Alimentação". Este cartão serve como um cartão de crédito que permite comprar comidas seleccionadas.

Em Outubro de 2003, o governo de Lula anunciou a implementação do novo programa de Transferência Condicional de Renda designado "Bolsa Família" que diferencia a antiga iniciativa Fome Zero da sua forma de integração de ações e orçamento dos 4 principais programas. A maior integração dos quatro programas permitiu reduzir custos administrativos, melhorar a eficiência da seleção de beneficiários e facilitar o seu processo de descentralização. Já em 2004 as organizações internacionais vieram a reconhecer a relevância do programa. O Banco Mundial e o *Inter-American Development Bank* (IDB) propuseram financiamentos a este projeto acrescentando cerca de 2.57 milhões de USD ao orçamento do mesmo. O montante é equivalente a um quarto da estimativa orçamental total do programa (Hall, 2006:698).

Mesmo que haja críticas que apontem para a fragilidade administrativa e a fraca articulação com as demais políticas sociais e também o aumento do seu grau de dependência relativamente à máquina governamental, o Brasil conseguiu baixar o nível de desigualdade de renda em 15% com o “Bolsa Família”. Atualmente, o programa cobre cerca de 14 milhões de famílias, o que corresponde a 50 milhões de pessoas ou cerca de um quarto da população brasileira. O "Bolsa Família" é reconhecido como um programa revolucionário que serve como ponto de referência para a política social no mundo (Banco Mundial, 2013). Países de vários cantos do mundo estão interessados neste programa brasileiro, mas há um continente destacado de entre eles, que é África. Em África, devido à fraca incidência de classe média, os países têm problemas crônicos de corrupção e de distribuição de renda. A estrutura social de concentração de riqueza é relevante. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), 63 países enviaram equipas ao Brasil para procurar saber mais acerca da iniciativa. De entre eles, 25 são países africanos e 20 são países da América Latina e do Caribe. Até ao momento, os EUA, as Honduras, El Salvador, o Gana, o Quênia e a África do Sul criaram programas baseados no PBF e outros estados estão a estudar a implantação do programa mantendo forte contacto com o MDS (Último Segundo, 2013).

O êxito do programa nacional tornou o programa social num produto de marca brasileira para exportação. Para a maioria dos países em desenvolvimento, aparentemente, o modelo brasileiro seria uma política possível para combater a desigualdade social.

### **1.6 O *soft power* Brasileiro**

Relativamente ao papel do Brasil em África, o Brasil é visto como um grande parceiro de África devido à sua proximidade cultural e histórica relacionando-se num patamar de igualdade com vista a dar assistência necessária aos países africanos. Em contrapartida, o país também é visto como uma potência imperialista que explora recursos existentes em África e o continente africano é simplesmente um palco estratégico do Brasil para vencer a competição geopolítica (PACS, 2013). Através desta análise, argumenta-se que as duas perspetivas são verdadeiras e que existem diferentes dimensões na diplomacia brasileira em África. O primeiro ponto aqui desenvolvido concetualiza a política de cooperação como uma tática para abordar eficientemente os países africanos. O segundo ponto mostra como o Brasil, através da diplomacia, tenta incrementar o seu benefício nacional. Resumindo, o Brasil não é puramente um país parceiro ou um país imperialista: é simplesmente um país capitalista que procura maximizar os seus benefícios.

Como se viu atrás, na sua interação com África, o Brasil procura alcançar três vantagens: novos mercados, oportunidades económicas lucrativas e a elevação do seu *status* internacional. Como estratégia de inserção no continente africano, o Brasil tende a incrementar a sua influência (*soft power*) enfatizando a sua legitimidade, valores políticos e competência prática. Assim se tentam alcançar as metas da política externa brasileira (Dauvergne, Farias, 2012). Segundo Nye (2004), o *soft power* é uma estratégia que atrai através da cultura e da ideologia e não por imposição ou pagamento. A legitimação da aproximação brasileira ao continente é feita principalmente através da cooperação brasileira para o desenvolvimento. Viu-se como programas sociais do tipo do “Bolsa Família” atraem os países africanos. O recente estatuto do Brasil como um país emergente situado na semi-periferia e que interliga o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido favorece o reconhecimento do Brasil como um caso bem sucedido da combinação de crescimento económico e de inclusão social. Assim acontece por parte das organizações internacionais como o Banco Mundial e a FAO, o que reforça a imagem brasileira como modelo a seguir (PACS, 2012).

Os programas de bolsas de estudo para estrangeiros também fazem parte da cooperação brasileira para o desenvolvimento. Uma iniciativa inter-ministerial possibilitou a criação e recente ampliação dos programas de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). Além disso, em 2011, com vista a fortalecer a relação com África especialmente com os países afro-lusófonos, foi instalada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (Visentini, 2016) no Ceará, um dos estados mais subdesenvolvidos do Brasil.

Celso Amorim, ex-ministro das relações exteriores do governo de Lula, escreveu um artigo intitulado “A África tem sede de Brasil” (Carta Capital, 2010)”. Nesse artigo, cita o queniano Calestou Juma, que ocupou cargos internacionais na área ambiental e obteve o seu doutoramento no Brasil atraído pela noção de que este país é um modelo para o futuro de África: “Para cada problema africano existe uma solução brasileira”. O *marketing* brasileiro através da abordagem da Cooperação Sul-Sul tem sido bem sucedida para a criação de bases para atividades económicas e para a elevação do seu perfil internacional. Como consequência disso, o comércio Brasil-África cresceu cinco vezes entre 2000 e 2010 (Visentini, 2016). Como se viu também, a atuação das empresas brasileiras é promovida através da diplomacia de alto nível e o perfil brasileiro também tem sido reconhecido mundialmente

## **2. Cooperação Brasileira em Moçambique**

### **2.1 Breve História de Moçambique**

Após a Revolução dos Cravos que ocorreu no dia 25 de Abril de 1974 em Lisboa, a administração portuguesa começou a perder o controlo das suas colónias em África. No dia 25 de Junho de 1975, Moçambique declarou a independência de Portugal, que dominava o território africano há mais de 400 anos. Pouco tempo depois de o país ficar independente, começou uma guerra civil causada por conflitos internos mas também por ingerências externas (Rodésia e África do Sul). Quando acabou a guerra civil que durou 16 anos e devastou gravemente o seu território, o Estado moçambicano tentou promover as exportações e as ajudas internacionais para resolver graves problemas de dívidas internacionais. Nesse sentido, o governo moçambicano tentou estimular o crescimento económico na base de investimentos estrangeiros oferecendo incentivos atraentes como a isenção de taxas governamentais. Em consequência desta política, a estrutura da economia moçambicana tornou-se mais dependente da exportação de matérias-primas e da assistência internacional, que atualmente sustenta quase metade do orçamento anual do governo moçambicano.

### **2.2 Cooperação Técnica em Moçambique**

A relação Brasil-Moçambique recomeçou a partir da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996. A CPLP enquanto organização também exerceu um papel relevante na construção da paz em Moçambique no período pós-guerra. No entanto, o Brasil destacou-se e entrou numa nova fase de aproximação a Moçambique baseada em políticas culturais na área da preservação da herança cultural comum e na cooperação técnica (Visentini, 2016). Os programas de cooperação técnica brasileira em Moçambique são geridos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A base da cooperação técnica brasileira é o Acordo Geral de Cooperação assinado pelos dois lados em 15 de Setembro de 1981 (ABC, s.d.a), quando Moçambique ainda sofria os efeitos da guerra civil.

Como se viu, na área da cooperação técnica brasileira, o continente africano recebe mais de metade do orçamento total para a cooperação técnica brasileira e a maioria dos recursos é direcionado para os PALOP. De entre estes, Moçambique é bastante privilegiado entre os países luso-africanos. A forte relação bilateral entre o Brasil e Moçambique é representada pelo número de projetos implementados na área da cooperação técnica. No final de 2011, o programa bilateral era composto por 21 projetos em execução e 9 projetos em início de implementação.

Em termos de financiamento, o montante alocado no âmbito da cooperação bilateral era cerca de 22 milhões de dólares americanos, e cerca de 10 milhões de dólares americanos tinham sido alocados para cooperação trilateral; em suma, um total de 32 milhões de dólares americanos foi destinado a Moçambique no âmbito de cooperação internacional (ABC, s.d.a).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE):

Moçambique é um dos principais países recetores de cooperação técnica brasileira, que é executada em projetos conjuntos de interesse mútuo e prevê a cessão e/ou intercâmbio de conhecimentos técnicos por meio da disponibilização de especialistas, da capacitação de recursos humanos, de visitas técnicas ou estágios (Embaixada do Brasil em Maputo, s.d.a).

Na página oficial da Embaixada do Brasil em Maputo, ao descrever os programas de cooperação técnica brasileira, três áreas são referidas como relevantes, nomeadamente saúde, educação e agricultura e estas áreas correspondem às áreas mais priorizadas pela ABC no âmbito da Cooperação Técnica para o continente africano, como vimos na figura 2.

Na área da saúde, a presença brasileira é vista na ação contra o HIV/SIDA. Como resultado da visita oficial do presidente Lula em 2003 a Maputo, o governo brasileiro instalou uma fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos em Matola, perto de Maputo, implantando um escritório na Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) nesta cidade para melhor funcionamento da cooperação nesta área. Este empreendimento brasileiro é conhecido como o primeiro projeto de fabricação de medicamentos anti-retrovirais e outros remédios com investimento total do sector público em África. Além da produção de medicamentos, a ABC, através da FIOCRUZ, apoia o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique no sentido de capacitar os quadros profissionais e fortalecer o mecanismo institucional.

Na Educação, os dois países possuem diversos programas implementados em conjunto. No âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA), entre 2003 e 2008 155 estudantes moçambicanos foram enviados ao Brasil para obter o grau de graduação sem custo. Além deste número, 80 estudantes moçambicanos foram selecionados para se integrarem em cursos de mestrado ou doutoramento em universidades federativas através do Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG) (Embaixada do Brasil em Maputo, s.d.a).

No âmbito de Cooperação Multilateral, existem programas da CPLP que envolvem instituições moçambicanas. Na área da agricultura existem diversos projetos em execução, desde programas bilaterais a trilaterais. De entre estes, o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais em Moçambique (ProSAVANA) é o mais eminente. O programa trilateral tem sido implementado por Moçambique, Brasil e Japão, tendo como objetivo melhorar as condições de vida da população que vive à volta do Corredor de Nacala, a região nortenha de Moçambique. Além deste projeto, no âmbito de cooperação trilateral, o Brasil, juntamente com Moçambique e os EUA, implementa programas para garantir a segurança alimentar de Moçambique. A nível bilateral, o Brasil coopera na transferência para Moçambique de tecnologias e metodologias brasileiras através da implementação do programa Mais Alimentos e demais programas relacionados com o algodão, sementes tradicionais, florestas e outros.

Como observámos acima, a cooperação técnica brasileira é relevante nestas três áreas em Moçambique. Entretanto, na área de agricultura, diversos programas de origem brasileira têm sido executados no território moçambicano, como o ProSAVANA, o PAA (parte do Fome Zero) e o Mais Alimentos África. A Embrapa,<sup>8</sup> a agência brasileira que é considerada como um modelo de ponta (Dúran, Chichava, 2013), abriu recentemente um escritório em Nampula.

Em seguida, pretendo analisar especialmente a Cooperação Técnica Brasileira na área de agricultura para examinar mais detalhadamente a aproximação brasileira a Moçambique. Como se viu, de entre os programas na área da agricultura, o projeto mais destacado é o ProSAVANA: um programa triangular para o desenvolvimento agrícola da região nortenha que é a região moçambicana de maior concentração demográfica. Na ocasião da visita oficial da ex-presidente Dilma Rousseff em outubro de 2011 a Maputo, a ex-presidente brasileira destacou esse programa triangular como um dos mais importantes no âmbito da cooperação e enfatizou o seu papel relevante no processo da erradicação de fome e de alternativa à dependência da agricultura de subsistência (ABC, s.d.a). Por ser considerado como um projeto chave do governo brasileiro, tenciono focar-me um pouco mais na estratégia de cooperação brasileira em Moçambique através de análise do ProSAVANA. Escolho este programa como objeto de análise por dois motivos:

- (1) Julga-se que este projeto contém características eminentes da cooperação técnica brasileira

---

<sup>8</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, fundada em 1973 e vinculada com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

no âmbito da cooperação internacional, na qual o Brasil se tem conseguido diferenciar dos outros doadores em termos de tipos de abordagem;

- (2) Entende-se que o projeto tem potencial para ampliar o espaço da atuação económica brasileira na região norte daquele país africano.

### **2.3 Projeto ProSAVANA**

Em Moçambique, a insegurança alimentar atinge um terço da população total e 43% das crianças menores de cinco anos de idade sofrem de desnutrição crónica (WFP, s.d.). Para superar este problema crónico de malnutrição e garantir a prosperidade no futuro, o Brasil, o Japão e Moçambique juntaram-se para implementar um projeto ambicioso que tenta inverter esse cenário.

O ProSAVANA é um projeto triangular lançado em 2011 que visa, como se refere no ponto acima, o desenvolvimento numa região de 14 milhões de hectares através dum programa de desenvolvimento agrícola regional de base sustentável e inclusiva. O projeto está vinculado com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário-2011-2020 (PEDSA) e visa a modernização da agricultura com o aumento da produtividade e a diversificação da produção agrícola. O programa é baseado na ideia de *Win-Win-Win*. Todos os intervenientes sairão com ganhos inerentes. Ao nível da sua implementação, o projeto é desenvolvido em coordenação entre o Ministério de Agricultura (Moçambique), o Embrapa (Brasil) e a JICA (Japão).<sup>9</sup>

O projeto agrícola visa responder a três objetivos essenciais:

- 1) Procurar a forma adequada de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrário no Corredor de Nacala (ProSAVANA-PI);
- 2) Formular um plano de matriz para acelerar o desenvolvimento socioeconómico através do engajamento do sector privado com a finalidade de reduzir o nível de pobreza no Corredor de Nacala (ProSAVANA-PD);
- 3) Estabelecer um modelo de desenvolvimento que beneficie todos os níveis de agricultores no Corredor de Nacala (ProSAVANA-PEM).

O ProSAVANA foi inspirado no programa Prodecer implementado pela JICA no Brasil nos anos 1970. Através deste programa de cooperação bilateral, o Brasil conseguiu tornar uma região de

---

<sup>9</sup> Consultar <http://www.prosavana.gov.mz/what-is-prosavana/>

savana (de um tipo que no Brasil é designada por “Cerrado”), considerada inexplorável, num pólo de produção alimentar para o mercado mundial. Atualmente, o Brasil é o maior produtor de soja e o segundo maior de milho depois dos Estados Unidos. A região nortenha de Moçambique foi escolhida para a implementação do ProSAVANA porque ao longo do chamado Corredor de Nacala existe um vasto território com características de savana que possui condições geográficas e climáticas muito semelhantes às da região de Cerrado no Brasil.

#### **2.4 Várias perspetivas sobre o ProSAVANA**

Tem havido várias opiniões em torno do Projeto ProSAVANA mas nesta secção considera-lo-ei apenas na sua dimensão de protótipo da cooperação brasileira em Moçambique. Procuo para esse efeito descrever holisticamente a imagem do projeto ProSAVANA e as opiniões geradas à sua volta. Uma publicação direcionada à população moçambicana reforça a ideia de que o programa melhorará a vida dos moçambicanos:

Por meio de uma abordagem sustentável, participativa e ambiental e socialmente responsável, o ProSAVANA apoiará os produtores moçambicanos a aumentar sua produção e produtividade como forma de contribuir para a redução da pobreza, segurança alimentar e nutricional do país. Um projeto em Moçambique, para os moçambicanos (IIAM, 2013).

Ao contrário desta posição otimista do lado dos três governos, o projeto agrícola tem sido frequentemente associado à questão da expropriação de terra pelas comunidades locais, o chamado *Land Grabbing*. Isso deve-se ao facto de o ProSAVANA, por norma, visar o implemento da agricultura em grande escala para que a região de Nacala se torne um celeiro da África Austral. Contudo, para algumas pessoas, a atuação brasileira ao longo do Corredor de Nacala é vista como um risco que descontrola a ordem tradicional da região.

Como o ProSAVANA é originalmente inspirado na história de sucesso do Prodecer no Brasil, existem críticas que apontam para a omissão da consideração dos efeitos negativos do Prodecer na região de Cerrado. Hoje em dia, o projeto Prodecer é criticado por promover a concentração de terra nas mãos do agro-negócio em prejuízo dos pequenos produtores e das comunidades indígenas. Para além disso, teve como efeitos secundários negativos do ponto de vista ecológico o desmatamento, a erosão do solo e a contaminação dos recursos hídricos locais devido à utilização intensiva de pesticidas e fertilizantes químicos (Dúram, Chichava, 2014). Estas críticas são feitas por diversos atores como os próprios camponeses, a sociedade civil e as

diversas ONGs locais e internacionais. Com a entrada do agro-negócio de grande escala, os camponeses moçambicanos pensam que é inevitável que, com a modernização dos sistemas agrícolas, esses efeitos negativos se repliquem na sua região, num mundo em que a maioria da população se dedica à agricultura em pequena escala e/ou à auto-subsistência. A possibilidade de grandes mudanças assusta indubitavelmente os camponeses.

A discussão entre pesquisadores tem sido cada vez mais acentuada. Natália Fingermann (Fingermann, 2013) efetuou um trabalho de campo e análise dos documentos oficiais do ProSAVANA e concluiu que há muitos mitos acerca deste projeto triangular. A investigadora argumenta que as afirmações feitas não são reais ao enfatizar que os planos de ProSAVANA não prevêem nenhuma usurpação de terras de pequenos agricultores ou de priorização da entrada de grandes empresas para controlar a região. A pesquisadora afirma que os governos intervenientes estão cientes de que o modelo Prodecer não é um modelo universal e que relativamente à possibilidade de futuros conflitos a lei da terra de Moçambique poderá ser usada como salvaguarda, ao não permitir a usurpação de terras. Aponta também para a diferença do contexto histórico, visto que na altura da implementação do Prodecer vigorava no Brasil o regime da ditadura militar, não havendo portanto mecanismos para que a sociedade civil monitorizasse o processo de implementação do projeto (Fingermann, 2013).

Respondendo à posição da Fingermann, Funada-Classen (2013) reagiu, afirmando que a maioria dos argumentos de Fingermann se baseia em pressupostos e em entrevistas com agentes do ProSAVANA. A investigadora japonesa alega que a própria Fingermann ajudou a consolidar os mitos ao denunciar as pessoas que se envolvem na luta contra o ProSAVANA e pelos direitos do povo moçambicano e do ambiente (Funada-Classen, 2013). Além desta denúncia de Funada-Classen, há ainda críticas acerca do seu aspeto de agro-negócio de algum modo encoberto pelo formato de projeto de cooperação técnica. Mais de 100 agricultores brasileiros, especialmente do estado de Mato Grosso onde o Prodecer foi implementado, visitaram Moçambique com o intuito de aproveitarem os baixos preços da terra relativamente aos do Brasil e os incentivos oferecidos pelo governo brasileiro no âmbito de ProSAVANA (Dúran, Chichava, 2013). Pode-se perceber bem que este programa de cooperação técnica possui um forte componente de aproveitamento por parte do capital privado como o projeto em si já prevê.

## **2.5 As características do ProSAVANA**

Relativamente ao primeiro ponto dos objetivos do programa (transferências de tecnologia),

característica que o diferencia dos outros projetos em Moçambique, pode dizer-se que tanto o Brasil como o Japão são dois atores relativamente novos no contexto da cooperação internacional em Moçambique. Nenhum desses países esteve envolvido em guerras coloniais em África. Além disso o Brasil tem a vantagem de possuir laços históricos e culturais e uma língua comum que é a língua portuguesa. Estes são factores que contribuem para diminuir possíveis obstáculos à implementação do ProSAVANA em Moçambique.

Segundo Dúran e Chichava (2013), os programas da cooperação brasileira na área de agricultura estão bem instalados porque:

O Brasil é entendido e apresentado pelas autoridades moçambicanas como um modelo, afirmando-se que este país sul-americano: (1) tira partido da sua recente experiência de desenvolvimento da agricultura tanto comercial como familiar e tem, por isso, um modelo holístico a oferecer, (2) é ainda um país em desenvolvimento que enfrenta problemas de pobreza e desigualdade e, por isso, “entende melhor” as necessidades de outros países em desenvolvimento; (3) possui o conhecimento técnico relevante de solos tropicais; e (4) tem uma proximidade linguística e cultural com Moçambique (Dúran, Chichava, 2013:402).

O ProSAVANA é portanto mais um exemplo do *Soft Power* do Brasil. Como temos visto, a agricultura é uma das áreas mais privilegiadas da cooperação técnica brasileira em África. O *know-how* e as experiências que o Brasil possui hoje são acumulados por diversos programas de cooperação. O Prodecer continua a ser considerado como um bom exemplo de cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão, que transformou a região do Cerrado num celeiro de alimentos. Capitalizando esta imagem de sucesso, o Brasil tenta exportar a sua política de desenvolvimento agrário para Moçambique. Por seu lado, os países em via de desenvolvimento como Moçambique buscam um modelo de desenvolvimento. O modelo brasileiro é considerado um caminho a seguir ou, pelo menos, como um modelo alternativo que se diferencia do modelo tradicional de desenvolvimento.

Segundo Cabral (2011), a cooperação triangular também serve para a manutenção do relacionamento bilateral entre o Brasil e o país doador do Norte que continua a ser estratégico para as duas partes. Os países do Norte têm exercido uma função importante de investimento e de tecnologia. O contexto de fraco crescimento e desenvolvimento da economia explicou o afluxo de muitos capitais do Norte ao Brasil. Essas ligações podem ser replicadas em países terceiros. Incorporando um doador tradicional aos seus programas externos e assegurando assim

um novo afluxo dos capitais do Norte, o Brasil procura mitigar a imagem de uma possível hegemonia brasileira no hemisfério sul através da Cooperação Triangular.

Além do ProSAVANA, diversos projetos nipo-brasileiros estão ou estiveram em curso ao longo do Corredor de Nacala, como a construção de um novo aeroporto, de um terminal de carvão no porto de Nacala, a reabilitação desse porto e a construção e da linha ferroviária do Norte. Os efeitos multiplicadores desses projetos são grandes para o capital privado, especialmente o brasileiro. A construção do Aeroporto de Nacala foi adjudicada à empresa brasileira Odebrecht. O valor total da obra foi estimado em 200 milhões de dólares americanos, dos quais cerca de 125 milhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES), uma máquina governamental do Brasil que tem apoiado financiamentos de programas de infraestruturas fora do Brasil (Mises Brasil, 2014).

Uma empresa brasileira de planeamento e consultoria, a Arcadis Logos, foi contratada para a construção do terminal de carvão da Vale e para a construção de uma linha férrea de acesso com 29 quilómetros. O valor da obra está estimado em 47 milhões de dólares americanos (Macauhub, 2012). O projeto de reabilitação do Porto de Nacala também está em curso, com financiamento do governo japonês. Até 2020, estima-se que a capacidade de manuseamento de carga irá aumentar, passando dos atuais dois milhões para 5,5 milhões de toneladas anualmente. O montante a ser concedido pelo Japão é de 350 milhões de dólares americanos (Jornal Notícias, 2015).

Desde já, deve destacar-se o projeto eminente, isto é, a exploração do carvão da mina de Moatize. A companhia brasileira Vale Moçambique está instalada na província de Tete com vista à exploração de carvão. As suas operações iniciaram-se em 2011 e, como se verá nos pontos seguintes, em cerca de 5 anos expandiu largamente a sua capacidade de produção. Para aumentar a capacidade de escoamento do carvão, a companhia está a investir numa nova linha férrea que liga a mina de Moatize ao Porto de Nacala-à-Velha via Malawi. Atualmente, a linha férrea do Corredor de Beira é a principal via de escoamento do carvão de Moatize, mas a sua fraca capacidade levou a Vale a abrir outra linha. Uma empresa japonesa, a Mitsui, faz parte deste projeto integral que consiste na operação mineira e na sua parte logística desde 2014. A empresa assegura a participação da 15% da operação da mina de Moatize e de 35% do projeto da infraestrutura que inclui a linha férrea entre Moatize e Nacala-à-Velha (Mitsui, 2016). Os interesses nipo-brasileiros de ambos os sectores, privado e público, concentram-se ao longo do Corredor de Nacala e modelam drasticamente a zona rural de Moçambique.

É importante notar que as logísticas do ProSAVANA e do Projeto de Moatize dependem da mesma linha férrea: a Linha do Norte, que corre ao longo do Corredor de Nacala. O ProSAVANA visa o desenvolvimento agrícola. Para que este se possa efetivar, é necessária uma via de transporte das mercadorias; por sua vez, a Vale também precisa de uma via de escoamento do carvão além do Porto de Beira. Existe assim uma área de interesse comum a ligar os dois projetos, o ProSAVANA e o projeto de Moatize, pelo que para ambos o reforço da linha férrea é essencial. A linha férrea que liga a mina de Moatize em Tete a Nacala está projetada para transportar minérios e produtos agrícolas. De igual modo, as infraestruturas como o Aeroporto de Nacala e a Reabilitação do Porto de Nacala também são componentes essenciais para ambos os projetos e para o governo brasileiro são essenciais à entrada e saída de mercadorias e pessoas.

As características de interdependência entre um projeto privado e um programa de cooperação triangular liderado pelas três nações, Brasil, Japão e Moçambique, têm sido fortalecidas. Aos olhos brasileiros, a cooperação com o Japão na região norte de Moçambique pode mitigar uma possível imagem de hegemonia brasileira no Norte devido à implementação dos dois grandes projetos, o do carvão de Moatize e o ProSAVANA. O investimento em infraestruturas no Corredor de Nacala, como a linha férrea, o terminal de carvão, e o aeroporto, é visto como um contributo para a riqueza nacional, embora estas infraestruturas sejam indispensáveis à extração de benefícios para as operações a desenvolver na região.

Considera-se que a ligação entre a cooperação para o desenvolvimento e as atividades económicas é estreita e a relação entre ambas é cada vez mais complexa e ambígua. A construção do Aeroporto de Nacala e do Terminal de Carvão, que visam acelerar o desenvolvimento da região, foi realizada por empreiteiros brasileiros. Há críticas sobre a chegada de dezenas de empresas brasileiras que estão encaixadas no agro-negócio do Corredor de Nacala. Esta complexidade e a ambiguidade da presença de firmas brasileiras na região nortenha do país, a que se juntam diplomacia de prestígio e oportunidades indiretas de negócio, fazem parte da abordagem brasileira no que respeita à Cooperação Sul-Sul e especialmente com Moçambique.

## **2.6 Breves Conclusões**

Para algumas pessoas, as relações com África impulsionaram o lado solidário do programa social implementado por Lula da Silva, numa extensão internacional das ações brasileiras; outros pensam que é uma diplomacia de negócios, por outras palavras, um *imperialismo soft*, que pouco se diferencia da presença chinesa em África (Vissentini, 2016). No contexto de

Moçambique, compreende-se que ambas as perspectivas são corretas. A cooperação brasileira visa não só criar uma base para que as atividades económicas se acentuem, mas também funciona como facilitador ou impulsionador da atuação do capital privado brasileiro.

Através do análise sobre a cooperação técnica em Moçambique e especificamente o ProSAVANA, compreende-se que a presença brasileira é fortalecida com a implementação de programas de cooperação tanto bilaterais como triangulares. A atuação das empresas brasileiras tem sido bastante ativa. Como vimos no caso do Norte de Moçambique, a ligação entre Cooperação Técnica e Oportunidades Económicas é evidente no caso do ProSAVANA e do projeto da Vale em Moatize. A ambiguidade e a complexidade entre a cooperação e as atividades económicas têm sido recentemente aprofundadas. Dúran e Chichava (2013) concluem que a cooperação técnica brasileira é um instrumento importante da política externa para a inserção internacional do país, mas entendem que a cooperação brasileira não é utilizada apenas como metodologia de aproximação política. No caso de Moçambique a cooperação técnica, o ProSAVANA e o projeto de Moatize interligam-se por um objetivo comum que é o desenvolvimento do Corredor de Nacala, de modo a maximizar a presença do capital privado. As empresas brasileiras, juntamente com o governo brasileiro, estão a modificar fortemente a paisagem natural da região nortenha de Moçambique.

### **Capítulo III Indústria Mineira em Moçambique e o Impacto Socioeconómico**

Examinámos a relação ambígua e complexa da política brasileira em Moçambique, especialmente ao longo do Corredor de Nacala. Em seguida, observaremos o interesse brasileiro a partir dum ângulo diferente da cooperação, ou seja, o setor privado. O objetivo deste capítulo é avaliar como a presença brasileira afeta e modifica a paisagem social e natural de Moçambique, mais concretamente a de Tete, onde a mineradora Vale Moçambique se estabeleceu com vista a explorar minérios. Tenciono analisar o impacto socioeconómico que a empresa brasileira tem trazido à região.

#### **1. O boom da mineração em Tete**

Resenfiled (2012:3) considera que após a guerra civil que terminou em 1992 Moçambique tem passado por 3 fases de exportação: a exportação de produtos da pesca no início do século XXI, o alumínio e, atualmente, os recursos naturais. A sociedade de Tete é principalmente formada por camponeses tal como o resto das províncias de Moçambique. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de emprego da província de Tete é de 74.7%: situa-se no terceiro lugar entre todas as províncias (Instituto Nacional de Estatística, 2015:8). No Inquérito aos Orçamentos Familiares, verifica-se que na província de Tete a distribuição percentual da população empregada, por ocupação principal e na faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade, é de 89.5 %, sendo praticamente identificada como uma população de camponeses. Esta taxa de atividade é a segunda mais alta entre 11 províncias incluindo a Cidade de Maputo, sendo apenas inferior à de Cabo Delgado (89.7%) (Instituto Nacional de Estatística, 2015:22).

Besharati (2012) destaca que antes do *boom* da mineração o distrito de Tete se parecia com outras regiões moçambicanas. A maioria da população vivia na pobreza e na condição rural. Este cenário mudou completamente com a vinda das mineradoras. Técnicos estrangeiros chegam a Tete e nas estradas de Moatize vêem-se agora continuamente camiões e veículos 4X4 a circular. Inúmeros veículos atravessam a ponte que liga a Cidade de Tete ao Distrito de Moatize, o centro da mineração. O influxo de pessoas e bens desta dimensão era inesperado e a província de Tete tem tentado controlar esta situação de modo a sustentar o mais possível a indústria mineira, isto é, preparando as infraestruturas e os serviços necessários como estradas, acomodações, restaurantes, clínicas e escolas.

Após longos anos de pós-guerra, o país vivia demasiadamente dependente de ajuda externa e além da Mozal (fábrica de fundição de alumínio), que tinha entrado em funcionamento em 2000,

não havia outra indústria capaz de se desenvolver. Pode-se concluir que o surgimento da indústria mineira de grande escala alterou o rumo do futuro de Moçambique. Existem várias empresas multinacionais que tentam beneficiar dos recursos inexplorados. Uma fonte do governo moçambicano revela que em Março de 2014 sete empresas mineiras estavam na fase de exploração: Vale, Rio Tinto, Minas de Moatize, Jindal, Rovubwé, Nkonedzi Coal Company e Midwest. Mais algumas dezenas de empresas estão na fase de pesquisa de viabilidade de projetos (Portal do Governo de Moçambique, s.d.).

O potencial dos recursos naturais de Moçambique foi ainda mais reconhecido depois da recente descoberta de um grande depósito de gás natural no alto mar ao largo da província de Cabo Delgado. As reservas de gás natural na bacia do Rovuma em Cabo Delgado estão estimadas em 100 trilhões de pés cúbicos com o valor de 350 milhões de dólares americanos, o que possibilitaria ao governo moçambicano arrecadar 20 bilhões de dólares americanos (Hanlon, 2013). O balanço é elucidativo: prevê-se que Moçambique entrará na lista dos vinte maiores produtores de gás natural do mundo e na dos dez maiores produtores de carvão. Só em 2011, houve um investimento global de 2,7 milhões de dólares americanos nos dois sectores acima referidos (Hanlon, 2013). O aumento da procura de matérias-primas na primeira década deste século impulsionou um maior número de investimentos num país ainda inexplorado.

### **1.1 O boom carbonífero de Tete**

Prevê-se que as duas bacias carboníferas da província de Tete - Moatize e Mucanha-Vuzi - possam gerar um rendimento anual de 1.5 bilhões de dólares americanos e produzir 25% do carvão de coque do mundo em 2025 (Besharati, 2012). Dentro das empresas em operação, três companhias são as mais destacadas quanto à escala dos respectivos projetos:

- A Vale;
- A Internacional Coal Ventures Private Limited (ICVL);
- A JINDAL.

A Vale foi a primeira mineradora internacional a entrar na exploração mineira de grande escala em Tete e atualmente continua a liderar a atividade mineira deste país. A sua primeira mina consegue produzir 11 milhões de toneladas por ano, mas com a conclusão da construção duma outra mina (Moatize II), a firma duplicará a sua capacidade para 22 milhões. Em 2013, a Vale produziu cerca de 4 milhões de toneladas (Vale Moçambique, s.d.a). A duplicação da produção anual dependerá dum projeto de construção/reabilitação da linha férrea que ligará a mina de

Moatize ao Porto de Nacala-à-Velha. A empresa brasileira viu-se obrigada a implementar a multiplicação da via de escoamento devido à fraca capacidade de transporte da linha de Sena que era até então a única via de acesso ao mar.

A ICVL é um consórcio composto por empresas indianas. Em 2014, a ICVL adquiriu 65% da participação da Mina de Benga e 100% das participações de dois projetos de *green field*, Tete East e Zambeze, da empresa Rio Tinto.<sup>10</sup> Tata Steel possui o resto (35%) da participação de Benga. A mina de Benga possui capacidade para produzir 5.4 milhões de toneladas de carvão por ano, mas devido ao baixo preço do carvão, a companhia decidiu-se a paralisar a sua produção em Maio de 2016. Neste momento, com a subida do preço de carvão, prepara-se para reiniciar a operação mineira (Club Mozambique, 2017).

Com cerca de 100 quilómetros de distância da Cidade de Tete, uma outra companhia indiana, a JINDAL, está instalada no distrito de Changara. A mina de Chirodzi foi inaugurada em 2013 com a presença do ex-presidente moçambicano, Armando Emílio Guebuza. A mina tem uma reserva provada de 700 milhões de toneladas e espera-se uma produção de 10 milhões de toneladas de carvão por ano, sendo 3 milhões de toneladas na primeira fase. No início de 2013, o primeiro navio partiu do Porto de Beira a exportar o minério (Jindal Africa, s.d.). O quadro seguinte sintetiza a atividade destas três multinacionais mineiras no distrito de Tete:

**Figura 3:** Mineração na província de Tete

Empresa	País de Origem	Distrito	Estado da atividade	Accionistas	Capacidade de produção
Vale Moçambique	Brasil	Moatize	Moatize I (a produzir), Moatize II	Vale S.A.:70%, Mitsui:15%, EMEM:5%	22 milhões por ano
ICVL	Índia	Moatize	Benga (paralisada e a recomençar a produção)	ICVL:65%, Tata Steel:35%	5.4 milhões por ano
JINDAL	Índia	Changara	Changara (paralisada, a recomençar a produção)	-	3 milhões por ano

Elaborado pelo autor baseado em texto

Pode concluir-se que o sector carbonífero moçambicano está exclusivamente associado ao

<sup>10</sup> Rio Tinto tinha adquirido a mina de Benga duma empresa australiana, Riversdale, por 3.7 biliões de dólares americanos em 2011

investimento dos capitais do Sul. O Brasil encontra assim uma crescente concorrência de outros BRICS na nova "corrida a África".

## **1.2 Infraestruturas: equipamentos sociais e produção de energia**

A vinda das grandes empresas impulsionou a modernização das infraestruturas que anteriormente eram insuficientes para suportar a logística da indústria. Na cidade de Tete havia uma única ponte construída em 1968, mais tarde designada Ponte Samora Machel sobre o rio Zambeze, um dos quatro maiores de África. Com o recente aumento de volume de veículos, especialmente de carga, o governo viu-se obrigado a fazer uma outra. Em 2014, a Ponte Kassuende foi construída para suportar a demanda crescente. A linha férrea era um dos maiores obstáculos para a indústria mineira. Até agora, a linha de Sena tem sido a linha principal para o escoamento de carvão. A linha, que tem uma extensão de 575 quilómetros, dá acesso ao Porto de Beira, na província de Sofala. Neste momento, a linha de Sena possui capacidade de transporte de 6 milhões de toneladas de carvão anualmente, e em 2018 poderá duplicar a sua capacidade para 12 milhões (Hanlon, 2013).

Na fase inicial, os dois mega-projetos<sup>11</sup>, Vale e Rio Tinto, dependiam desta infraestrutura embora a JINDAL também transporte o carvão de camiões até ao Porto de Beira. Pode acrescentar-se que não foram apenas as limitações técnicas das vias de comunicação a trazerem problemas às empresas mineiras. Algumas chegaram a ser interrompidas quando as operadoras foram obrigadas a paralisar as suas atividades devido à revolta da população local que contrariava estas mineradoras. A Vale tem investido para criar uma alternativa para o escoamento do carvão de Moatize. A linha de Nacala, que passa no interior do Malawi com um trecho de 237 quilómetros, totaliza 912 quilómetros de extensão. Na fase final poderá transportar 18 milhões de toneladas por ano (Vale Moçambique, s.d.b). A Vale investiu também na construção de um terminal de carvão no terminal da linha, em Nacala-à-Velha. A Rio Tinto (atual ICVL), a antiga concessionária da mina de Benga, propôs ao governo a navegabilidade do Rio Zambéze para ampliar as vias de transporte de carvão, mas o plano foi rejeitado após a realização de estudos de viabilidade pelo governo moçambicano (Hanlon, 2013).

Relativamente à geração de energias, havia inicialmente três projetos de construção de centrais

---

<sup>11</sup> Segundo Mosca e Selemene (2011):15, o termo mega-projeto é definido como um projeto de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) cujos investimentos iniciais não sejam inferiores a 500 mil dólares americanos.

térmicas a partir do carvão extraído das minas em Tete. Duas centrais térmicas de 2600 megawatts (Vale) e de 2000 megawatts (Rio Tinto) iriam depender da disponibilidade de um comprador sul-africano, a Eskom. Independentemente da disponibilidade da Eskom, uma empresa britânica, Ncondezi Coal Mining, pretendia construir uma terceira central térmica que visava fornecer energia ao mercado moçambicano (Hanlon, 2013). Em Tete, existe já uma instalação de energia hidroelétrica de classe mundial construída sob o regime português: a barragem de Cahora Bassa. Esta barragem situa-se no Rio Zambéze, no distrito de Cahora Bassa, e a sua capacidade instalada de cerca de 2000 megawatts é principalmente destinada às economias estrangeiras, África do Sul e Zimbábue.

Na fase atual do capitalismo, as linhas de fronteiras são pouco importantes para a configuração dos mercados. A energia gerada pelos recursos energéticos moçambicanos destina-se a um mercado definido pela escala de operações das multinacionais e necessariamente maior que o mercado interno moçambicano. Contudo, devido à crise económica e à queda drástica de recursos minerais no mercado internacional, nenhum dos planos tem sido materializado até este momento.

### 1.3 Diversos impactos gerados pela mineração

Um documento intitulado Balanço das Realizações do Governo 2010-2014 (Governo da Província de Tete, 2014) mostra vários aspetos do impacto socioeconómico que a mineração tem trazido à região.

**Figura 4:** Impacto de diversos projetos implementados

Descrição	Projectos de Investimento Autorizados						Custo Médio Anual %
	2005-2009	2010	2011	2012	2013	Total	
Nº de Projectos	40	8	21	21	22	72	33%
Volume de Investimento (Milhões USD)	1,790	2,081.9	424.4	190.7	74.6	2,772	-39%
Posto de Emprego	2,249	1,180	1,966	2,161	1,388	6,695	8%

Fonte: Governo da Província de Tete, 2014:6

Em Tete, 72 projetos de investimento foram autorizados no período entre 2010 e 2013. Este número é relevante em comparação com o do período entre 2005 e 2009. Quanto ao volume de investimento, só no ano de 2010 foram investidos 2,081.9 milhões de dólares americanos na província de Tete. Quanto ao impacto sobre o emprego, em 4 anos, ou seja, entre 2010 e 2013, a província quase conseguiu duplicar o número de postos de trabalho que foram criados nos cinco anos anteriores. É no entanto importante referir que o decréscimo dos investimentos depois de 2010, que era esperado atendendo a que a fase de implementação dos principais projetos se fez

nos anos 2005-09, não contradiz o crescimento absoluto dos investimentos e sobretudo dos postos de trabalho (8% no total do período).

A produção de carvão mineral da província de Tete disparou de 127, 842.40 toneladas no período entre 2005 e-2009 para 12,054,220.75 toneladas no período entre 2010 e-2014 (Governo da Província de Tete, 2014:12). O aumento da produção de carvão significa, paralelamente, um incremento da taxaço governamental. Segundo Esperança Bias, ex-ministra do Ministério dos Recursos Minerais (Atual Ministério dos Recursos Minerais e Energia), o governo moçambicano recebe impostos sobre a produção vendida de carvão e sobre a área ocupada pela empresa, para além de outros impostos determinados na legislação (Sapo Notícias, 2012).

Relativamente à perspectiva do futuro da mineração, há investidores interessados na construção de uma nova linha férrea de 484 quilómetros e na adição de mais 129 quilómetros para permitir acessos diretos às zonas mineiras que ligam a região carbonífera de Moatize ao Porto de Macuze na província de Zambézia. Abdu Crimo, membro do Conselho de Administração da Thai Moçambique Logística, explica que na linha de Macuse convergem grandes interesses das mineradoras indianas que operam em Tete. A ressaltar que estas empresas precisam do carvão para os seus próprios consumos na Índia (Jornal Notícias, 2016).

Espera-se agora a chegada de um segundo *boom* dos recursos minerais em Tete com a entrada em funcionamento de um projeto siderúrgico no distrito de Chiuta. De acordo com Max Tonela, Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, a construção da unidade de processamento de ferro custará 950 milhões de dólares americanos e produzirá 1.5 milhões de toneladas de ferro anualmente. A empresa britânica Boabab Resources é a responsável por este projeto que inclui a construção de uma central térmica com a capacidade de 250 megawatts. Estima-se a criação de 2,580 empregos já no terceiro ano da operação e, de entre estes, 85% serão moçambicanos. Devido a vastas oportunidades de negócios, o governo central aprovou recentemente a criação da Zona Franca Industrial de Revúbuè num território de 4,456 hectares nos distritos de Moatize e Chiuta (Mozambican News Agency, 2016). Para localização destes projetos, veja-se a figura 16.

## **2. A Vale e o Projeto de Moatize**

A antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) denomina-se atualmente Vale S.A (Vale) desde 29 de Novembro de 2007. A empresa estabeleceu-se em 1942 no Brasil e atualmente é a maior

empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior no mundo. A companhia brasileira atua em 13 estados brasileiros e nos cinco continentes, contando com mais de cem mil trabalhadores diretos e indiretos (Mosca e Selemene, 2011). Esta companhia efetuou um estudo de pré-viabilidade em Moatize nos anos 80. Em Junho de 2003, a CVRD, a Industrial Development Corporation of South Africa e a Iscor formaram um consórcio. O grupo previa um investimento de 3 milhões USD para atualizar o estudo feito pela CVRD nas duas décadas passadas e para outros fins (Companhia Vale do Rio Doce, 2004:28). Em 2004, a CVRD ganhou o concurso internacional para explorar a mina de Moatize por 122.8 milhões USD (Companhia Vale do Rio Doce, 2005:27). Em 2005, conforme as leis moçambicanas, a Rio Doce Moçambique Limitada foi incorporada pela CVRD e reconhecida como uma empresa local que assume os respetivos direitos e as obrigações como entidade operacional para o desenvolvimento de Moçambique (Companhia Vale do Rio Doce, 2007:30). Concluindo-se o estudo de viabilidade, em 2007, a Rio Doce Moçambique e o governo de Moçambique assinaram oficialmente um contracto mineiro (Governo de Moçambique, 2007). O relatório da CVRD sobre o exercício do ano 2007 mostra o *blueprint* acerca da dimensão do projeto nesta primeira fase.

Já obtivemos todas as licenças exigidas pelo governo moçambicano para a construção da mina de Moatize que terá uma capacidade de produção nominal de 11 milhões de toneladas métricas por ano, das quais 8,5 milhões de toneladas métricas serão de carvão metalúrgico e 2,5 milhões de toneladas métricas serão de carvão térmico. O custo total estimado deste projecto é de US\$ 1,398 bilião (Companhia Vale do Rio Doce, 2008:44).

No ano seguinte, a Rio Doce Moçambique começou os trabalhos de implantação e adquiriu a autorização provisória do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). Assim, uma área de 23.780 hectares foi pré-concedida à mineradora pelo governo (Governo Provincial de Tete, 2008). Em 2011, começou a produção e a exportação do carvão de Moatize. O governo moçambicano, através da representação da Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A. (EMEM) adquiriu 5% da participação da Vale Moçambique (Sapo Notícias, 2012).

Em 2012, registou-se um aumento significativo na produção de carvão de Moatize, atingindo-se o total de 3.768 milhões toneladas (Vale, 2013:35). A partir deste ano, a produção total aumentou consecutivamente apesar de a conjuntura de mercado não ser favorável (ver a figura 5). Em Agosto de 2014, o governo moçambicano aprovou uma nova lei de minas. Embora a nova lei tenha invalidado a anterior, foram preservados os direitos de mineração concedidos à Vale e em conformidade com o regime anterior (Vale, 2015:83).

**Figura 5:** Vale Moçambique - evolução da produção anual (mil toneladas métricas)

	Carvão Térmico	Carvão Metalúrgico	Total
2011	342	275	617
2012	1.267	2.501	3.768
2013	1.444	2.373	3.817
2014	1.784	3.124	4.908
2015	1.560	3.401	4.961

Elaborado pelo autor através dos relatórios anuais da Vale.

De acordo com a página oficial da empresa Vale, os principais destinos do carvão explorado em Moatize são a Índia, as Américas, a Europa e a Ásia Oriental (Vale Moçambique, s.d.b).

Em 2014, uma empresa japonesa, Mitsui & Co, Ltd (Mitsui), entrou em acordo com a Vale sobre a compra de 15% da participação da Vale Moçambique com um valor atribuído de 450 milhões de dólares juntamente com 50% da participação da Vale no Corredor Logístico de Nacala (CLN), a companhia responsável pela logística ao longo do Corredor de Nacala (Vale, 2014). A Vale Moçambique passou portanto a ter uma quota de 80% detida pela Vale, e uma de 15% pela Mitsui, mantendo os 5% da participação estatal da EMEM. Esta reestruturação da composição das ações na Vale Moçambique deveu-se à conjuntura recessiva do mercado internacional do minério. Como diminuíram os lucros durante a fase recessiva, a Vale tentou diminuir custos e adiantamentos. A venda parcial da participação foi portanto uma tentativa de minimizar o empate de capitais enquanto o projeto não fosse suficientemente rentável.

## **2.1. Projetos logísticos**

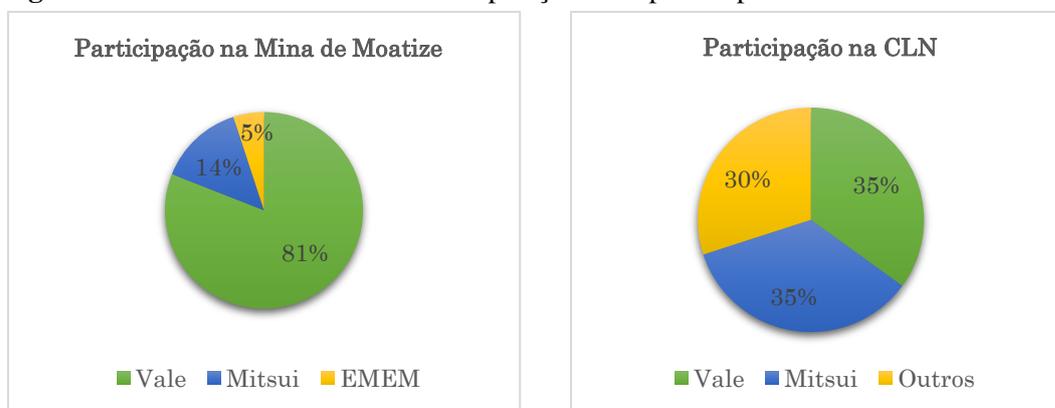
A Vale tenciona expandir a capacidade da produção de carvão das atuais 11 milhões de toneladas por ano para 22 milhões de toneladas com a abertura duma outra mina (Moatize II). Embora a capacidade produtiva esteja atualmente subutilizada (a companhia produz menos de metade da capacidade instalada), a empresa prevê a necessidade de ampliar a sua capacidade de distribuição, criando rotas alternativas de escoamento do carvão. Em Setembro de 2010, a CVRD comprou uma participação de 51% na Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte SA (SDCN) por 21 milhões de dólares americanos (Vale, 2011:48). Esta compra explica-se pela necessidade de diversificar as rotas de escoamento de carvão investindo no desenvolvimento do Corredor de Nacala, o que poderá aumentar significativamente a capacidade de escoamento do minério. No complexo logístico do Corredor de Nacala, o projeto da Vale inclui a recuperação de 682 km da ferrovia existente, a construção de um terminal marítimo e um novo caminho-de-ferro, com a extensão de 230 km, composto por dois troços:

- Um de 201 km que liga Moatize e Nkaya, Malawi;
- Um troço complementar de 29 km que liga a ferrovia a Nacala-à-Velha.

Foram obtidas as licenças para a construção da linha férrea e do terminal marítimo em Moçambique. O Corredor terá uma capacidade nominal estimada de 18 Mtpa com um investimento total de US\$38 milhões (Vale, 2012:70).

Em 2012, o governo moçambicano decidiu transferir para um consórcio da Vale a gestão das linhas férreas que ligam Moatize ao Malawi e do ramal ferroviário ao CLN, que dá acesso ao porto de Nacala Velha. Este consórcio é composto pela Vale com 80% de participação e pelos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) com o restante (O País, 2012). O Corredor de Nacala é operado com dois contratos de concessão, um de linha férrea (a linha de Nacala-Velha recém-construída) e o outro portuário. A CLN ficou responsável por estes dois componentes (Vale, 2016:62). Como acima mencionado, com a entrada da Mitsui no projeto da Vale, também houve alteração das participações na parte logística. Na versão final do acordo, a Vale e a companhia japonesa ficaram com 35% respetivamente da CNL.

**Figura 6:** Mina de Moatize e CLN - composição do capital depois da entrada da Mitsui



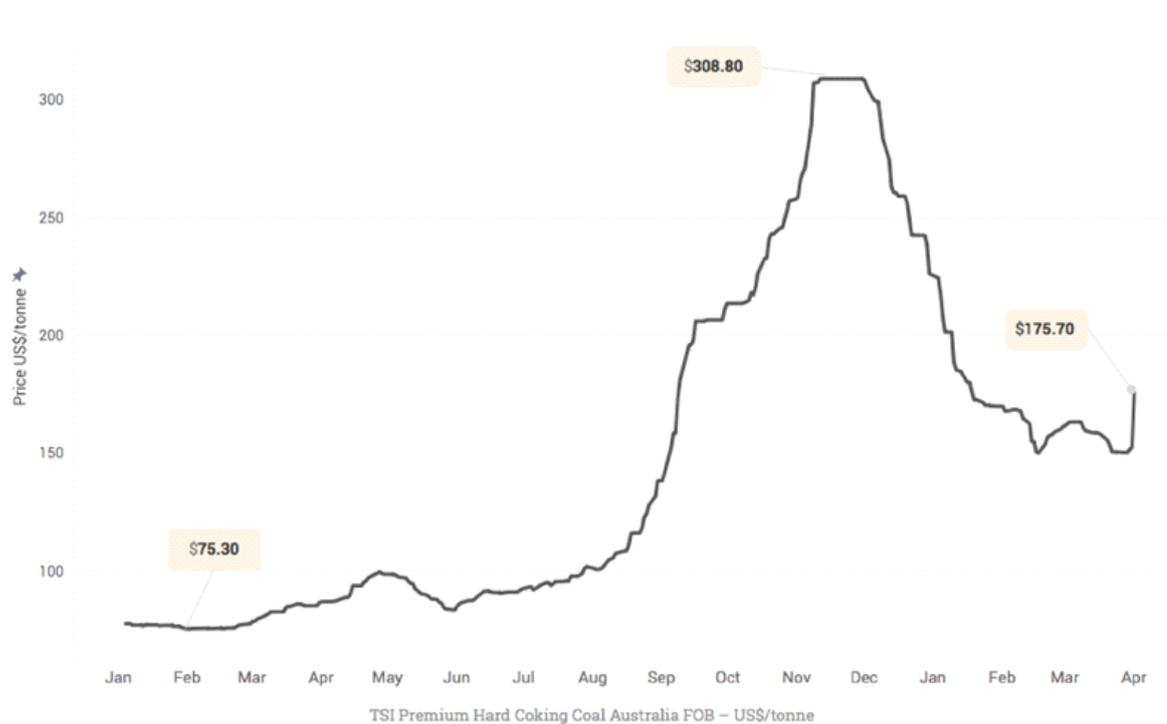
Elaborado pelo autor baseado no texto

Ainda sobre a parte logística, deve notar-se que existe um projeto de ampliação da Linha de Sena que, até ao recente funcionamento da Linha de Nacala, era a única via de escoamento de carvão. Dos atuais 6,5 milhões deverá passar para 20 milhões de toneladas anuais, tendo-se previsto que estes trabalhos deveriam estar concluídos no primeiro semestre de 2016 (Cargo News, 2016).

## 2.2 O mercado de carvão e Moatize

Ainda que a empresa tenha investido para aumentar as capacidades da produção e das infraestruturas como linhas férreas e portos, a queda do preço do carvão no mercado internacional tem prejudicado bastante a exportação do minério. A estimativa para o custo de transporte de carvão de Moatize para o Porto de Beira através da Linha de Sena é de cerca de 50 ou 60 USD por tonelada. Além disso, como no Porto de Beira existe um processo de baldeação ineficiente, no qual o carvão é transportado por navios de pequena escala para navios de grande dimensão que aguardam em *offshore* (a uma distância de 40 quilómetros do porto), esta operação adiciona um custo de cerca de 20 USD por tonelada (World Coal, 2016). Assim, somente o transporte do carvão de Tete até ao navio de exportação custaria aproximadamente entre 70 a 90 USD por tonelada. Quando se iniciou a operação de Moatize em 2011, o preço do carvão metalúrgico era em média de 291 USD por tonelada, o que continuava a ser uma receita bastante vantajosa mesmo tendo em conta o custo de transporte acima referido. Contudo, a estimativa do preço internacional para o ano de 2015 era de cerca de 96,25 USD por tonelada, o que diminuía consideravelmente a margem de benefício (O Tempo, 2015).

**Figura 7:** Preço internacional do carvão de coque



Fonte: Commodity Trading (2017)

Segundo a figura acima, desde o final de 2016 que o preço de carvão retomou significativamente a alta e chegou a ultrapassar os 300 dólares americanos por tonelada. As empresas que tinham reduzido a escala das suas operações ampliaram as suas atividades. Este facto mostra a instabilidade e a vulnerabilidade da indústria da mineração que afeta e caracteriza a sociedade de Tete.

A baixa do preço do carvão afetou negativamente os trabalhadores. Só no primeiro trimestre de 2016 registaram-se na Direção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete quatro casos de greves em empresas sediadas em Tete. Destas, duas afetaram empresas multinacionais, nomeadamente a Vale e a Jindal. Os trabalhadores da Vale exigiam o pagamento de um bónus sobre a remuneração variável referente ao lucro global da companhia. Além desta exigência, os mineiros também reivindicavam em relação ao horário (tempo de intervalo e excesso de horas de trabalho), às categorias profissionais, à falta de clareza na definição e nomeação dos supervisores e gerentes moçambicanos e ainda aos problemas relacionados com a saúde ocupacional (doenças profissionais). Os trabalhadores da Jindal reclamavam pelo excesso de horas de trabalho (Governo Provincial de Tete, 2016b).

Estes dados são por si esclarecedores quanto ao impacto que a conjuntura mundial tem sobre a sociedade local de Tete. Para melhor os enquadrar no sistema mundial, deve notar-se que tantos os protagonistas como os mercados da exploração mineira já não são apenas os países desenvolvidos. Como se vê no caso de Moçambique há entre estas empresas como a Vale, o principal ator da atividade, e a Jindal, que são de dois países emergentes, respetivamente do Brasil e da Índia. Embora a indústria extrativa em Tete esteja em constante mudança, deve ter-se em conta que os países emergentes, anteriormente considerados de terceiro mundo, participam crescentemente nesta onda de desenvolvimento dos recursos naturais do hemisfério Sul, e portanto determinam crescentemente a conjuntura mundial. A recessão de 2008, e especialmente a estagnação económica da China que a seguiu com algum atraso, influenciaram significativamente a desaceleração de compras do carvão de coque, uma matéria fundamental para fundir o aço. Inicialmente, a Vale contava com o rápido crescimento económico do mercado asiático, principalmente da China e da Índia (Mosca e Selemene, 2011:25). Esta situação desfavorável do mercado internacional de carvão, juntamente com o sistema de transporte deste minério, veio assim constituir um bloqueio ao progresso da produção de carvão de Moatize.

No caso da mineradora brasileira, viu-se que a Vale tem alocado grandes investimentos no país, desde a instalação das plantas de beneficiamento à construção das vias de escoamento de carvão.

Estas construções alteraram drasticamente a paisagem natural de Moatize e da região norte de Moçambique. Contudo, as grandes infraestruturas nas quais a companhia investiu desde a fase inicial e que estão concluídas não estão a ser rentáveis devido à baixa da procura de carvão que não permite usufruir da capacidade instalada. Também a posição do governo moçambicano perante o projeto de Moatize se modificou. No relatório da realização do ano 2011, a empresa menciona algumas mudanças verificadas na postura do governo moçambicano relativamente à mineração em Tete:

Em Moçambique, o Ministério dos Recursos Naturais está seguindo os outros países africanos ao propor um novo código de mineração com cláusulas mais detalhadas que reforçam os direitos das comunidades locais, dá preferência aos serviços nacionais e estabelece a possibilidade de participação do governo no caso de projetos estratégicos, que ainda não estão definidos (Vale, 2012:74).

Em sentido contrário, deve também notar-se que a participação do governo como acionista do Projeto de Moatize também prejudica a sua função reguladora e fiscalizadora das atividades económicas, que poderia decorrer do novo código. O facto de o próprio governo ser um beneficiário dificulta a manutenção da necessária objetividade fiscalizadora. Em todo o caso, a transparência do processo fica prejudicada.

### **3. Impacto socioeconómico geral da economia mineira**

Mosca e Selemene (2011) concluíram, num trabalho intitulado “El Dorado Tete”, que a mineração tem gerado dois tipos de demanda interna e que estas demandas podem ser consideradas como efeitos multiplicadores locais estimulados pela indústria mineira. O primeiro é relativo à demanda de primeira ordem. Trata-se da procura de bens e serviços que resulta das próprias atividades das mineradoras e que é satisfeita localmente ou através das empresas que atuam a nível nacional. Por exemplo, os serviços de hotelaria, de restauração e de transporte a curta distância são exemplos de oferta satisfeita por empresas locais. Por outro lado, os serviços de fornecimento de energia, de transporte a longa distância e dos serviços bancários são exemplos de oferta satisfeita em geral por empresas que operam á escala nacional, seja com capitais nacionais seja com estrangeiros mas em geral sediadas fora de Tete. O segundo efeito é relativo à demanda de segunda ordem e constitui um multiplicador que atua com algum desfasamento temporal. Trata-se da procura que surge como resposta produtiva à demanda de primeira ordem. O surgimento desta provoca novas oportunidades de negócios e uma oferta adicional nas áreas da construção civil, da reabilitação de casas, pontes e estradas, de transportes

públicos a longa distância e de distribuição comercial (Mosca e Selemane, 2011).

Esta classificação de Mosca e Selemane é interessante por ser uma tentativa de sistematização do fenómeno socioeconómico da indústria mineira. Com esta classificação, considera-se que, com a vinda das empresas multinacionais, foram gerados multiplicadores que atuam em dois momentos, tanto na economia local como na nacional. Estas duas camadas exercem papéis indispensáveis para a sustentabilidade da indústria mineira em Tete.

De forma a desenvolver “El Dorado Tete”, Mosca e Selemane (2012) defendem que, devido à chegada das empresas mineiras a Tete, se criaram beneficiários e marginalizados na sociedade e tentam esclarecer as ligações entre as mineradoras e as empresas subcontratadas. De acordo com a obra, os principais beneficiários da mineração são as empresas subcontratadas que, na maioria dos casos, possuem capitais estrangeiros. Estas empresas responsabilizam-se pelos trabalhos mais relevantes de construção de infraestruturas, por exemplo, caminho de ferros, portos, logística, transportes, habitação, hotel e outros (Mosca e Selemane, 2012:238). Mesmo no caso de priorização de serviços nacionais, a indústria mineira obriga a importar consideravelmente por falta da capacidade de oferta do lado das empresas nacionais. Por exemplo, nesta fase inicial da operação, a Vale consumia cerca de 1500 quilos de carne de frango por dia e servia 24 mil refeições diariamente. Como nenhuma das empresas nacionais conseguiria suportar uma demanda desta dimensão, os bens eram importados maioritariamente da África do Sul (Mosca e Selemane, 2011:31).

Langa (2015) tentou esclarecer ligações entre as mineradoras e as empresas nacionais com capitais nacionais. As melhores oportunidades de fornecimento de serviços e bens, como a prestação de serviços ambientais, engenharia e construção, equipamento de processamento e fornecimento de peças sobressalentes, caem nas mãos de grandes multinacionais especializadas e com parcerias estratégicas e relações diretas estabelecidas com as mineradoras. A autora conclui que a maioria dos fornecedores nacionais que tem relações com as mineradoras atua nas áreas menos complexas como atividades complementares ou de suporte e estas empresas estão dependentes de insumos importados com limitada adição de valor local. Em consequência, as ligações entre as empresas nacionais e as mineradoras são de curta duração, instáveis e torna-se difícil prever futuros contratos entre elas. Como um exemplo de empresa subcontratada com capital estrangeiro, pode considerar-se o caso de uma empresa subcontratada pela Vale Moçambique - a Hitachi Construction Machinery LDA. Esta empresa de origem japonesa fornece as máquinas pesadas de mineração e construção à Vale e assiste na manutenção dos seus produtos alocando funcionários permanentes na mina de Moatize (Hitachi Construction

Machinery, 2016). Contudo, estes estudos referidos acima tratam principalmente das empresas ou agentes que interagem diretamente com as mineradoras. Tem havido menos atenção relativamente aos impactos indiretos locais, ou seja, aos agentes locais que não têm relações diretas mas são influenciados de forma indireta pela atividade mineira.

Aparentemente, o efeito das atividades mineiras parece menor do que seria inicialmente de esperar a nível local. Por exemplo, o número dos trabalhadores empregados pelas mineradoras é em geral inferior às expectativas. Desde 2008, a Vale e Rio Tinto (antiga concessionária da Mina de Benga) tem empregado diretamente apenas 7500 trabalhadores (Kirshner e Power, 2015:68). As mineradoras desenvolvem as suas atividades em territórios privatizados e fechados. As minas são muradas e em grande parte isoladas da sociedade de Tete mesmo que impulsionem o desenvolvimento local. Ainda assim, a maioria das pessoas que reside em Tete pertence ao conjunto da subindústria, isto é, ao conjunto de atividades indiretamente induzidas pela atividade mineira. Por outro lado, observando a cidade do carvão, Tete, nota-se que aí se encontram apesar de tudo ramos importantes de subindústria. Há efeitos multiplicadores locais e estes têm modificado radicalmente os espaços públicos. Considero que para compreender melhor a estrutura social de Tete, é indispensável analisar estes impactos secundários da mineração. Por esta razão, nesta secção, tenciono analisar os espaços criados localmente pela subindústria da indústria mineira.

Segundo a classificação de Mosca e Selemene (2011), os hotéis e restaurantes integram a demanda de primeira ordem mas atualmente a Vale, a maior mineradora da região, possui os seus próprios equipamentos de habitação, refeitório e bancos. Isto é, dentro do território de Moatize, a companhia privatizou os serviços indispensáveis e criou um sistema no qual os trabalhadores conseguem satisfazer as suas demandas mínimas dentro da instalação mineira. Os serviços de restauração, bancários e de construção civil que se verificam fora dos muros das mineradoras são maioritariamente destinados à população em geral ou à subindústria que está implantada fora do perímetro mineiro. Os autores classificam os serviços por áreas mas neste estudo priorizam-se mais as localizações físicas desses serviços. Tenciono analisar as mudanças sociais que se têm dado fora dos muros, ou seja, nos espaços públicos locais.

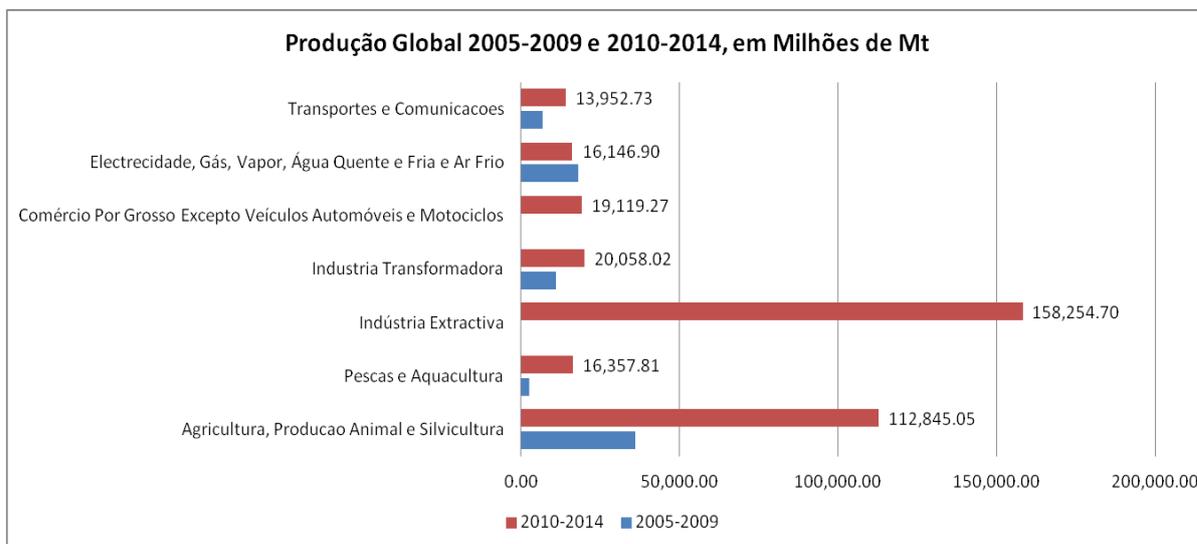
O trabalho de Kirshner e Power (2015) é interessante por ser um dos poucos trabalhos que tratam dos impactos indiretos da mineração na sociedade de Tete. Intitulado “*Mining and extractive urbanism: Postdevelopment in a Mozambican boomtown*”, os autores abordam as mudanças sociais como o rápido crescimento demográfico e as mudanças drásticas no uso das terras que têm alterado a paisagem da região do carvão, a partir da perspectiva da geografia

urbana. Contudo, há ainda omissões importantes relativamente a dados concretos para explicar cabalmente o dinamismo que existe na sociedade de Tete. Nesta secção, pretendo portanto focar-me no impacto indireto da mineração na sociedade local através de dados estatísticos e da recolha de fontes orais realizada em Tete.

### 3.1 Impacto Global

De acordo com dados da Província de Tete sobre o produto (Governo da Província de Tete, 2014), nota-se um incremento extraordinário no setor mineiro, como já seria de esperar, mas igualmente em outros ramos como o dos transportes e comunicações, comércio e agricultura (segue o quadro abaixo). Vendo a figura 8, percebe-se que a indústria mineira realmente gerou um grande dinamismo numa região que não era considerada estratégica. O crescimento destas áreas tem obviamente de ser considerado um efeito multiplicador induzido pelas atividades mineiras.

**Figura 8:** Província de Tete - comparação da produção global



Fonte: Governo da Província de Tete (2014:8)

Na figura abaixo, verifica-se o crescimento significativo do número de projetos implementados desde 2010 no setor da hotelaria e restauração. De acordo com dados oficiais da província (Direção Provincial de Turismo de Tete, 2016), no período entre 2010 e 2014, 75 projetos foram aprovados pelo governo local na área do turismo. Destes, 43 foram de alojamento, 30 de restauração e bebidas e 2 de salas de dança. Relativamente ao número de projetos aprovados em cada distrito da província de Tete, 55 foram implementados na Cidade de Tete, 10 no distrito de

Moatize, 5 no Distrito de Cahora-Bassa, 3 no Distrito de Angónia, 1 no Distrito de Marávia e 1 no Distrito de Magoé. Só na indústria de hotelaria e restauração, criaram-se mais de mil empregos locais e registou-se um fluxo de investimento total de mais de 10 milhões de dólares americanos em 5 anos. Com os dados acima, verifica-se que o aumento da produção na indústria mineira se estende a outras áreas direta ou indiretamente relacionadas. Nota-se também que a maioria dos projetos se concentra nos dois centros urbanos, Cidade de Tete e Moatize, para garantir a melhor acessibilidade dos usuários a estes estabelecimentos.

**Figura 9:** Província de Tete - projetos de investimento na área de turismo

Período	Projectos Analisados	Projectos Aprovados	Capacidade				Empregos	Investimento(Meticais)
			Quartos	Camas	Mesas	Cadeiras		
2010	15	15	141	199	482	1056	457	20,226,975.00
2011	13	13	112	176	146	489	214	33,537,735.00
2012	15	15	35	166	35	166	144	403,525,212.55
2013	14	14	156	213	208	930	279	51,484,877.84
2014	18	18	563	586	168	676	240	198,980,000.00
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>1007</b>	<b>1340</b>	<b>1039</b>	<b>3317</b>	<b>1334</b>	<b>707,754,800.39</b>

Elaborado pelo autor baseado em Direção Provincial de Turismo de Tete (2016)

### 3.2 Mercado laboral formal

O mercado laboral de Tete é bastante misto. Além dos nativos, regista-se frequentemente a presença de imigrantes, nacionais ou estrangeiros, devido à baixa qualificação e experiência profissional dos trabalhadores locais. Este fenómeno ocorre não só na indústria mineira mas em todos os escalões. Por exemplo, as mineradoras preferem contratar profissionais com alguma qualificação, o que abre vagas para candidatos oriundos de outras províncias, principalmente Maputo, Sofala e Zambézia. Entretanto, os técnicos estrangeiros qualificados tendem a receber melhor remuneração comparativamente com os técnicos moçambicanos com a mesma qualificação (Mosca e Selemane, 2011:33,34). A cidade do carvão tem acolhido um número crescente de imigrantes estrangeiros. O quadro abaixo mostra as tramitações de processos de contratação de mão-de-obra estrangeira. De acordo com um relatório da Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete (2016), as empresas do sector mineiro e as suas empresas subcontratadas (prestação de serviços e construção civil) são as que emitiram mais comunicações de trabalho (regime de curta duração). Dentro das 80 comunicações e mais 5 autorizações adicionais, 56 são do ramo mineiro (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete, 2016:23). Isto é, praticamente dois terços foram do ramo mineiro.

**Figura 10:** Província de Tete - processos de admissão automática tramitados de mão de obra estrangeira até 1º semestre de 2015 (Valor: Metical)

Ano	Comunicação de contratação âmbito da quota						Comunicação de Trabalho Regime de curta duração			Autorização			Total	Valor cobrado
	PI			QL			H	M	HM	H	M	HM		
	H	M	HM	H	M	HM								
2014	121	12	133	171	14	185	73	4	77	1	1	2	397	5,109,338.00
2015	248	8	256	58	10	68	75	5	80	4	1	5	409	7,200,914.00

Fonte: Direção Provincial de Trabalho e Segurança Social de Tete (2016:24)

Além de empregos nas minas, os mega-projetos têm trazido efeitos secundários importantes no crescente influxo dos bens e das pessoas à província de Tete e indiretamente, portanto, tem gerado empregos nos sectores da agricultura, fornecimento de comida e construções (Kirshner e Power, 2015). Relativamente à empregabilidade na subindústria da indústria mineira, o quadro abaixo mostra o resultado da inspeção realizada pelo governo local nas empresas instaladas em Tete. Os ramos de prestação de serviço e indústria pesqueira são os que acolhem mais trabalhadores, seguindo-se os ramos da construção civil e do comércio.

**Figura 11:** Província de Tete – população por ramos de atividade

Ramos de actividade	Nº de empresas visitadas	Trabalhadores abrangidos						
		Nacionais			Estrangeiros			Total
		H	M	HM	H	M	HM	
Comercio	44	420	86	506	49	1	50	556
Industria Hoteleira	16	205	87	292	14	-	14	306
Prestação de Serviço	35	1342	189	1531	105	5	110	1641
Cons. Civil	3	435	23	458	104	-	104	562
Transport	1	14	1	15	-	-	-	15
Ind. Madeireira	7	158	2	160	8	-	8	168
Ind. Pesqueira	27	941	111	1052	30	7	37	1089
Ind. Panificadora	5	105	1	106	10	-	10	116
Ind.Alimentar	2	22	7	29	1	-	1	30
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>3642</b>	<b>507</b>	<b>4149</b>	<b>321</b>	<b>13</b>	<b>334</b>	<b>4483</b>

Fonte: Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete (2016:16)

Estes dados foram recolhidos através da fiscalização em 140 estabelecimentos nos distritos de Cidade de Tete, Vila de Moatize, Angonia e Cahora Bassa (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete, 2016:16). A maioria dos trabalhadores nos estabelecimentos fiscalizados é moçambicana. Os ramos de prestação de serviços absorvem o maior número de trabalhadores nacionais. Ao mesmo tempo, vê-se uma presença maior de mão de obra estrangeira, especialmente no ramo de construção civil, no qual cerca de um quarto dos trabalhadores são estrangeiros. Na chamada subindústria também se verifica a presença de estrangeiros, mas já em menor escala. A maioria são moçambicanos: mais de 4000 nacionais trabalham nos 140 estabelecimentos em 4 distritos (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e

Segurança Social de Tete, 2016:16).

É de ressaltar o alto número de ilegalidades laborais. Com esta fiscalização, foram detetadas 176 infrações contra 112 do período homólogo de 2015. Os tipos de infração são variáveis: sobrecarga de horários de trabalho, falta de inscrição dos trabalhadores no Sistema Nacional de Segurança Social, falta de seguro coletivo dos trabalhadores para cobertura de acidentes de trabalho e doenças profissionais, falta de transferência de contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique (INSS), falta de regulamentos internos, admissão ilegal de trabalhadores estrangeiros (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete, 2016:16-18). Ou seja, dentro dos 140 estabelecimentos visitados, foram encontrados 176 casos de infração, uma média de 1,2 infrações por estabelecimento. Além disso, a estatística mostra que áreas de prestação de serviços como o comércio, a segurança privada, a construção civil e a indústria hoteleira têm registado mais casos de infrações. Só nos primeiros três meses de 2016, registaram-se 145, sendo 44 nos ramos de prestação de serviços. (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete, 2016:22).

Como se viu, estes números mostram que em Tete se verificam mais infrações registadas que estabelecimentos. Pode mesmo adiantar-se que mesmo nos casos de trabalhos formalmente registados, muitos contratos não asseguram condições de trabalho minimamente aceitáveis. Muitos trabalhadores estão sem acesso a sistemas de segurança social, como seguros de acidente e doenças profissionais ou a simples adesão ao Sistema Nacional de Segurança Social. Assim acontece apesar de as atividades de construção civil e dos transportes incluírem profissões em geral caracterizadas por um nível alto de risco de acidentes, o que frequentemente causa conflitos entre empresários e trabalhadores.

Na cidade de Tete e na vila de Moatize vêem-se comerciantes da rua que tentam vender diversos produtos desde refrigerantes a equipamentos eletrónicos. Estes trabalhos são considerados trabalhos informais ou, simplesmente, trabalhos ambulantes. O dinamismo da economia extrativa atrai desde técnicos profissionais a pessoas não qualificadas à procura de oportunidades de atividades económicas.

Para suportar a demanda crescente de mobilidade das pessoas e bens, o número de comboios que passam no trajeto entre Moatize e Beira aumentou. De acordo com o Diretor Provincial de Transportes e Comunicação de Tete, a indústria mineira tem sido um estimulador da oferta ferroviária. Até Novembro de 2015, o comboio destinado à população em geral só passava uma vez por semana, mas atualmente duplicou a oferta e passa às quartas-feiras e domingos. Não

aumentou apenas a frequência, tem-se verificado a melhoria da qualidade dos vagões de passageiros.<sup>12</sup>

Nos dias em que chegam comboios, em frente da Estação de Moatize, realiza-se um mercado informal. Um vendedor de galinhas vindo de outra região da província fala sobre o efeito do dinamismo do carvão sobre o seu negócio:

Para nós, negociantes, o aumento da frequência do comboio para duas vezes por semana é uma vantagem. (...) Estou a trazer galinhas de Mutarara, outro distrito da província. Nós trabalhamos em grupo, compramos galinhas em Mutarara e trazemos aqui para vender. Vimos cá porque há mais demanda do que em Mutarara. (...) Em termos de despesa, o comboio ajuda-nos porque sai mais económico do que outras vias.<sup>13</sup>

**Figura 12:** Mercado informal em frente da estação de Moatize



Fonte: Foto do autor

O quadro abaixo mostra que o número dos passageiros na rota entre Moatize e Mutarara duplicou entre 2014 e 2015. O crescimento do total de passageiros resultou certamente do aumento da frequência de comboios que ocorreu em novembro de 2015.

---

<sup>12</sup> Entrevista com Luís Sandoca, Diretor Provincial de Transportes e Comunicação (12 de Abril 2016)

<sup>13</sup> Entrevista com Anónimo, Comerciante local de galinhas (13 de Abril 2016)

**Figura 13:** Província de Tete – trânsito ferroviário

Designação	2014	2015
Comboios Efectuados	1.836	1.980
Total de Carvão (Ton)	3.520.205	5.173.696
Total de Carga Geral (Ton)	12.292.265	5.905.509
Passageiros nos comboios do C.F.M entre Moatize-Mutarara	34.866	70.212

Fonte: Direção Provincial de Transporte e Comunicação de Tete (2016)a

O dinamismo do comércio local é patente não só para quem vive ao redor da cidade de Tete como para quem irradiou para os outros distritos, tendo-se criado um centro comercial com poder atrativo a nível provincial.

### 3.3 Formação profissional

A importação laboral, o aumento da disparidade salarial e a perceção de que a mão de obra qualificada do sul de Moçambique ou dos países estrangeiros tem conseguido melhores empregos no tecido industrial do que os nativos de Tete produz efeitos negativos localmente (Kirshner e Power, 2015). Para superar este problema no mercado laboral têm sido criados centros de formação profissional. Analisar os dados da formação profissional é interessante quando existe uma procura forte de qualificações em determinadas áreas. Ou seja, através dos ramos de formação é possível saber do que a sociedade de Tete necessita e o que está em falta no momento. Estas perspectivas são relevantes ao analisar os impactos sociais da mineração em Tete.

Há dois tipos de centros de formação profissional em Tete, sendo um privado e um outro público. Em 2015, os centros de formação públicos e privados, em conjunto, formaram 1,810 pessoas em Tete, sendo 731 pessoas (40%) nos centros públicos e 1,079 pessoas (60%) nos centros privados (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete, 2016:11).

O setor privado contribui assim mais para o esforço de qualificação, até porque adicionalmente algumas empresas formam e até enviam os seus trabalhadores a países estrangeiros para programas de capacitação. Por exemplo, em 2010, a empresa Rio Tinto criou, em parceria com o Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), uma unidade de formação técnica na Cidade de Tete para fornecer cursos de formação destinados à indústria mineira (Kirshner e Power, 2015). No caso da Vale, desde 2010 que a companhia brasileira tem formado mais de mil jovens moçambicanos em áreas técnicas operacionais como operação e manutenção de equipamentos de mina, locomotivas e máquinas operadoras na fábrica de processamento de carvão. Estes

curso decorrem em Moçambique e no Brasil. Cada curso tem uma duração de 15 a 18 meses (Vale Moçambique, s.d.c). Outros centros privados formaram 568 pessoas nas diversas áreas desde eletricidade industrial a costura (Direção Provincial de Trabalho, Emprego e Segurança Social de Tete, 2016:11).

O INEFP de Tete, fundado em 2008, tem em vista formar mão de obra nacional qualificada e oferece diversos cursos desde operações mineiras a hotelaria. No que se refere às atividades com saída profissional nas atividades mineiras podem referir-se os eletricitistas de manutenção industrial, mecânicos de manutenção industrial, profissionais de serralharia, soldadura, montadores de estrutura e operadores de máquinas (INEFP, 2016b).

Segundo o representante da Delegação do INEFP de Tete, o centro de formação está aberto a moçambicanos que procuram arranjar empregos no tecido social de Tete.

Temos capacidade de formar 1080 pessoas e dentro deles, a maioria dos formados são nativos de Tete, quase 90% são daqui mas temos também pessoas de outras províncias como Sofala, Cabo Delgado e Inhambane. As portas estão abertas para todos os moçambicanos.<sup>14</sup>

Através da entrevista acima referida, percebe-se que a maioria das pessoas formadas no INEFP Tete (cerca de 90% do número dos formados) são naturais de Tete. Contudo, poderia ser politicamente mais racional criar vagas específicas no INEFP para locais das áreas onde as explorações mineiras estão a decorrer e não para "todos os moçambicanos". Compreende-se que o Estado não possa fazer discriminações mas talvez pudesse haver mecanismos para favorecer uma discriminação positiva relativamente aos formandos locais. A prioridade na formação para quem vem de uma área diretamente afetada pela mineração criaria mecanismos que beneficiariam diretamente os nativos oriundos das zonas de mineração. Atualmente, nos centros públicos de formação a definição da palavra "local" não é aplicada para designar os naturais de Tete. Na maioria dos casos, significa moçambicanos em geral, o que por vezes é capaz de fomentar conflitos entre moçambicanos.

#### **4. Os impactos na urbanização**

O *boom* extrativo que acompanhou a rápida urbanização tem modificado drasticamente a

---

<sup>14</sup> Entrevista com Fabião Bazima, Delegado da INEFP em Tete (15 de Abril 2016)

geografia urbana de Tete. Juntamente com o uso intensivo da terra verificaram-se mudanças demográficas no centro da cidade e nas periferias: houve um volume migratório considerável e o reassentamento das comunidades locais devido às operações mineiras (Kirshner, Power, 2015). A maioria das novas instalações comerciais diretamente anexadas a *adobe huts* e assentamentos não foram planificadas. Estes estabelecimentos têm sido objeto de conflitos devido a questões de propriedade. O quadro é agravado pelo facto de a maioria dos novos residentes urbanos dependerem de diversas oportunidades no sector informal (Kirshner, Power, 2015).

O governo distrital de Moatize de repente tornou-se uma extraordinária agência de atividades. Foi obrigado a enfrentar as companhias multinacionais e rapidamente tratar da construção de todas as novas vilas, o que aconteceu de maneira surpreendente. Devido aos seus curtos prazos de tempo de instalação, as companhias construíram muitas das novas infraestruturas sem obterem consultas ou autorização do governo moçambicano (Besharati, 2012).

Numa entrevista, um vereador responsável pela área de urbanização do Conselho Municipal de Moatize relata exatamente como o processo da rápida urbanização ocorreu.

Construção desorganizada é um dos problemas. Chegou um momento que a população local de Moatize começou a vender espaço chamado “mato” sem legalizar processos com o governo. O governo também estava desprevenido. Havia zona que se chamava zona de expansão e aquilo rapidamente acabou. (...) O que aconteceu foi que as pessoas vieram e o governo veio depois para organizar. Não era uma tarefa fácil porque as pessoas já tinham construído edifícios e exigiam vias de acesso. A carreira de urbanização é que o governo vai e faz trabalhos de ordenamento, parte elétrica, estrada, água e depois atribui o espaço, mas aqui foi totalmente contrário.<sup>15</sup>

Moatize não era uma vila relevante antes da chegada das empresas mineiras. De acordo com o engenheiro, antes de ter autorização do governo para ocupação de terrenos, as empresas já estavam instaladas nos locais. Desenvolviam os contatos com base em negociações informais com os locais; em seguida, as empresas reivindicavam serviços públicos e solicitavam a legalização do uso dos seus terrenos. O mesmo vereador confirma que, quando chegou a Moatize há 3 anos, existiam empresas em pleno funcionamento, mas sem documento legal de

---

<sup>15</sup> Entrevista com Anónimo, Vereador da urbanização do Conselho Municipal de Moatize (13 de Abril 2016)

terra.<sup>16</sup>

De acordo com os dados da Direção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Tete (DPOPHRH) (2015), observa-se que no distrito de Moatize a maioria da população vive em casas não registadas oficialmente, ou seja, casas informais. A taxa de cobertura situa-se em 11,86%, ou seja, praticamente 90% da população rural vive em habitações não registadas. A situação na Cidade de Tete é semelhante. Cerca de 70% da população vive em habitações não devidamente planeadas.

**Figura 14:** População e registo de habitações

Distritos	População	Habitações registadas	População abrangida	População abrangida (%)
Tete (Cidade)	190.815	4.526	22.630	11,86
Moatize	70.795	4.874	24.370	34,42

Elaborado pelo autor baseado em DPOPHRH (2015)

Em contraste com a situação desorganizada das residências no meio das cidades, existem condomínios privados que acomodam pessoas da classe social mais alta em Tete. A entrevista abaixo com um dos gerentes do condomínio chamado Vale dos Embondeiros relata a realidade deste empreendimento que se separa da sociedade de Tete em geral através de muros.

Nós começámos a nossa operação em 2011. A firma é gerido por 5 gerentes. Dois são moçambicanos e três são sul-africanos. Empregamos 50 trabalhadores nacionais e a maioria deles são de Tete. (...) Neste momento, 82 casas tem sido construídas neste condomínio e atualmente, todas delas estão ocupadas. Dentro das 82 casas, 80 estão ocupadas pelos trabalhadores da Vale e 2 estão ocupadas pelas outras empresas. Além das casas, nós também temos 40 apartamentos. 20 deles estão ocupados pelo Vale e as outras 20 por uma empresa sul-africana. (...) Relativamente às facilidades, temos segurança de 24 horas, estacionamento, serviço de internet, piscina, campo de ténis, bar e os outros. A Vale paga o serviço de internet.<sup>17</sup>

O gerente menciona que a garantia por parte da companhia brasileira incentivou a sua visão do negócio de condomínio em Tete. Através da entrevista, vê-se que este condomínio possui uma

---

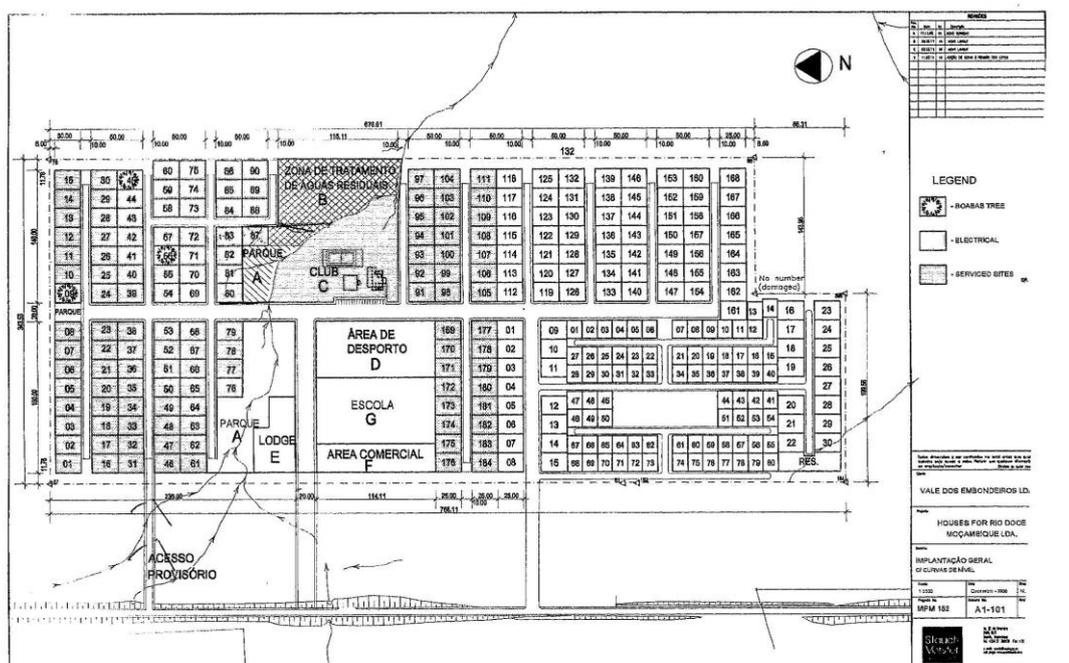
<sup>16</sup> Entrevista com Anónimo, Vereador da urbanização do Conselho Municipal de Moatize (13 de Abril 2016)

<sup>17</sup> Entrevista com Anónimo, Gerente de Vale dos Embondeiros LDA (21 de Abril 2016)

forte ligação com a mineradora Vale: na prática, quase todas as casas estavam ocupadas pelos trabalhadores desta companhia sendo, como se viu, o serviço de internet pago pela própria companhia.

Antes de começar a implementação do nosso projeto, a Vale prometeu para alugar 50 casas embora que o nosso projeto não tivesse financiado pela Vale. É um projeto independente que contou com o apoio financeiro do Standard Bank, mas é verdade que a promessa inicial da Vale sobre a ocupação massiva das habitações encorajou para avançar o projeto.<sup>18</sup>

**Figura 15:** Vale dos Embondeiros - mapeamento do projeto inicial



Fonte: Vale dos Embondeiros-documento cedido pela administração

A companhia tem capital sul-africano e emprega 50 moçambicanos, sendo a maioria nativos de Tete. O ambiente é totalmente diferente no interior do condomínio: vêm-se casas modernas, vias organizadas e até instalações de lazer. O condomínio está, assim, bem organizado em termos urbanísticos e possui todos os serviços necessários. É capaz de acomodar os estrangeiros e, em muitos aspetos, o seu estilo de vida é bem diferente daquilo que se verifica em

<sup>18</sup> Entrevista com Anónimo, Gerente de Vale dos Embondeiros LDA (21 de Abril 2016)

Moçambique. O plano inicial previa igualmente uma escola internacional. Não parece desajustado referir que, para efeitos práticos, poderia ser vantajoso que os quadros estrangeiros, em geral com responsabilidades na área da gestão dos "recursos humanos", habitassem em boas condições mas mais próximas das realidades moçambicanas.

Eis o que o vereador da urbanização do Conselho Municipal de Moatize afirmou sobre a inserção dos condomínios mineiros nos espaços urbanos:

Em Moatize, além da Vale, outras duas empresas possuem condomínios. Podemos dizer que condomínios são espaços separadas do resto da sociedade. Nos condomínios, vivem os operários, trabalhadores das empresas e cá por fora, é tudo uma mistura.<sup>19</sup>

Em contraste com a urbanização caótica verificada nos espaços públicos de Moatize e também a situação similar na Cidade de Tete, dentro dos muros do condomínio estende-se deste modo uma outra realidade. Além do Vale dos Embondeiros, existem outros condomínios espalhados pelo tecido urbano. No distrito de Moatize, existem pelo menos 3 condomínios com o propósito de acomodar trabalhadores de diferentes companhias. A emergência dos condomínios cria novos espaços privados em Tete e acaba por segregar os espaços habitacionais entre imigrantes qualificados e o resto da população.

## **5. A mobilidade forçada**

A outra grande transformação com forte impacto social foi o deslocamento das populações que viviam na área depois da ocupação pelas mineradoras para extração de minério. Este processo é conhecido como o reassentamento e no período inicial da mineração em Tete deu origem a uma conflitualidade elevada.

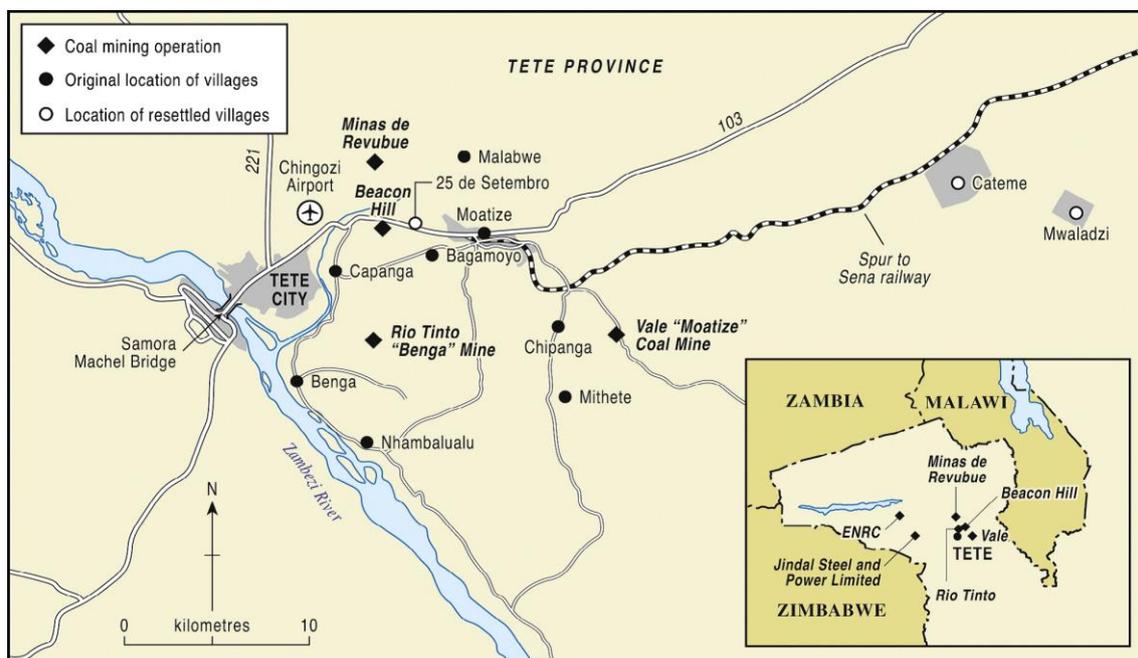
O trabalho do Human Rights Watch (2013) resume bem os processos de reassentamento das três mineradoras principais que atuam em Tete. A mina de Moatize da Vale precisou de deslocar 1.365 famílias que viviam nas comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe. Como compensação por estes deslocamentos, a firma preparou duas vilas de reassentamento e outras formas de indemnização. No final do processo, a Vale reassentou 289 famílias numa vila chamada "25 de Setembro" e 716 famílias na vila de Cateme. A Companhia também assistiu 106

---

<sup>19</sup> Entrevista com Anónimo, Vereador da urbanização do Conselho Municipal de Moatize (13 de Abril 2016)

famílias na compra de uma nova casa e a 254 famílias a mineradora forneceu compensação financeira direta. No caso de Riversdale e Rio Tinto (a atual ICVL), 679 famílias viviam dentro da atual área da ocupação do projeto da ICVL. Inicialmente, estava planeado que 472 famílias seriam reassentadas numa vila recém-construída chamada Mwalazi. No período entre 2011 e 2012, 84 famílias foram transferidas para esta vila. A Jindal calculava que o deslocamento das 2.050 pessoas correspondesse às 484 famílias das aldeias de Cassoca e Nhomadzinedzani em troca de novas casas e machambas.

**Figura 16:** Província de Tete - locais de reassentamento



Fonte: Kirshner, Power (2015:75)

### 5.1. A Vale e a revolta da população

O processo do reassentamento foi bastante controverso. Como tal, chamou a atenção das organizações nacionais e internacionais, de académicos e de outros atores não-governamentais (Human Rights Watch, 2013, Mosca e Selemene, 2011, Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses, 2011). Em contestação ao processo do reassentamento implementado pela Vale, a 10 de Janeiro de 2011 as populações reassentadas paralisaram a circulação do comboio que transportava o carvão de Moatize para o Porto de Beira, barricando as vias de acesso ferroviário e rodoviário na zona de Cateme. Esta ação foi motivada pelas queixas sobre as condições precárias existentes no acesso à água, terra fértil, energia e melhorias nas habitações. O governo moçambicano reagiu a essa manifestação popular enviando a Força de Intervenção Rápida (FIR)

da Polícia da República de Moçambique. Na sequência do conflito, 14 indivíduos acabaram por ser detidos (Hanlon, 2012). Em resposta a esta revolta das comunidades reassentadas, em 2012 a Vale e o governo de Moçambique assinaram um Memorando de Entendimento no qual a Vale se comprometeu com um programa de reparação habitacional para construir fundações nas casas e melhorar o sistema de abastecimento de água. Prometeu ainda aumentar as oportunidades de formação e fornecer dez árvores frutíferas a cada família em Cateme e em “25 de Setembro” (Human Rights Watch, 2013).

## **6. Considerações para um balanço do impacto social**

Para quem está dentro da cadeia de valor da mineração, a indústria mineira é uma bênção. Inclui postos de trabalho com remuneração elevada e possibilidade de habitar casas melhores como se vê pelo condomínio da Vale dos Embondeiros. Para os outros que desenvolvem a sua atividade na subindústria, o cenário não é necessariamente o mesmo. Como vimos acima, as condições de trabalho ainda não são minimamente asseguradas e a maioria das pessoas trabalha na incerteza. Os nativos de Tete por vezes sentem-se excluídos porque não possuem as qualificações necessárias para trabalhar nas minas nem nas outras empresas. Os locais merecem uma atenção especial e política e socialmente não pode haver dúvidas de que devem ser integrados nesta economia emergente assim como os recursos da terra devem ser utilizados como promotores do desenvolvimento local.

Ao observar a influência secundária que a economia extrativa traz à subindústria, pelo menos pode concluir-se que se criou um novo mercado laboral, abrindo novas oportunidades que não existiam antes. Admite-se por outro lado que a economia de Tete é instável uma vez que, estando assente na exportação de matérias-primas (*commodities*), depende das cotações mineiras internacionais.

Observando a nível macro-social, verifica-se que a mineração criou dois espaços sociais totalmente distintos. Por um lado, as pessoas mais integradas na indústria tendem a fechar-se e a distanciar-se da sociedade local criando espaços particulares, fisicamente separados, como é o caso dos condomínios para acomodar os peritos imigrantes. Por outro lado, a extração de carvão cria uma população flutuante desintegrada da sociedade como é o caso dos afetados pelo reassentamento que provocou danos indevidamente compensados. A mineração tem criado uma nova sociedade em função da procura induzida pela indústria mineira. A mineração é que cria e modifica os espaços urbanos. Se a indústria mineira necessita de infraestruturas, habitações, serviços novos para se satisfazer, eles emergem. Se a mineração necessita de um reassentamento,

retira a população dum lugar para o outro. A mineração modela a paisagem de Tete do modo mais conveniente para a sua atuação. Esta dinâmica agrava as diferenças sociais na sociedade de Tete.

## **Capítulo IV Os processos de reassentamento**

Neste ponto pretendo analisar a formação dos dois espaços sociais emergentes devido à implementação do reassentamento da Vale. Mais concretamente, irei focar dois casos. O primeiro caso é o da comunidade reassentada de Cateme que sempre tem sido alvo das discussões nesta temática. O segundo caso é a comunidade de Nchenga, uma comunidade não reassentada que não tem sido objeto de discussão. Como metodologia de análise, começarei por rever cronologicamente os acontecimentos desde o início do reassentamento. A seguir, abordarei as diferentes perspetivas relativamente à situação atual destas comunidades. Será uma oportunidade para avaliar como a indústria mineira, juntamente com a implementação dos programas de cooperação brasileira em Moçambique, tem alterado a sociedade de Tete enquanto recetor final do seu impacto.

Neste capítulo, o foco está centrado assim na análise das diferentes narrativas sobre a situação atual das duas comunidades acima referidas. Quatro atores sociais estão envolvidos: as próprias comunidades, o governo local, a Vale e a sociedade civil. Como fontes principais, serão usadas as fontes secundárias existentes e adicionalmente as entrevistas semiestruturadas e notas informais obtidas durante o estudo de campo realizado entre Abril e Maio de 2016.

### **1. *Land Grabbing* e Tete**

A expressão *Land Grabbing* foi originalmente concebida para designar a aquisição de terra em grande escala principalmente por investidores público-privados para projetos de grande dimensão. Inclui a compra ou aluguer de longa duração de terras aráveis com o fim de produzir mercadorias agrícolas (Global Agriculture). Hoje em dia, o termo é utilizado não só no ramo de agricultura mas também nas diferentes áreas que precisam de espaço extensivo como a mineração, o turismo e a floresta. Há mais casos de *Land Grabbing* registados no hemisfério sul e o continente africano absorve o maior número dos incidentes sendo a concentração dos casos mais acentuada no litoral, tanto na África Ocidental como na África Oriental (Noite, Chamberlain, Giger, 2016).

A expansão da presença das mineradoras americanas ou canadianas no chamado "Terceiro Mundo" - América Latina e, mais tarde, Ásia e África - acentuou-se na década de 90. A implantação das multinacionais nessas áreas deveu-se em parte ao forte protesto das comunidades norte-americanas que exigiam a conservação ambiental e mais envolvimento das populações nos processos de permissão de projetos (Gedicks 2001). Por consequência, as

exigências de justiça sobre a atuação mineira nos países desenvolvidos acabaram por expulsar as mineradoras dos países de origem voltando-as para territórios onde há um grande potencial de recursos naturais e menores restrições às atividades económicas, uma vez que as respetivas sociedades civis ainda se encontram em processo de amadurecimento. A internacionalização das empresas multinacionais é encorajada pelas organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que promovem o necessário ajustamento político forçando os países do terceiro mundo a alterarem as respetivas leis de minas de forma a promoverem os investimentos estrangeiros (Gedicks 2001).

Nestes países do terceiro mundo, por vezes, os regulamentos ambientais são considerados relativamente menos rígidos. Kirsch (2014) apresenta o exemplo da mineração em Papua-Nova Guiné. O governo local assumiu uma parte da participação do projeto de mineração de uma companhia multinacional a fim de obter maior participação de lucros deste projeto. Kirsch argumenta que a participação do governo no projeto criou um dualismo entre acionista e regulador e se perdeu a sensibilidade para conservar as condições de vida dos mais vulneráveis e do meio-ambiente.

Ao comparar a discussão sobre o *Land Grabbing* no contexto global com o caso específico de Tete nota-se uma replicação de padrões. O ator principal é a Vale como impulsionador do caso de *Land Grabbing* em Tete através da exploração da mina de Moatize. O Brasil tem sido um potencial emergente no palco mundial com a sua ascensão económica acompanhada pela internacionalização das empresas privadas brasileiras. O projeto de Moatize instala-se na costa oriental de África onde se regista o maior número de casos de *Land Grabbing* do globo. É importante destacar que o projeto de Moatize recebe o apoio do Banco Mundial para atenuar a imagem do neocolonialismo eventualmente irradiante a partir deste projeto ambicioso. Relativamente à participação do estado no projeto privado, o governo moçambicano intervém em parte do projeto de minas de Moatize com a representação duma empresa estatal, a EMEM, que possui 5% das ações totais. A própria Lei de Minas que regula a operação mineira no país estabelece que o contrato mineiro deverá conter uma cláusula que garanta a participação do governo no empreendimento mineiro.<sup>20</sup> Trata-se de um padrão contratual que vem aliás no seguimento do que era a política mineira colonial no seu relacionamento com as grandes firmas mineiras da época - veja-se o caso da relação entre o Estado colonial de Angola com a Diamang ou do Estado colonial do Congo belga com a UMHK (Union Minière du Haut Katanga), com a “Forminière”, etc (Santos, 2016, Vellut, 1986).

---

<sup>20</sup> Consultar Boletim da República, Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto

A participação intensa do governo moçambicano no projeto, não somente como um arrecadador de impostos sobre a exploração mas como um dos membros acionistas do mesmo projeto, fá-lo perder a sua objetividade e independência em torno do projeto mineiro e dificulta, por consequência, o seu papel como regulador de projetos de desenvolvimento.

## **2. Os processos de reassentamento e os programas sociais**

Nesta secção, tenciono rever o processo de reassentamento provocado pela Vale. Como se depreende do que ficou dito acima, o termo reassentamento de que se trata aqui inclui o reassentamento involuntário. Sobre este tipo de transferência populacional, o Banco Mundial apresenta a seguinte definição:

Involuntary resettlement is one of the most severe impacts caused by development projects. It may lead to drastic socioeconomic and cultural impacts on displaced populations. Displaced people may lose their land, houses, sources of income, and livelihoods. However, if resettlement plans are prepared and implemented properly, resettlement can improve the living conditions of poor populations, turning resettlement into a development measure (World Bank 2012:1).

O Banco mundial entende que o reassentamento involuntário em nome do desenvolvimento pode causar desastres como perda de propriedades e de tradições embora admita que através dos reassentamentos se possam melhorar as condições da vida das pessoas afetadas. Como referido acima, o projeto da Vale originou a deslocação de um número total de 1,365 famílias que viviam em ou perto das comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe.

A Vale propôs 4 opções para a população a ser reassentada, nomeadamente: o reassentamento urbano, o reassentamento rural, o apoio à compra de habitação e a compensação financeira (Human Rights Watch, 2013). De uma forma ou de outra, a companhia reassentou:

- 716 famílias (52%) em Cateme - solução preferida pelas populações que preferiram continuar com a sua atividade agrícola;
- 289 famílias (21%) na cidade de Tete - solução preferida geralmente por famílias com redes urbanas de parentesco;
- 254 famílias (19%) que receberam simplesmente uma maior compensação financeira;
- 106 famílias (8%) que tiveram apoio financeiro para a compra de uma nova casa.

Logo após o final do respectivo processo, a população reassentada em Cateme começou a levantar reclamações sobre as diversas promessas não cumpridas: a condição precária das casas construídas, a baixa fertilidade da terra atribuída, a distância existente entre a nova comunidade e a vila de Moatize (cerca de 30 quilómetros) (Mosca e Selemene 2011). Como se refere no ponto anterior, a 10 de janeiro de 2011 as populações reassentadas paralisaram a circulação do comboio que transportava o carvão de Moatize ao Porto de Beira, barricando as vias de acesso ferroviário e rodoviário na zona de Cateme. O governo moçambicano reprimiu essa manifestação popular enviando a Força de Intervenção Rápida (FIR) da Polícia da República de Moçambique, detendo 14 populares (CIP, 2012). Para o cronograma dos reassentamentos, veja-se o Anexo 2.

Face ao descontentamento, a Vale e o governo de Moçambique cederam e, em 2012, assinaram um Memorando de Entendimento no qual a Vale prometeu um programa de reparação habitacional para cada família tanto em Cateme como na urbanização “25 de Setembro” (Human Rights Watch, 2013). A Vale previa um orçamento total de 120 milhões USD para o processo de reassentamento e quando ocorreu o manifesto popular já tinha investido 100 milhões USD (Sapo Notícias, 2012).

Em 2012, já numa segunda fase do processo de reassentamento, iniciou-se a implementação de programas que visam melhorar a qualidade de vida da população afetada. Estes programas pretendem fazer aumentar a produção de alimentos para autoconsumo e gerar rendimentos monetários através da venda dos excedentes da produção. Para este efeito estão a ser promovidos programas de plantio de árvores de fruta, de criação de galináceos, de horticultura, etc. (Vale, 2013).

### **3. Plano de Ação para o Reassentamento (PAR)**

No âmbito da responsabilidade socio-ambiental, a Vale assinou dois documentos principais comprometendo-se a investir na área social. O primeiro é o já referido Memorando de Entendimento para a Implementação dos Projetos Sociais. O segundo denomina-se Acordo de Princípios. Ambos implicam que a Vale elabore um Plano de Ação para o Reassentamento (PAR) (Vale, 2012). Relativamente ao Memorando de Entendimento, um relatório da companhia (Vale, 2008) mostra como se fez a implementação dos programas sociais da companhia ainda na fase do estudo de viabilidade. Os programas da Vale tinham sido inicialmente anunciados no ato de assinatura do Acordo de Princípios do Projeto Carvão Moatize, que ocorreu em novembro de

2004. Em junho de 2005 foi assinado o Memorando de Entendimento para Implementação dos Projetos Sociais. Através deste memorando, foram definidos os procedimentos, as prioridades e os ajustes nas ações sociais previstas. No quadro deste acordo, no período entre outubro de 2005 e novembro de 2007, foram implementados diversos programas nas áreas de saúde, assistência social (orfanato), educação, agricultura e infraestrutura e capacitação profissional. Estes programas visavam beneficiar a população em geral, especialmente as populações ao redor da cidade de Tete e do distrito de Moatize.

A elaboração do PAR previa três etapas (Diagonal, s.d.). A primeira consistia na recolha de informação e concepção do plano. Realizadas as pesquisas básicas, foram definidas as atividades de desenvolvimento de solução ao governo e às comunidades. Numa segunda etapa, deu-se início ao processo de negociação para discutir e negociar sobre o processo de reassentamento e que envolveu três partes: a Vale, o governo moçambicano e as comunidades locais. A terceira e última etapa consistiram na definição do modelo de gestão, igualmente composto por agentes das três partes envolvidas. Para que o PAR refletisse a visão das populações a serem reassentadas de modo a minimizar conflitos e poupar custos, entendeu-se desde logo que o processo de negociação seria extremamente importante. O processo foi dividido em 2 etapas e portanto foram realizadas duas sequências de consultas às comunidades a reassentar. Em 2006 a Vale, juntamente com o governo, realizou a primeira ronda de auscultação às comunidades, nomeadamente às de Chipanga, Mithethe, Malabwe, Chithata e Bagamoyo. (Rio Doce Moçambique, 2006:6).

Terminadas as duas etapas de auscultação previstas (de outubro de 2006 a março de 2007), a companhia, apesar de admitir que o período alocado para o processo de auscultação não tinha sido suficiente, concluiu que se confirmava a existência de resistência à sua proposta básica. No entanto, segundo declarações das populações, a maioria das divergências tinha como base as contrapartidas oferecidas pela Companhia e não propriamente uma recusa generalizada em sair das áreas a evacuar (Rio Doce Moçambique, 2007:27).

Com esta importante conclusão tirada, que a firma obteve durante a elaboração do PAR, a Vale decidiu retomar o processo de reassentamento, cuja última fase decorreu entre 9 de novembro de 2009 e 28 de abril de 2010. Durante esta fase, foram efetivamente reassentadas as comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe, sendo a área habitada totalmente evacuada (Mosca e Selemene, 2011:24).

#### **4. Os orçamentos da Vale - comparações**

Até ao final do segundo trimestre de 2014, a Vale investiu 1.9 biliões de dólares americanos no projeto integrado de Moatize (Vale, 2014). Segundo o *site* oficial da Vale Moçambique, a firma pretende investir mais de 8 biliões de dólares americanos em Moçambique (Vale, s.d.e). As despesas da Vale nos programas socio-ambientais, entre 2011 e 2013, totalizaram 77.3 milhões de dólares americanos (Vale Moçambique, 2014). Em 2013, a companhia despendeu 23.7 milhões de dólares americanos nas ações sociais, sendo que mais de metade desta verba foi aplicada em infraestruturas como reabilitação de habitações e reassentamento (Vale Moçambique, 2014).

De 2011 a 2013, a empresa brasileira alocou menos de 80 milhões de dólares americanos para ações socio-ambientais, isto é, cerca de 4%, o que representa uma percentagem relativamente modesta. Por se tratar de um projeto com tantos impactos e que visa investir mais de 8 biliões, é de considerar que a firma venha a ser forçada a assumir a sua grande responsabilidade social perante as comunidades locais revendo o seu orçamento social.

#### **5. Análise das Narrativas**

Nos pontos anteriores sumariam-se os passos principais do processo de reassentamento implementado pela Vale com base na documentação da Companhia e em fontes secundárias. Nesta secção, as alterações sociais serão avaliadas utilizando a abordagem de outras fontes: os testemunhos das comunidades afetadas pelo processo de reassentamento. Para analisar este tipo de efeitos causados, optei por selecionar duas comunidades como objeto de pesquisa: as de Cateme e Nchenga. Há uma diferença tipológica importante entre elas, que se presta a conclusões qualitativas. A comunidade de Cateme é composta por uma população oriunda da região onde atualmente a mineradora explora filões carboníferas; a de Nchenga é uma comunidade que acabou por não ser reassentada pela Vale, permanecendo na periferia da mina de Moatize. Como é evidente, o impacto da mineradora fez-se de forma muito diferenciada comparando as duas comunidades. Foram assim selecionadas, visto ambas terem passado momentos distintos desde que a Vale está ativa na região. Um outro factor as diferencia: a comunidade de Cateme tem sido o centro da atenção seja ao nível doméstico seja ao nível internacional, ao passo que à de Nchenga tem sido dada uma atenção desproporcionalmente pequena. Paradoxalmente, como se verá, nada indica que a população de Nchenga tenha sido menos afetada pela mineração.

Relativamente aos materiais informativos analisados neste ponto, foram utilizados documentos orais e escritos. Durante o meu estudo de campo em Tete, efetuei entrevistas a alguns atores sociais de primeira importância. Não foi negligenciada, tal como nos outros pontos, a pesquisa bibliográfica sobre a temática. Talvez seja neste ponto que se torna mais importante fazer um confronto entre as perspetivas, por vezes antagónicas, das partes. Assim o exige a objetividade do estudo, mas também o facto de aqui estarem representados agentes sociais diretamente envolvidos e cujos testemunhos diretos chegam muito raramente à análise académica - e menos ainda à das agências estatais ou para-estatais. No final deste capítulo, apresentarei as conclusões a que cheguei em função desta metodologia de análise.

### 5.1 O Caso de Cateme

A população de Cateme contesta em geral a situação precária da vida em Cateme nas diversas áreas. Um dos seus representantes comunitários não hesita em relatar deste modo as dificuldades do dia a dia.

Antes do reassentamento, a Vale prometeu-nos muitas coisas. Disseram que nós iríamos ser empregados na empresa, receber assistência de comida, casas melhoradas com mobílias, quando chegámos, não apanhámos nada. (...) Neste momento, o sistema de água não está a funcionar em Cateme, não temos acesso a água. Antigamente, onde vivíamos, tínhamos água do rio, quem não tinha dinheiro, buscava água no rio, mas aqui não há rio perto. (...) Nós tínhamos também um projeto de frango da Vale para ajudar o povo da comunidade, mas já se parou. Antigamente, as pessoas vendiam carvões, vassouras, tijolos na vila, mas agora, daqui para a vila, são 37 quilómetros de distância. (...) Se a Vale ou o governo que fez isto, fez crime para nós. Vivíamos nas nossas casas e agora recebemos casas que já têm rachas.<sup>21</sup>

Um outro habitante da vila também se queixa das promessas incumpridas pela companhia.

Falta de emprego, falta de alimentação, não há terras férteis que como nós tínhamos lá. Na Chipanga, tínhamos uma boa terra. Aqui não temos. A uma parte da população foram atribuídos machambas<sup>22</sup>, mas depois foram arrancadas pelos nativos daqui. (...) eles prometeram quanto a emprego, não deram emprego. Prometeram dar cesta básico

---

<sup>21</sup> Entrevista com Afonso Matola, Líder comunitário de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>22</sup> Terra para cultivo em língua local

alimentar durante 5 anos, não deram. (...) Nós eramos oleiros, fazíamos blocos para construção das casas, estes prometeram indenização, não indenizaram. Prometeram em dar projetos para substituir aquele projeto, não deu.<sup>23</sup>

Comentando os efeitos negativos, os habitantes alegam assim que há falta de emprego, de alimentação e de terras férteis como as que antigamente possuíam no seu território original. Através da conversa, confirma-se igualmente a existência de uma tensão causada pela disputa de terras entre nativos de Cateme e a população reassentada. A comunidade deslocada tem assim enfrentado dificuldades de vária ordem desde que se mudou para Cateme. Um dos entrevistados, por exemplo, referiu a discriminação no emprego: as companhias estrangeiras preferem a mão de obra qualificada e portanto desvalorizam os locais e marginalizam-nos na sua própria terra.

Na fase inicial, a Odebrecht contratou-nos. Tanto alguns reassentados, vila, cidade, tudo. Só que quando acabou a obra, a Odebrecht fez a parte dele e desmobilizou. Só que a Vale, segundo as promessas que fizeram, era para ser depois da Odebrecht, logo no início da exploração de carvão, pessoas prioridade deviam ser reassentado. O que foi combinado. Devia ser reassentados a ser empregados lá. (...) Mas a Vale, quando precisam de mão-de-obra, vai no Maputo e traz aqui. Quando aparecem vagas, invés de nos empregar, chamam irmãos que está em Maputo. Nós que somos donos, só estamos a assistir.<sup>24</sup>

Contestam deste modo a discriminação das pessoas reassentadas nos projetos, especialmente dos antigos oleiros a quem fora prometido o recrutamento pela Vale na mina de Moatize depois do desmantelamento do estaleiro da Odebrecht. Como se referiu no Capítulo III, a tendência para não empregar uma limitada força de trabalho indiferenciada na cadeia de valor da economia extrativa obedece a um padrão seguido pelas multinacionais mineiras. Além desse ponto, a indústria mineira contemporânea é de capital intensivo e a sua utilização massiva de tecnologias avançadas significa que necessita de volumes percentualmente de força de trabalho por unidade de capital (Kirsch 2014).

*“Tete e Cateme: Entre a implosão do El Dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados (Selemane, 2016)”* é um estudo recente focado na situação atual da vida das populações reassentadas em Cateme. De acordo com este estudo, a comunidade de Cateme

---

<sup>23</sup> Entrevista com Delvino Xadreque, Habitante de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>24</sup> Entrevista com Delvino Xadreque, Habitante de Cateme (27 de Abril 2016)

possui os mesmos problemas que tinha há cinco anos e em 2016 submeteu um documento - Informação para governos distritais de Moatize - ao governo local. Esse documento destaca as seguintes promessas não cumpridas pela Vale: contratação da mão de obra local, cesta básica alimentar durante 5 anos, reparações para obstar à degradação habitacional, redistribuição agrícola atribuindo machambas a algumas famílias reassentadas e também ressalta incumprimentos nas indenizações, falta de vedação e de segurança do tanque do abastecimento de água, inexistência de água canalizada nas residências, não implementação de projetos geradores de rendimentos monetários.

Em relação ao conjunto do processo de reassentamento, o Diretor Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Tete tem naturalmente uma perspetiva distinta:

O relacionamento entre governo, empresa e comunidades reassentadas tem sido bom. Temos tido encontros constantemente para discutirmos vários assuntos. Atualmente, Já terminámos a fase de indenização e estamos na fase de encontrar um modelo adequado de vida da população reassentada. Sendo população reassentada, eles sempre colocam questões às suas condições de vida. Sempre há vantagens e desvantagens. Quanto ao requisito do lado das comunidades reassentadas, temos memorando de entendimento assinado pelas todas partes e a maioria do conteúdo desse memorando foi realizado. O problema de pobreza é um assunto geral de Moçambique. Qualquer outra comunidade tem o mesmo problema e não só nas comunidades reassentadas.<sup>25</sup>

Isto é, de acordo com o diretor, o relacionamento entre as partes tem sido favorável e as discussões mútuas processadas com regularidade. Tendo o reassentamento entrado numa fase de reestruturação, a população reassentada estaria num processo de adaptação ao novo ambiente, tendo já ultrapassado a fase das indenizações. Tem havido muitas promessas feitas pela Vale, mas muitas delas foram feitas verbalmente e não por escrito (Mosca, Selemane 2011). Por consequência, as comunidades não têm documentos para comprovar o que lhes foi prometido. Pelo menos não da mesma forma que o governo, que possui documentos como o memorando de entendimento assinado pelas partes.

Precisamente sobre o papel do Estado no reassentamento, as comunidades camponesas criticam a atuação do governo moçambicano.

---

<sup>25</sup> Entrevista com Fillipe Muelane Duarte, Diretor Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Tete (28 de Abril 2016)

Povo brasileiro não tem problema, o problema está no nosso governo. Porque o nosso governo devia ser o fiscal, fiscalizar a eles e ver na realidade o que estão a tratar com esta população.<sup>26</sup>

A contestação ao aparelho estatal por não ter exercido a sua função como fiscalizador no projeto da Vale para proteger os direitos do povo moçambicano abrange as instituições do governo central e local. A crítica à atuação da mineradora brasileira é particularmente visível no que respeita à promoção social: a firma não trouxe quaisquer vantagens além da construção da escola secundária, que antes não possuíam. Atualmente em Cateme fala-se de um novo êxodo da população reassentada para outros cantos do distrito, abandonando as novas casas. Segundo o mesmo testemunho, as pessoas que vivem em Cateme não têm perspectivas para o futuro e a vida está literalmente parada.<sup>27</sup>

A isto contrapõe o Diretor que o governo exerce um papel de fiscalização e monitoramento no âmbito de projetos como a mineração. Mais ainda, na sua opinião, o caso de Cateme serve como uma lição para Moçambique.

Quanto ao papel do governo no processo de reassentamento, o governo procura áreas para reassentar as pessoas. O governo que lidera e monitora o processo de reassentamento para garantir a vida condigna das populações reassentada. (...) A única falha foi na qualidade dos domicílios que foram construídos pela Vale. O caso de Cateme deu-nos uma lição de padrão moçambicano. Depois do caso de Cateme, o governo estabeleceu um padrão de reassentamento. Temos um regulamento estabelecido em 2012 que determina o processo de reassentamento.<sup>28</sup>

O entrevistado admite assim que houve falhas no processo inicial de reassentamento referindo o caso específico de domicílios construídos pela Vale. Contudo, a situação teria sido exemplarmente revertida pelo que teria funcionado como uma lição para futuros processos similares em Moçambique. Contudo, mesmo que elabore regulamentos sobre casos de reassentamento (atualmente inexistentes na sua forma genérica), duvida-se que de forma

---

<sup>26</sup> Entrevista com Delvino Xadrique, Habitante de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>27</sup> Entrevista com Delvino Xadrique, Habitante de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>28</sup> Entrevista com Fillipe Muelane Duarte, Diretor Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural deTete (28 de Abril 2016)

objetiva o governo tenha a capacidade e até a vontade de monitorar processos similares em que o governo participe no projeto, como neste caso, na qualidade de acionista.

Inversamente, os representantes comunitários também admitem que o reassentamento trouxe coisas que a comunidade não possuía no local anterior.

Eu posso dizer que construção da escola secundária foi um ponto positivo porque antes, não tínhamos até a décima segunda classe já com sala de informática. Na escola sim, podemos dizer que fez alguma coisa. Além disso, temos um grande tanque de depósito de água, um mercado e uma estrada de ligação. Parece que o dinheiro saiu da mão da Vale. Temos iluminação também, mas para fazer esta mudança, nós fizemos manifestação.<sup>29</sup>

Contudo, ao referir a construção da escola secundária, a instalação da sala de informática, do mercado, da estrada de acesso e do sistema de iluminação, o entrevistado lembrou que estes foram instalados como resposta às grandes manifestações populares de contestação em 2012. Outro habitante salienta mesmo que a única coisa que obtiveram com o reassentamento foi a construção da escola secundária:

Vale não trouxe nada aqui, só tivemos a vantagem porque a escola secundária, nós não tínhamos lá. Não fala nada aqui de vantagem. Aliás, as pessoas estão de volta. Estão a ir para Moatize.<sup>30</sup>

O governo argumenta com os efeitos dinamizadores trazidos pelo reassentamento.

Cateme se tornou um centro de produção de frangos no nível provincial através da implementação do programa social da Vale. Os reassentamentos também trouxeram melhoramento das infraestruturas, possibilidade de prosperar mais as suas vidas, diversas formações profissionais, criação de bovino, acesso facilitada à água que antigamente era muito mais difícil por causa da distância, centro de saúde e escolas que ficavam distantes para algumas pessoas da comunidade e os outros.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Entrevista com Afonso Matola, Líder comunitário de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>30</sup> Entrevista com Delvino Xadrique, Habitante de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>31</sup> Entrevista com Fillipe Muelane Duarte, Diretor Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Tete (28 de Abril 2016)

O responsável do governo local inventaria assim as promessas cumpridas pela empresa: melhoramento das infraestruturas, formação profissional, criação de atividade remuneratória como a pecuária bovina e avícola.

A postura da Vale vai obviamente no sentido desta posição do governo local. Segundo os dados oficiais da Vale, em Cateme as ações de desenvolvimento social têm sido implementadas a fim de aumentar os rendimentos das famílias da comunidade. Os projetos de avicultura, horticultura, culturas de rendimento (amendoim e gergelim) e pomares residenciais são os mais destacados (Vale, 2016).

**Figura 17:** Vale Moçambique - projetos de desenvolvimento social em Cateme e “25 de Setembro”

PROJETO	Nº Total de Beneficiários	Investimento 2015 (USD)	Receita Gerada (USD)
Avicultura	59	250.000,00	121.752,00
Horticultura	30	10.000,00	2.400,00
Culturas de Rendimento	176	17.000,00	61.600,00
Pomares Residenciais	30	20.000,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>295</b>	<b>297.000,00</b>	<b>185.752,00</b>

Elaborado pelo autor baseado em Vale (2016)

Com os programas sociais, a Vale tem implementado a construção de um depósito de água com capacidade de 500 metros cúbicos de água ligado a uma rede de 17 fontanários públicos, a construção da estrada alcatroada de 8 quilómetros que liga a comunidade à estrada nacional, a eletrificação da vila de Cateme e a construção de um mercado que pode incentivar o aumento de atividades comerciais na região (Vale, s.d.d).

Face a esta situação potencialmente conflituosa, a sociedade civil também reagiu para proteger os direitos das pessoas reassentadas. Em 2012, no mesmo ano em que houve a revolta da população de Cateme, foi verificada uma ação conjunta de protesto da sociedade civil realizada pelas comunidades reassentadas incluindo Cateme. Em Outubro de 2012, quatro organizações cívicas, nomeadamente a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Justiça Ambiental, Associação de Apoio e Assistência às Comunidades e União Nacional de Camponeses submeteram uma carta intitulada “Solicitação para o respeito e realização dos direitos e dignidade humana das famílias reassentadas no contexto do mega-projeto de exploração do carvão mineral de Moatize (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos et al., 2012)”. A petição

era dirigida ao ex-Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, e exigia ações concretas para resolver as dificuldades manifestadas pela população reassentada.

Contudo, depois desta declaração conjunta não se registaram grandes movimentos do lado da sociedade civil acerca desta temática. Segundo Selemane (2016), no passado a sociedade civil moçambicana tinha trabalhado com as reassentadas em Cateme assistindo-as na consciencialização dos seus direitos, na manifestação das suas preocupações por escrito e na denúncia da violação de direitos humanos, mas o assunto parecia ter caído no esquecimento. Não há atualmente discussões públicas ou reportagens ativas feitas pela imprensa sobre as vidas das pessoas reassentadas como há alguns anos atrás e a questão de Cateme parece ter-se tornado um caso fechado.

A manutenção dos problemas dos reassentados de Cateme por mais de cinco anos sem resolução é consequência direta da fraqueza organizada pelo Estado, que se tem mostrado incapaz de pressionar a Vale Moçambique a cumprir com as suas obrigações e promessas, por um lado. Mas também é consequência, por outro lado, da descoordenação das organizações da sociedade civil e de uma certa fadiga da imprensa em reportar os problemas de Cateme (Selemane, 2016:24).

A atual descoordenação da sociedade civil acerca desta temática agrava a marginalização destas populações. Através da análise das diferentes perspetivas, três pontos são em seguida destacados como resultados da análise. Primeiro, o processo do reassentamento foi negociado diretamente entre a Vale, o governo local e as comunidades reassentadas. Não houve portanto nesta fase intervenção do lado da sociedade civil nacional ou internacional neste processo. Este facto permitiu a produção de apenas duas narrativas: a dos que implementaram o reassentamento e a daqueles a quem este foi implementado. A intervenção de terceiros com funções fiscalizadoras no acompanhamento deste processo teria sido altamente benéfica. Segundo, as pessoas reassentadas são vítimas em nome do desenvolvimento. As diversas compensações materiais não recuperam aquilo que eles tinham no passado. Contudo, pode dizer-se que também é verdade que a comunidade de Cateme tem recebido atenção especial do lado da Vale e do governo local devido à sua história de reassentamento. A comunidade possui atualmente um canal para o diálogo com as outras duas partes; também ganhou infraestruturas como uma escola secundária, eletricidade e sistema de água que as outras vilas ao redor nunca tiveram. No entanto, convém lembrar que elas não funcionam plenamente, tal como aliás o resto de Moçambique onde é sempre difícil separar o efeito de processos específicos como este do reassentamento dos crónicos problemas da pobreza e da incapacidade institucional em geral. Por

último, o foco central das discussões está agora centrado na busca de mecanismos para garantir o desenvolvimento contínuo da comunidade de Cateme. Os apoios atuais para alterar qualitativa e quantitativamente as suas realidades e capacitar as pessoas para que eles próprios consigam exigir os seus direitos não têm sido suficientes. Segundo um testemunho local, a comunidade não possui qualquer plano de desenvolvimento.

Não acontece nada aqui. Se houvesse plano teria visto algumas pessoas já em movimento a fazer qualquer coisa, mas não há nada.<sup>32</sup>

É indispensável criar um plano de desenvolvimento com a participação da própria população de Cateme e exigir a assistência da empresa e do governo nesse processo. Torna-se imperioso que a comunidade discuta e elabore o seu projeto de desenvolvimento. É também necessário que a sociedade civil moçambicana assuma igualmente as suas responsabilidades para com essas comunidades, especialmente depois que foram constatadas as limitações da atuação da empresa e do governo.

## **5.2 O Caso de Nchenga**

Como se refere acima, a comunidade de Nchenga<sup>33</sup> é composta por pessoas não reassentadas. Trata-se de uma população que vive relativamente próximo da concessão mineira (Nchenga pertence ao posto administrativo de Chipanga), mas não foi incluída em projetos de reassentamento da Vale. Segundo uma base de dados da AAAJC, uma associação local que fornece assistência às comunidades em Tete, na comunidade de Nchenga vivem atualmente 74 pessoas (AAAJC, 2016). De acordo com um trabalho de Vieira (2015), em 2007, nas reuniões feitas com a população local, a Vale teria informado que todos os moradores da zona seriam reassentados em outros locais. A empresa começou por reassentar apenas os residentes de Chipanga-sede e informou posteriormente que a comunidade de Nchenga seria objeto de reassentamento só quando a atividade mineira tivesse evoluído para a sua terceira fase. Atualmente, os habitantes da comunidade deparam-se com sérios problemas por terem ficado: poluição da água, contaminação do lençol freático, ausência de serviço de saúde, educação e outros. Os trechos seguintes reportam-se a entrevistas do autor com habitantes da comunidade de Nchenga.

---

<sup>32</sup> Entrevista com Delvino Xadrique, Habitante de Cateme (27 de Abril 2016)

<sup>33</sup> Existe variação de escrita relativamente ao nome da comunidade Ntchenga, N'chenga, mas uniformiza-se para Nchenga nesta dissertação

Segundo um local, um dos principais problemas da população é presentemente a degradação da qualidade da água. A água que percorre o território é agora não potável devido à exploração mineira.

Desde que a Vale veio, a água do riacho onde nós buscávamos tornou-se contaminada. Quando a empresa lava carvão, eles usam água do riacho e contaminam. A solução que deram foi que a Vale aceitou para trazer água de caminhão à comunidade das segundas aos sábados, mas com tempo, o caminhão começou a vir com menos frequência. Agora, em cada semana vem uma ou duas vezes e quando eles não trazem água, não temos como consumir água.<sup>34</sup>

Segundo o entrevistado, o maior enfoque está na questão da água desde que a empresa brasileira se instalou. Para minorar esta alteração ambiental, a Vale transporta água através de caminhões para esta comunidade. Contudo os testemunhos locais alegam irresponsabilidade do lado da empresa por não fornecer água regularmente uma vez que a comunidade está exclusivamente dependente desta água transportada e é completamente impossível utilizar a água do riacho. Ressalta-se também que os problemas decorrentes da poluição da água vão para além do mero consumo visto que afeta igualmente todo o tecido produtivo, prejudicando igualmente a pecuária.<sup>35</sup>

O governo local reconhece esta degradação ambiental e ressalta que o transporte da água por camião é apenas uma solução provisória.

Conforme os planos atuais, não existem outras comunidades que irão ser reassentadas. Contudo, os fenómenos têm sido dinâmicos e temos acompanhado que algumas comunidades estão a ter certas dificuldades. Tem verificado alguns fenómenos que não se previam nos estudos que fizemos. Neste momento, estamos a discutir sobre a possibilidade de reassentar estas comunidades que estavam fora de sujeito de reassentamento nos planos iniciais. O caso de Nchenga é um dos exemplos, a Vale fornece a água para a comunidade porque a água do riacho que passa naquela comunidade está afetada pela mineração e não está em condição para utilizar. O abastecimento da água por caminhões não é uma solução definitiva. É apenas uma

---

<sup>34</sup> Entrevista com Anónimo, Habitante de Nchenga (20 de Abril 2016)

<sup>35</sup> Entrevista com Costas José, Habitante de Nchenga (20 de Abril 2016)

solução provisória.<sup>36</sup>

O diretor garante assim que as discussões sobre a possibilidade de reassentar mais comunidades estão em curso e que a comunidade de Nchenga faz parte da lista de preocupações governamentais. Isto é, percebe-se que o governo local reconhece o problema da poluição da água em Nchenga mas o responsável não clarificou os detalhes de qual seria a solução definitiva neste caso. Embora a contaminação da água não esteja cientificamente provada (Selemane, 2016) nem desmentida, o governo local admite a degradação da qualidade da água a ponto de não estar passível de consumo humano. Para que estas comunidades não reassentadas sejam vistas como vítimas da exploração mineira e chamem as devidas atenções da opinião pública moçambicana e mesmo internacional, é indispensável que se faça a análise da qualidade da água do riacho Nyacamanzi.

Além das dificuldades no consumo diário de água na comunidade, outro testemunho local aponta também um outro impacto da instalação mineira: a desintegração de uma sociedade que antigamente funcionava com equipamentos locais agora inexistentes.

Aqui em Nchenga, não há sistema de educação. Nossas crianças não tem como para receber educação. Antes da vinda da Vale, nossos filhos iam para escolas das comunidades próximas onde foram ocupadas pela Vale e posteriormente a população foi reassentada a Cateme. Nossa vida dependia das comunidades que hoje em dia já não existem. (...) O governo e a empresa sabem da nossa situação, mas até hoje, não nos dizem quando iremos ser reassentados.<sup>37</sup>

Como esta comunidade fazia parte da comunidade de Chipanga que foi maioritariamente reassentada em Cateme, o processo incentivou o desmantelamento da antiga vila de Chipanga. Em consequência, criaram-se lacunas de infraestruturas como foi o encerramento da escola.

Relativamente á posição da Vale acerca de Nchenga, na altura do seu estudo de campo o autor teve oportunidade de participar numa audiência pública organizada pela Vale que teve lugar no distrito de Moatize no dia 28 de Abril de 2016. Aí, os representantes da companhia fizeram uma apresentação intitulada “Mina Carvão Moatize, Desempenho ambiental e social – Janeiro a

---

<sup>36</sup> Entrevista com Diretor Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Tete (28 de Abril 2016)

<sup>37</sup> Entrevista com Costas José, Habitante de Nchenga (20 de Abril 2016)

Dezembro/2015”. Houve em seguida uma sessão de perguntas e respostas. Na apresentação, um especialista da área ambiental da Vale tinha indicado os pontos de monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea. Contudo, os pontos de monitoramento para verificar se a operação mineira está a provocar algum tipo de contaminação da água espalham-se ao longo da concessão da Vale mas omitem a zona de Nchenga (Vale, 2016).

Quanto a ações diretamente relacionadas com Nchenga, a companhia apresentou as suas atividades realizadas no âmbito dos programas sociais. Destacou o abastecimento diário de água à mesma comunidade, de segunda a sexta-feira, com capacidade de 18.000 litros por dia e a doação de madeira e a edificação de alguns estabelecimentos com base em materiais recicláveis (Vale, 2016). Deve notar-se que nesta apresentação, cujo foco central está no desempenho ambiental e social da companhia brasileira, não se mencionou a alteração da qualidade da água em Nchenga bem como as mudanças sociais ocorridas através da decisão de não reassentamento da comunidade. Deste modo, a Vale considera o abastecimento da água de segunda a sexta-feira como um dos programas sociais para as comunidades locais e não chegou a esclarecer as razões por detrás deste transporte da água.

Outros atores confirmam estas lacunas. A AAAJC é uma organização local sem fins lucrativos baseada em Matundo, Cidade de Tete. Esta organização tem prestado assistência às comunidades afetadas pelas mineradoras em geral, especialmente para que consigam expressar os seus problemas e exigir os seus direitos. É uma das poucas organizações cívicas que fornecem apoios diretos a comunidades não reassentadas. O seu relatório (Quembo,2015) mostra como esta associação local tem trabalhado de modo autónomo para que a população consiga exigir os seus direitos face à empresa Vale e ao Governo. Para além da poluição e do fornecimento irregular da água pela companhia, a associação denuncia também que em Nchenga existem dificuldades derivadas da poluição do ar, da inexistência de qualquer posto de socorro (o que obriga os residentes a deslocarem-se à vila de Moatize que se situa a 25 quilómetros de Nchenga) e da já referida inexistência de uma escola.

Um estudo feito pela SEKELEKANI, uma organização não-governamental sediada em Maputo, acrescenta outros detalhes sobre as questões que se colocam à população de Nchenga (Vieira, 2015). Desde que a Vale chegou a Chipanga, a poluição da água no rio Nyacamuani, que servia a população local, bem como o respetivo lençol freático degradaram-se de tal forma que foi necessário proceder ao encerramento dos quatro poços de água que antes eram utilizados para o consumo humano, assim como do gado.

AAAJC relata que a história do reassentamento da Vale fez concentrar a atenção pública na degradação da vida das pessoas reassentadas mas que também é importante olhar as comunidades que não foram escolhidas para qualquer processo de transferência.

As pessoas sempre focalizam na questão sobre as comunidades reassentadas, esquecendo as não reassentadas. Obviamente, reconhecemos a existência das comunidades ainda não reassentadas que situam se muito próximo da mina onde a Vale explora carvão. Parece que o mundo não está mais virado para aquelas comunidades. O governo está ciente dessas comunidades mas não faz nada de modo a criar mudanças. Nós estamos envidando esforços no sentido de chamar atenção do governo por forma de não abandoná-las. Este ano, tivemos uma reunião com a administradora de Moatize para discutir assuntos relacionados com essas comunidades.<sup>38</sup>

A associação local acrescenta que estas comunidades têm sido ainda mais abandonadas e entende que deverão portanto ser objeto de maiores apoios para inverter a situação atual.

As comunidades reassentadas já estão minimamente capacitadas e organizadas, através de comités por formas de reagir, exigindo os seus direitos directamente com as empresas e o governo, ao contrário das comunidades que ainda não foram reassentadas nem possuem ligação para fazer chegar suas vozes a quem de direito. Entretanto, actualmente também estamos cada vez mais preocupados em assistir as comunidades que ainda não foram reassentadas.<sup>39</sup>

Segundo AAAJC, estas comunidades não reassentadas precisam de mais assistência que as outras porque, ao contrário das reassentadas, não possuem canais eficientes ou até diretos de comunicação com as autoridades. Esta insistência da AAAJC confirma que houve inicialmente uma concentração de apoio às populações visivelmente afetadas pela atividade mineira da Vale que prevaleceu sobre as comunidades não reassentadas. Poderia deduzir-se que se as publicações da mídia e mesmo da sociedade civil sobre comunidades reassentadas têm diminuído, o mesmo também deveria ter acontecido com as comunidades não reassentadas. Contudo, parece não ser exatamente assim. Há agora maior consciência de que o arranque da operação mineira criou dois espaços sociais distintos: as reassentadas e as que ficaram no seu

---

<sup>38</sup> Entrevista com Stela Malola e Raul Luis Pensado, AAAJC (11 de Abril 2016)

<sup>39</sup> Entrevista com Stela Malola e Raul Luis Pensado, AAAJC (11 de Abril 2016)

território de origem embora expostas a um novo enquadramento socio-ambiental.

Na fase inicial, diversos estudos levantaram dificuldades relatadas nas comunidades reassentadas (Human Rights Watch, 2013, Mosca e Selemene, 2011, Lillywhite et al., 2015). Atualmente, organizações como a AAAJC estão a rever o seu balanço inicial do impacto mineiro e a descobrir as carências maiores das comunidades não reassentadas, a quem foi igualmente negada uma comunicação direta com autoridades mineiras e governamentais. A reorientação da AAAJC na assistência às comunidades não reassentadas representa talvez a emergência dum novo movimento social que se diferencia dos movimentos do passado e parece mostrar uma maior experiência coletiva perante o impacto mineiro.

## **Conclusões gerais**

A presente dissertação tentou abordar o modo como uma nova realidade mundial assente na diplomacia bilateral está em curso. Neste quadro, a política de cooperação para o desenvolvimento pode tornar-se uma estratégia eficiente no relacionamento entre países desigualmente desenvolvidos do hemisfério sul. Um dos aspectos deste fenómeno é a atuação das companhias mineiras multinacionais, capazes de alterarem totalmente a paisagem social e natural das regiões em que atuam. No caso de Tete, em troca do desenvolvimento económico emergiram diversos problemas sociais como o caso de reassentamento.

No primeiro capítulo, vimos como a evolução das teorias de desenvolvimento desde a sua emergência no período pós-guerra, passando pela viragem da década de 70, foi levada a dar uma crescente atenção aos atores do Sul. Os países emergentes têm estado cada vez mais presentes na arena da cooperação para o desenvolvimento. Hoje em dia, os países designados por BRICS que se posicionam numa postura diferente dos doadores tradicionais começam a destacar-se no panorama dos países do Sul.

No segundo capítulo, analisou-se a expansão da cooperação brasileira em África, focando especialmente o caso de Moçambique. A cooperação com este país é uma das que o Brasil privilegia na sua política externa. Tentou-se também mostrar que existe uma área privilegiada da cooperação brasileira neste país africano, uma vez que os investimentos privados brasileiros se concentram especialmente na região norte de Moçambique.

No penúltimo capítulo, o foco esteve na atuação da mineradora Vale na província de Tete. Avaliaram-se sobretudo quantitativamente os impactos diretos e indiretos que a indústria mineira levou a essa região. O dinamismo da chegada das mineradoras à região transformou a cidade num polo mundial da produção de carvão em menos de uma década e estimulou a urbanização e a criação de empregos formais e informais, bem como as correspondentes ondas migratórias.

No último capítulo, como um estudo de caso, analisaram-se os novos espaços criados pela atividade mineira da Vale devido ao processo de reassentamento que deslocou centenas de pessoas dos seus locais de origem para vilas de reassentamento como Cateme. A polémica foi criada devido à contestação do lado das comunidades reassentadas e também das diversas organizações da sociedade civil nacional e internacional. Neste estudo, também demos relevância à comunidade de Nchenga, uma comunidade não reassentada mas também afetada

negativamente pelas atividades mineiras. As duas comunidades, Cateme e Nchenga, ainda que partilhando muitos problemas, têm caminhado em rumos distintos. Desde o momento em que ocorreu o reassentamento, a Cateme sempre pôde contar com a atenção dos mídia e da sociedade civil para as perdas sofridas em face da mineração. Por outro lado, a comunidade de Nchenga, que nunca se constituiu como centro das discussões, foi perdendo acesso às poucas instalações e equipamentos que tinha antes, como acesso a água potável, à escola, ao hospital.

A realidade dos espaços sociais afetados pela mineração tem contribuído para uma outra reconfiguração social e de maior alcance. As contestações das comunidades reassentadas no período inicial, que atingiram o seu auge em outubro de 2012, contribuíram para mobilizar a sociedade civil moçambicana, tanto como a comunidade internacional. Esse momento parece simbolizar-se com o envio de uma carta aberta ao Presidente da República em nome de várias organizações moçambicanas (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos et al., 2012). Atualmente, a associação de advocacia local, AAAJC, tende a capitalizar a experiência dos movimentos e começa a priorizar as comunidades não reassentadas devido ao facto de estas comunidades terem sido abandonadas. Esta alteração do foco de assistência da associação de advocacia local é um novo sinal de ampliação dos movimentos sociais em torno da questão de reassentamento em Tete, talvez o mais importante efeito secundário originado pela atuação da multinacional brasileira em Moçambique.

## **Fontes**

### **1. Fontes Primárias**

#### **1.1 Fontes Orais**

Afonso Matola (Líder comunitário de Cateme) - 27 de Abril 2016

Anónimo (Vereador da urbanização do Conselho Municipal de Moatize) - 13 de Abril 2016

Anónimo (Comerciante local de galinhas) - 13 de Abril 2016

Anónimo (Habitação de Nchenga) - 20 de Abril 2016

Anónimo (Gerente de Vale dos Embondeiros LDA) - 21 de Abril 2016

Costas José (Habitação de Nchenga) - 20 de Abril 2016

Delvino Xadrique (Habitação de Cateme) - 27 de Abril 2016

Fabião Bazima (Delegado do INEFP em Tete) - 15 de Abril 2016

Fillipe Muelane Duarte (Diretor Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Tete) - 28 de Abril 2016

Luís Sandoca (Diretor Provincial de Transportes e Comunicação de Tete) - 12 de Abril 2016

Stela Malola e Raul Luis Pensado (AAAJC) - 11 de Abril 2016

#### **1.2 Publicações Oficiais**

AAAJC (2016) Base de dados número de população por comunidade. Tete: Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades

ABC (s.d.a) Moçambique. Disponível em

[www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique](http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique), acessado em 6 Janeiro 2017

ABC (s.d.b) Histórico da Cooperação Técnica Brasileira. Disponível em <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>, acessado em 16 Novembro 2016

Banco Mundial (2013) Bolsa Família e Revolução Silenciosa no Brasil. Disponível em <http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2013/11/04/bolsa-familia-Brazil-quiet-revolution>, acessado em 25 Novembro 2016

Brasil (2011) Balanço de 2003-2010, 6.2. Política Externa. Disponível em [https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1\\_Politica\\_Externa.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf), acessado em 10 Julho 2017

Companhia Vale do Rio Doce (2004, 2005, 2007, 2008) Formulário 20-F. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce

Direção Provincial de Turismo (2016) Atividades Turísticas. Tete: Direção Provincial de Turismo

Direção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Tete (2015) Sem Título. Tete: Direção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Tete

Embaixada do Brasil em Maputo (s.d.a) Cooperação Brasileira. Disponível em [http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/cooperacao\\_brasileira.xml](http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/cooperacao_brasileira.xml), acessado em 12 Janeiro 2017

Embaixada do Brasil em Maputo (s.d.b) Cooperação em Agricultura e Segurança Alimentar. Disponível em [http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/cooperacao\\_em\\_agricultura\\_e\\_seguranca\\_alimentar.xml](http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/cooperacao_em_agricultura_e_seguranca_alimentar.xml), acessado em 16 Janeiro 2017

Governo da Província de Tete (2014) Balanço das Relizações do Governo 2010-2014. Tete: Governo da Província de Tete

Governo de Moçambique (2007) Contracto Mineiro Relativo a Concessão Mineira da Mina de Carvão de Moatize. Maputo: Governo de Moçambique

Governo Provincial de Tete (2008) Autorização Provisória de Direito de Uso e Aproveitamento

da Terra. Tete: Governo Provincial de Tete

Governo Provincial de Tete (2016a) Desempenho da direção provincial dos transportes e comunicações de Tete. Tete: Governo Provincial de Tete

Governo Provincial de Tete (2016b) Relatório-Balanço das atividades realizadas durante 1º trimestre do PES 2016. Tete: Governo Provincial de Tete

Hitachi Construction Machinery (2016) HCMQ Presentation. Tete: Hitachi Construction Machinery

IPEA (2010) Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Disponível em [www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/328](http://www.abc.gov.br/api/publicacaoarquivo/328), acessado em 10 Janeiro 2017

IIAM (2013) ProSAVANA- Pela produtividade agrária, segurança alimentar e geração de riqueza. Maputo: Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

INEFP(2016a) Admissões Directas. Tete: INEFP

INEFP(2016b) Anexo 8, Tabela Nº 14: Formação Profissional por tipo, Curso e por Distrito levado a cabo por INEFP. Tete: INEFP

INEFP(2016c) Anexo 9, Tabela Nº 15: Formação Profissional por tipo, Curso e por Distrito levado a cabo pelos Centro Público e Outros Provedores. Tete: INEFP

Instituto Nacional de Estatística (2015) Inquérito aos Orçamentos Familiares IOF-IV Trimestre (Maio a Agosto). Maputo: Instituto Nacional de Estatística

Jindal Africa (s.d.) Mozambique. Disponível em <http://www.jindalafrika.com/countries/mozambique>, acessado em 12 Fevereiro 2017

Jornal Notícias (2016) Investidores solicitam mais 129 quilómetros. Economia e Negócios. 29 Abril 2016

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Justiça Ambiental, Associação de Apoio e Assistência as Comunidades e União Nacional de Camponeses (2012) “Solicitação para o

respeito e realização dos direitos e dignidade humana das famílias reassentadas no contexto do megaprojeto de exploração do carvão mineral de Moatize”. Maputo: Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Justiça Ambiental, Associação de Apoio e Assistência as Comunidades e União Nacional de Camponeses

MDG Achievement Fund (s.d.) Millenium Development Goals. Disponível em <http://www.mdgfund.org/content/MDGs>, acessado em 3 Janeiro 2017

Mitsui&CO. (2016) モザンビークにおける炭鉱及び鉄道・港湾インフラ事業への出資参画 . disponível em [http://www.mitsui.com/jp/ja/release/2016/\\_icsFiles/afieldfile/2016/10/04/ja\\_161003\\_moz\\_ppt\\_1.pdf](http://www.mitsui.com/jp/ja/release/2016/_icsFiles/afieldfile/2016/10/04/ja_161003_moz_ppt_1.pdf), acessado em 23 Janeiro 2017

OECD (s.d.) Official development assistance – definition and coverage. Disponível em <http://www.oecd.org/dac/stats/officialdevelopmentassistancedefinitionandcoverage.htm>, acessado em 11 Julho 2017

Portal do Governo de Moçambique (s.d.) Sem título. Disponível em [http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_econom\\_neg/marco-de-2014/tete-tres-companhias-mineiras-iniciam-producao-de-carvao/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/marco-de-2014/tete-tres-companhias-mineiras-iniciam-producao-de-carvao/) acessado em 12 Maio 2015

Quembo, A. (2015) Relatório de atividades realizadas no dia 08 de Outubro de 2015- no povoado de Nchenga no distrito de Moatize, província de Tete. Tete: Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades

Diagonal (s.d.) Plano de Ação para o Reassentamento. São Paulo: Diagonal Urbana

Rio Doce Moçambique (2006) Processo de Auscultação das Famílias Primeira Etapa – Relatório das Reuniões com as Comunidades. Tete: Rio Doce Moçambique

Rio Doce Moçambique (2007) Processo de Auscultação das Famílias Segunda Etapa – Relatório das Reuniões com as Comunidades. Tete: Rio Doce Moçambique

UNDP (1994) The Buenos Aires Plan of Action. New York: UNDP, disponível em <http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/Key%20Policy%20Documents/BAPA.pdf>, acessado em 5 Janeiro 2017

Vale Moçambique (2014) Sustentabilidade Moçambique 2013. Disponível em [http://www.vale.com/mozambique/pt/documents/vale\\_sustentabilidade\\_mocambique\\_2013.pdf](http://www.vale.com/mozambique/pt/documents/vale_sustentabilidade_mocambique_2013.pdf), acessado em 1 agosto 2017

Vale Moçambique (2016) Mina Carvão Moatize- Desempenho ambiental e social – Janeiro a Dezembro/2015. Tete: Vale Moçambique

Vale Moçambique (s.d.a) Mina de Moatize. Disponível em <http://www.vale.com/mozambique/pt/business/mining/coal/moatize-coal-mine/paginas/default.aspx>, acessado em 12 Fevereiro 2017

Vale Moçambique (s.d.b) Carvão. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/coal/Paginas/default.aspx>, acessado em 13 Fevereiro 2017

Vale Moçambique (s.d.c) Formação Profissional. Disponível em <http://www.vale.com/mozambique/pt/initiatives/training/mine-aprentices/paginas/default.aspx>, acessado em 26 Fevereiro 2017

Vale Moçambique (s.d.d) Infraestruturas. Disponível em <http://www.vale.com/mozambique/PT/aboutvale/communities/Social-and-public-infrastructure/Paginas/default.aspx>, acessado em 21 Março 2017

Vale Moçambique (s.d.e) Vale em Moçambique. Disponível em <http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Mo%C3%A7ambique>, acessado em 9 abril 2017

Vale (2008) Relatório dos Projetos Sociais: Outubro 2005 a Novembro 2007. Vale

Vale (2011-2016) Formulário 20-F. Rio de Janeiro: Vale

Vale (2012) Projeto Carvão Moatize - Processo de Reassentamento. Vale

Vale (2014) Moatize e o Corredor Logística de Nacala dão boas vindas a novo investidor. Disponível em <http://www.vale.com/mozambique/PT/press/releases/Paginas/Moatize-e-o->

Corredor-Log% C3% ADstico-de-Nacala-d% C3% A3o-boas-vindas-a-novo-investidor.aspx,  
acessado em 6 Julho 2016

WFP Mozambique (s.d.) Mozambique. Disponível em  
<https://www.wfp.org/countries/mozambique>, acessado em 29 Novembro 2016

World Bank (2012) Social Development Involuntary Resettlement Portfolio Review-Phase I. Inventory of Bank Financed Projects Triggering the Involuntary Resettlement Policy (1990-2010). Disponível em <http://pubdocs.worldbank.org/en/517941425483120301/involuntary-resettlement-portfolio-review-phase1.pdf>, acessado em 8 Abril 2017

### **3. Fontes Secundárias**

Amaro, R. (2003) Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos* 4:35-70

Amin, S. (1976) *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Sussex: The Harvester Press

Amin, S. (1994) *Re-Reading the Postwar Period –An intellectual itinerary*. New York: Monthly Review Press

Bairoch, P (1993) *Economics & World History: Myths and Paradoxes*. Chicago: The University of Chicago Press

Bebbington, A., Hinojosa, L., Humphreys Bebbington, D., Luisa Burneo, M., Warnars, X. (2008) Contention and Ambiguity: Mining and the Possibilities of Development. *Development and Change*, 39(6), pp.887-914

Besharati, N.A. (2012) *Raising Mozambique: Development Through Coal*. Policy Briefing 56. Johannesburg: South African Institute of International Affairs

Bridge, G., e Le Billon, P. (2013) *Oil*. Cambridge: Polity Press

Cabana, S. (2014) *Chronology and History of South-South Cooperation-An Ibero-American*

Contribution. Working document 5. Montevideo: Cooperación Sur-Sur

Cabral, L. (2011) *Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios*. Textos Cindes 26. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento

Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T. e Yue, Z. (2014) *Discursos e Narrativas sobre o Engajamento Brasileiro e Chinês na Agricultura Moçambicana. Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE

CIP (2012) *Cateme: As razões do conflito entre famílias reassentadas e a Vale Moçambique*. Maputo: Centro de Integridade Pública

Dúran, J. e Chichava, S. (2013) *O Brasil na Agricultura Moçambicana: Parceiro de Desenvolvimento ou Usurpador de Terra?*. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Fingermann, N. N. (2013) *Os mitos por trás do ProSAVANA*. IDEIAS 49. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Gómez, J.A.C., Freitas, O.M.P. e Callejas, G.V. (2007) *Educação e Desenvolvimento Comunitário: Local: Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições

Funada-Classen, S. (2013) *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “ Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann*. IDEIAS 53. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Garcia, A. S., Kato, K. e Fontes, C. (2012) *A História Contada pela Caça ou pelo Caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Gedicks, A. (2001) *Resorce Rebels-Native Challenges to Mining and Oil Coporations*. Cambridge: South End Press

Hall. A. (2006) *From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula*. *Jornal of Latin American studies*. London: Combridge University Press

Hanlon, J. e Selemane, T. (2013) Moçambique tenta entrar na lista dos maiores produtores de carvão e gás. Boletim sobre o processo político em Moçambique 53. Maputo: Centro de Integridade Pública e Parlamentares Europeus para a África

Human Rights Watch (2013) “O que é uma casa sem comida?” O boom da mineração em Moçambique e o reassentamento. Washington: Human Rights Watch

Ito, S. (2009) 開発社会学の視座. em: Otsubo, S., Kimura, H. e Ito, S. (Ed.) 国際開発学入門—開発学の学際的構築. Tokyo: 勁草書房

Justiça Nacional e União Nacional de Camponeses (2011) Os senhores da terra: Análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique, casos de estudo. Maputo: Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses

Kirsch, S. (2014) Mining Capitalism-The relationship between corporations and their critics. Oakland: University of California Press

Kirshner, J. e Power, M. (2015) Mining and extractive urbanism: Postdevelopment in a Mozambican boomtown. *Geoforum* 61:67-78

Klein, S. H. (2002) O Comércio Atlântico de Escravos; quatro séculos de comércio escravalista. Lisboa: Replicação

Lillywhite, S., Kemp, D. e Sturman, K. (2015) Mining, resettlement and lost livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi, Mozambique. Melbourne: Oxfam

Noite, K., Chamberlain, W., Ginger, M. (2016) International Land Deals for Agriculture-Fresh insights from Land Matrix: Analytical Reports II. Bern, Montpellier, Hamburg, Pretoria: Centre for Development and Environment, University of Bern; Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement; German Institute of Global and Area Studies; University of Pretoria; Bern Open Publishing

Nye, J. (2004) Soft Power –The means to success in world politics. New York: Public Affairs

Magain, G. e Perrier-Bruslé, L. (2011) New geographies of resource extraction: Introduction. *Echogéo*, 17, pp.1-17

Mendonça, J. W. (2013) Política Externa e Cooperação Técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva, Belo Horizonte. Brasil: D'Plácido Editora

Mosca, J. e Selemane, T. (2011) El Dorado em Tete, Os Mega Projetos de Mineração. Maputo: Centro de Integridade Pública

Prebisch, R. (1981) The Latin American periphery in the global system of capitalism. *CEPAL Review* 13:143-150. Santiago: United Nations Economic Commission for Latin America

Resenfeld, D. (2012) The coal mining sector in Mozambique: a simple mode of predicting government revenue. Conference Paper nº19. Maputo: IESE

Santos, M. (2016) “Capital e trabalho em Angola – as “relações industriais” na Diamang durante a década de 1960”. in *Manuel dos Santos Lima*. Porto: Afrontamento

Selemane, T. (2016) Tete e Cateme: Entre a Implosão do El Dorado e a Contínua Degradação das Condições de Vida dos Reassentados. Documento de Trabalho Nº 45. Maputo: Observatório Meio Rural

Valler, F. (2007) O Brasil e a crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG

Vellut, J.L. (1986) Mining in the Belgian Congo in: Birmingham, David & Phyllis M. Martin *History of Central Africa*. vol. 2. London and New York: Longman

Vieira, T. (2015) Indústria Extractiva e Comunidades Locais, Questões sobre comunicação, consultas públicos e impactos económicos, sociais e ambientais sobre comunidades rurais em Tete e Cabo Delgado. Maputo: SEKELEKANI

Visentini, P. (2014) África e as Potências Emergentes: O Sul e a Cooperação Profana. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 3 (5) Jan-Jun:41-68

Visentini, P. (2016) A Relação Brasil-África: Prestígio, cooperação ou negócios?. Rio de

Janeiro: Alta Books

### 3. Outros Sites

African Economic Outlook (2016) *Sustainable cities and structural transformation*. Disponível em

[https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEO\\_2016\\_Report\\_Full\\_English.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEO_2016_Report_Full_English.pdf), acessado em 29 junho 2017

African Economic Outlook (2012) *Mozambique 2012*. Disponível em <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Mozambique%20Full%20PDF%20Country%20Note.pdf>, acessado em 29 junho 2017

CargoNews (2016) Linha de Sena prestes a ter capacidade para 20 milhões de toneladas/ano. Disponível em <http://www.cargoedicoes.pt/site/Default.aspx?tabid=380&id=12558&area=Cargo>, acessado em 8 Julho 2016

CartaCapital (2010) A África tem sede de Brasil. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-africa-tem-sede-de-brasil>, acessado em 11 Janeiro 2017

Commodity Trading (2017) Coal Bulletin n° 2. Disponível em [http://campus.hesge.ch/commodity\\_trading/](http://campus.hesge.ch/commodity_trading/), acessado em 23 Junho 2017

Club of Mozambique (2017) ICVL to restart operations at Mozambique mine as coking coal prices rise. Disponível em <http://clubofmozambique.com/news/icvl-restart-operations-mozambique-mine-coking-coal-prices-rise/>, acessado em 12 Fevereiro 2017

Folha de S.Paulo (2010) Brasil é tímido em negócios na África. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0207201002.htm>, acessado em 10 Janeiro 2016

Folha de São Paulo (2011) Itamaraty mobiliza embaixadas para FAO. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2401201107.htm>, acessado em 9 Janeiro 2017

Global Agriculture (s.d.) Land Grabbling. Disponível em <http://www.globalagriculture.org/report-topics/land-grabbing.html>, acessado em 15 Março 2017

Hanlon, J. (2012) Protests against Vale coal mine relocations. Mozambique News reports & Clippings 193. Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d135466.pdf>, acessado em 25 Fevereiro 2017

Jornal Notícias (2015) II fase de reabilitação: Porto de Nacala duplica capacidade de carga. Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/main/9-politica/36440-ii-fase-de-reabilitacao-porto-de-nacala-duplica-capacidade-de-carga.html>, acessado em 19 Janeiro 2017

Lagarde, C. (2014) *Africa Rising- Building to the future*. IMF Keynote address, 29 May. Disponível em <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/sp052914>, acessado em 29 junho 2017

Macauhub (2012) Brasileira Arcadis Logos responsável pela construção do terminal de carvão de Nacala em Moçambique. Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/05/22/brasileira-arcadis-logos-responsavel-pela-construcao-do-terminal-de-carvao-de-nacala-em-mocambique/>, acessado em 19 Janeiro 2017

Mining.com (2014) Rio Tinto's \$3.7bn Mozambique coal business sold for \$50m. Disponível em <http://www.mining.com/rio-tintos-3-7bn-mozambique-coal-business-sold-for-50m-72265/>, acessado em 5 Julho 2017

Mises Brasil (2014) 20 obras que BANDES financiou em outros países. Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1985>, acessado em 19 Janeiro 2017

Mozambique News Agency (2016) Tete steel plant to produce 1.5 million tonnes per year, AIM report 537. Brighton: Mozambique News Agency, Disponível em <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim537.html#story6>, acessado em 10 Julho 2017

O País (2012) O governo entrega a gestão do Corredor de Nacala a Vale e CFM. Disponível em <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/20975-governo-entrega-gestao-do-corredor-do-nacala-a-vale-e-cfm.html>, acessado em 5 Julho 2016

O Tempo (2015) Preço baixo coloca projetos de carvão em xeque no mundo. Disponível em <http://www.otempo.com.br/capa/economia/pre%C3%A7o-baixo-coloca-projetos-de-carv%C3%A3o-em-xeque-no-mundo-1.1082281>, acessado em 8 Julho 2016

Sapo Notícias (2012) Vale-Moçambique admite que casas de trabalhadores precisam de melhoramentos. Disponível em <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/14133876.html> sapo noticias, acessado em 19 Julho 2016

Último Segundo (2013) Bolsa Família é modelo para programa que atende cinco mil famílias em Nova York. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/bolsa-familia/2013-10-16/bolsa-familia-e-modelo-para-programa-que-atende-cinco-mil-familias-em-nova-york.html>, acessado em 25 Novembro 2016

Sapo Notícias (2012) Brasileira Vale vende 5% das ações ao Estado moçambicano por 16ME. Disponível em <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/14133347.html>, acessado em 19 Junho 2017

World Coal (2016) The Bad: Mozambique. Disponível em <http://www.worldcoal.com/special-reports/08022016/The-bad-Mozambique-coal-industry-regional-report-2016-190/>, acessado em 8 Julho 2016

## Anexos

### Anexo 1 Cooperação Brasileira

Execução Financeira (2003-2014)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b> Geral</b>	1,974,424	722.017	905,668	5,308,508	3,660,537	7,001,556	19,383,814	37,819,613	27,003,724	19,812,763	13,942,230	7,099,064
<b> África</b>	497,688	156,522	316,852	2,239,311	1,401,722	3,544,182	9,634,942	19,844,882	13,687,999	10,172,693	8,368,155	5,069,613

\*Unidade de moeda utilizada é dólares americanos

Número de Projetos (2003-2014)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b> Geral</b>	N.D.	67	87	179	246	375	555	737	783	736	472	385
<b> África</b>	17	23	33	57	85	128	184	253	223	201	138	161

Fonte: Os quadros acima foram elaborados pelo autor com base nos dados apresentados nas seguintes páginas oficiais da ABC:

1. Quantitativo de Projetos e Atividades Isoladas de Cooperação por Ano, disponível em <http://www.abc.gov.br/Gestao/Quantitativo/Projetos>, acessado em 21 outubro 2016
2. Evolução da Execução Financeira dos Projetos da ABC, disponível em <http://www.abc.gov.br/Gestao/Evolucao/Financeira>, acessado em 21 outubro 2016
3. África – Execução Financeira (2000 – 2014), disponível em <http://www.abc.gov.br/Gestao/Africa/Execucao/Financeira>, acessado em 21 outubro 2016

Anexo 2

Vale Moçambique – Cronograma

Data	Acontecimento	Fonte
Anos 80	Realização de estudo de pré-viabilidade da mina de Moatize pela CVRD	CVRD(2004)Relatório Anual Formulário 20-F 2003:28
Jun. 2003	Formação dum consórcio para atualizar o estudo feito pela CVRD nos anos 80	CVRD(2004)Relatório Anual Formulário 20-F 2003:28
Nov. 2004	A Vale foi selecionada como a vencedora do concurso internacional pelo valor total de 122.8 milhões USD	Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses (2011) “Os Senhores da Terra”:47 Vale S.A.(2005) Relatório Anual Formulário 20-F 2004:27
Nov. 2004	Assinatura de “Acordo de Princípios de Projecto Carvão Moatize”	Vale Moçambique (s.d.) “Programas Sociais da Vale” :6
Abr. 2005	Estabelecimento da empresa local, Rio Doce Moçambique Limitada	CVRD(2007)Relatório Anual Formulário 20-F 2006:30
Jun. 2005	Assinatura de “Memorando de Entendimento para a Implementação dos Projectos Sociais”	Vale Moçambique (2007) Relatório dos Projectos Sociais – Out 2005 a Nov 2007 :2
Out. 2005	o início da implementação dos projectos sociais	Vale (2007) Relatório dos Projetos Sociais – Outubro 2005 a Novembro 2007, Fase de Estudo de Viabilidade
Abr. 2006	Realização de Estudos das Alternativas para Definição da Área Anfitriã	Governo da Província de Tete e Rio Doce Moçambique (2006) Relatório técnico de estudos das alternativas para definição da área anfitriã
Set. 2006	Processo de Auscultação da famílias (Primeira Estapa)	Rio Doce Moçambique (2006) Processo de Auscultação das Famílias (Primeira Estapa)
Nov. 2006	Conclusão do estudo de viabilidade	CVRD(2007)Relatório Anual Formulário 20-F 2006:30
2007	Aprovação de EIA (Estudo de Impactos Ambientais)	Human Rights Watch (2013):45
Fev. 2007	Processo de Auscultação das famílias (Segunda Estapa)	Rio Doce Moçambique (2007) Processo de Auscultação das Famílias (Segunda Estapa)
Jun. 2007	Assinatura de Contracto Mineiro	Governo de Moçambique e Rio Doce Moçambique (2007) Contracto Mineiro Relativo a Concessão Mineira da Mina de Carvão de Moatize
Nov. 2007	A companhia CVRD passa a ser chamado "Vale"	O Globo(2007) Vale do Rio Doce passa a se chamar apenas Vale
2008	Início da obra de implantação da Mina de Moatize	Vale Moçambique(2016) Mina Carvão Moatize, Desempenho Ambiental e Social – Janeiro a Dezembro 2015, :5
2008	Assinatura dum Memorando de Entendimento com o governo sobre o estabelecimento do tarifário ferroviário	Rio Doce Moçambique (2009) Relatório Anual Formulário 20-F 2008: 45
Out. 2008	Autorização Provisória do DUAT (23.780 hectares)	Governo Provincial de Tete (2008) Autorização Provisória de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
S.D.	Implementação do Programa Social da Vale Moçambique	Vale (s.d) Programa Social da Vale Moçambique
S.D.	Plano de Ações para o Reassentamento (PAR)	Vale(s.d.) Plano de Ações para o Reassentamento

2009 - 2010	Reassentamento da população	Human Rights Watch (2013):8
2011	A empresa pública EMEM conseguiu uma participação de 5% no projecto de carvão Moatize	Vale S.A., Relatório Anual Formulário 20-F 2011:33
Jan. 2011	Revolta da população reassentada de Cateme	Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (s.d.) História do Reassentamento de Cateme
Mai. 2011	Concessão de Licença Ambiental	Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (2011) Lisença Ambiental
Jul. 2011	Início da exploração do carvão de Moatize	Mosca e Selemane (2011)
Nov. 2011	Aprovação do Projecto Moatze II no Conselho de Administração	Vale SA (2012) Relatório Anual Formulário 20-F 2011: 22
Jul. 2012	Memorando de Entendimento entre o Governo da Província de Tete e a Vale Moçambique sobre a reestruturação das povoações de Cateme e Bairro 25 de Setembro no Distrito de Moatize	Human Rights Watch (2013):47
17 Abr. 2013	Bloqueio da linha de Sena por oleiros	O País (2013) <a href="http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/25341-oleiros-de-cateme-voltam-a-barricar-linha-ferrea.html">http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/25341-oleiros-de-cateme-voltam-a-barricar-linha-ferrea.html</a>
12 Mai. 2013	Bloqueio da linha de Sena por oleiros	Sapo Notícias (2013) <a href="http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/16021927.html">http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/16021927.html</a>
23 Dez. 2013	Bloqueio da linha de Sena por oleiros	Verdade(2013) <a href="http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/42757-oleiros-voltam-a-bloquear-acesso-a-mina-da-vale-mocambique-em-moatize">http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/42757-oleiros-voltam-a-bloquear-acesso-a-mina-da-vale-mocambique-em-moatize</a>
23 Abr. 2014	Carta de manifestação dos oleiros destinada à Vale	ADECRU(2014) <a href="https://adecru.wordpress.com/2014/04/30/oleiros-de-moatize-voltam-a-exigir-indemnizacao-a-mineradora-vale-mocambique/">https://adecru.wordpress.com/2014/04/30/oleiros-de-moatize-voltam-a-exigir-indemnizacao-a-mineradora-vale-mocambique/</a>
Ago. 2014	Aprovação de Nova Lei de Minas	Vale S.A., Relatório Anual Formulário 20-F 2014:83
Dez. 2014	Entrada da Mitsui como accionista do projeto Mina de Moatize e Corredor Logística de Nacala	Vale (2014) <a href="http://www.vale.com/EN/investors/information-market/Press-Releases/ReleaseDocuments/1209Release_Deal_Mozambique_i.pdf">http://www.vale.com/EN/investors/information-market/Press-Releases/ReleaseDocuments/1209Release_Deal_Mozambique_i.pdf</a>
16 Fev. 2016	Greve dos mineiros da Vale	Sapo Notícias(2016) <a href="http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/10993517022016183818.html">http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/10993517022016183818.html</a> , acessado 16 abr 2017